

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Um lugar chamado Pântano do Sul:

**Um estudo das territorialidades do lugar chamado Pântano do Sul,
Município de Florianópolis, SC, no período de 1938 a 1998**

Neli Eugênia Costa Pereira



03438147

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Um lugar chamado Pântano do Sul:
Um estudo das territorialidades do lugar chamado Pântano do Sul,
Município de Florianópolis, SC, no período de 1938 a 1998

Neli Eugênia Costa Pereira

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC

"Um lugar chamado Pântano do Sul: Um estudo das territorialidades do lugar chamado Pântano do Sul, Município de Florianópolis, SC, no período de 1938 a 1998".

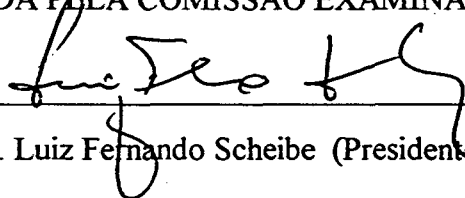
Neli Eugênia Costa Pereira

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

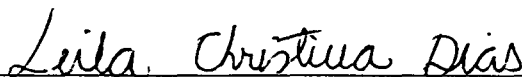


Prof^ª. Dr^ª. Walquíria Krüger Corrêa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

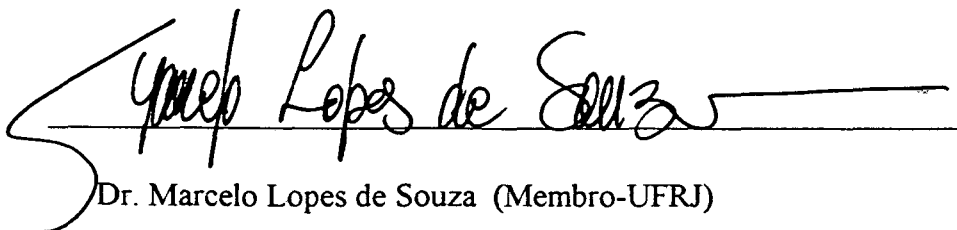
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 11/05/2001



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Presidente-Orientador-UFSC)



Dra. Leila Christina Duarte Dias (Membro-UFSC)



Dr. Marcelo Lopes de Souza (Membro-UFRJ)

Florianópolis - 2001

***Aos meus companheiros:
Meu esposo Edmundo Carlos e meu filho Leonardo Bruno***

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma tornaram possível este trabalho. Em especial:

- . Ao meu orientador Prof. Luiz Fernando Scheibe por ter enfrentado comigo este desafio.
- . À Prof^a Sandra Maria Arruda Furtado, minha amiga e professora, pela confiança e apoio.
- . Ao Prof. Marcelo Lopes de Souza pela atenção e incentivo.
- . Ao Prof. Ivo Sostizzo pelo estímulo e cooperação.
- . Ao CNPq pela bolsa que possibilitou parte desta pesquisa.
- . À comunidade do Pântano do Sul pela receptividade a este trabalho.
- . E a meu esposo Edmundo Carlos e ao meu filho Leonardo Bruno pela paciência, incentivo e apoio que me deram durante mais esta jornada de nossas vidas.

SUMÁRIO:

Resumo	I
Abstract	II
Lista de Tabelas	III
Lista de Figuras	IV
Lista de Fotos	V

Algumas Premissas	1
--------------------------------	----------

1º.Capítulo: Um breve relato histórico da territorialização da Ilha de Santa Catarina	13
1.1. Base da territorialização da Ilha de Santa Catarina	14
1.2. Os Donos do Poder na Ilha de Santa Catarina	20
1.3. Desterro passa a se chamar Florianópolis	23
1.4. Florianópolis no período desenvolvimentista	29
1.5. A territorialidade do Estado em Florianópolis nas décadas de 60 e 70.....	32

2º. Capítulo: O Lugar Pântano do Sul e suas territorialidades	36
2.1. Pântano do Sul - o lugar e seus habitantes	39
2.1.1. Pântano do Sul no período de 1938 a 1949	40
2.1.2. Pântano do Sul na década de 50	57
2.1.3. Pântano do Sul na década de 60	65
2.1.4. Pântano do Sul na década de 70	75
2.1.5. Pântano do Sul no período de 1980 a 1998	83

3º. Capítulo: A Pesca	103
3.1. Um breve relato histórico	103
3.2. A Pesca da Tainha no lugar Pântano do Sul nos dias de hoje	122
3.3. Considerações sobre a atividade pesqueira no Pântano do Sul	124
 4º. Capítulo: As inter-territorialidades que dão identidade ao lugar.....	 125
4.1. O sistema e suas conexões	129
4.2. O Pântano do Sul e o seu entorno	137
 Um ponto de vista	 143
 Referências bibliograficas	 148
 Anexos	 162

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade reconstruir as identidades espaciais de um lugar chamado Pântano do Sul, Município de Florianópolis-SC, através de um estudo das territorialidades configuradas na localidade, utilizando-se como instrumento de análise o conceito de território como um espaço delimitado por relações de poder.

A reconstrução das identidades foi feita com base na memória dos agentes sociais que viveram a experiência do lugar, no período de 1938 a 1998.

A atividade econômica da pesca é analisada, neste trabalho, como fio condutor das relações sociais desenvolvidas no lugar.

Uma análise sistêmica possibilitou a observação da complexidade das inter-territorialidades na composição da identidade do lugar Pântano do Sul.

Optou-se por não se buscar uma conclusão. Construiu-se um ponto de vista segundo o qual o Pântano do Sul passa atualmente por um momento de escolhas. Reconhece sua vocação na pesca, mas não vê nesta atividade a continuidade de seu desenvolvimento. Procura alternativas individuais e coletivas.

ABSTRACT

The purpose of this work is the reconstruction of spatial identities of a place named Pântano do Sul, Florianópolis, SC, studying the territorialities represented in that locality and using the concept of territory as a space delimited by power relationships as a framework.

The reconstruction of identities was based in the memory of the social agents that lived the experience of the place in the period between 1938 to 1998.

The economical activity of fishery is studied in this work as a clue to social relationships developed in the place.

A systemic analysis made possible the perception of the complexity of inter-territorialities that compose the identity of the place Pântano do Sul.

In the place of concluding remarks, a point of view is presented, according which Pântano do Sul is living a choice moment. It recognizes its vocation to fishery but do not see in this activity the continuity for its development. It searches for individual and collective alternatives.

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Extensão da propriedade territorial no Município de Florianópolis em 1920.....	24
Tabela 02 - Área ocupada pelos estabelecimentos agro-pecuários no Município de Florianópolis em 1940	25
Tabela 03 - Tabela demonstrativa da configuração dos territórios na localidade do Pântano do Sul nos períodos: 1938/49, 1950/59, 1960/69, 1970/79, 1980/98.....	101 e 102
Tabela 04 - Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina - Produção artesanal desembarcada no período de 1964 a 1979 - Florianópolis e Pântano do Sul	112
Tabela 05 - Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina - Produção artesanal desembarcada no período de 1980 a 1977 - Florianópolis e Pântano do Sul	113

Lista de Figuras

Figura 01 - Territórios configurados no período de 1938/49	51
Figura 02 - Territórios configurados na década de 50	64
Figura 03 - Territórios configurados na década de 60	70
Figura 04 - Territórios configurados na década de 70	79
Figura 05 - Territórios configurados no período de 1980/98.....	113

Lista de Fotos

Foto nº 01 - Casa do “Imperador” - Festa do Divino	59
Foto nº02 - Vista parcial do Pântano do Sul, década de 70	78
Foto nº 03 - Vista parcial do Pântano do Sul, ano 2000	118
Foto nº 04 - Vista da área de desembarque e comercialização da pesca - década de 70	119
Foto nº 05 - Mangona	120
Foto nº 06 - Embarcações utilizadas na atividade pesqueira no Pântano do Sul - ano 2000	121
Foto nº 07 - Embarcações utilizadas na atividade pesqueira no Pântano do Sul - ano 2000	121
Foto nº 08 - Acesso na localidade do Pântano do Sul - 2000	135
Foto nº 09 - Construção no costão - ano 2000	141
Foto nº 10 - Início da via urbana - década de 70	142
Foto nº 11 - Início da via urbana - ano 2000	142

Algumas premissas:

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre um lugar chamado Pântano do Sul, e suas territorialidades.¹

A localidade do Pântano do Sul está localizada na porção sul da Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Mapa nº 01).

É necessário que um local adquira significados para ser então definido como um lugar (TUAN, 1980). E são estes significados que vão formar uma identidade do lugar.

A identidade é um sistema de interpretações:

“...cada sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. Sua própria identidade nada mais é que esse sistema de interpretações, esse mundo que ela cria” (CASTORIADIS, 1985, p. 30-31).

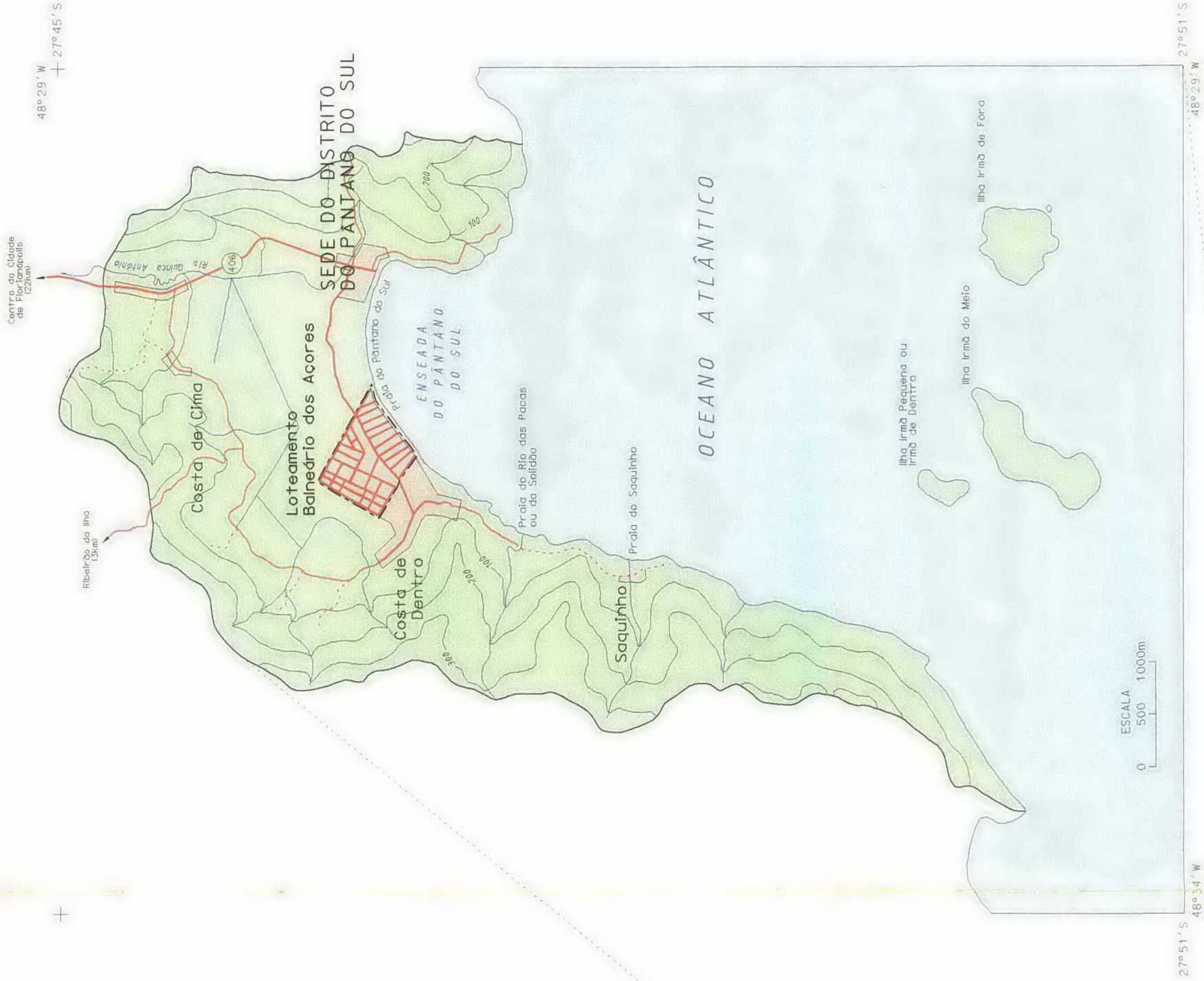
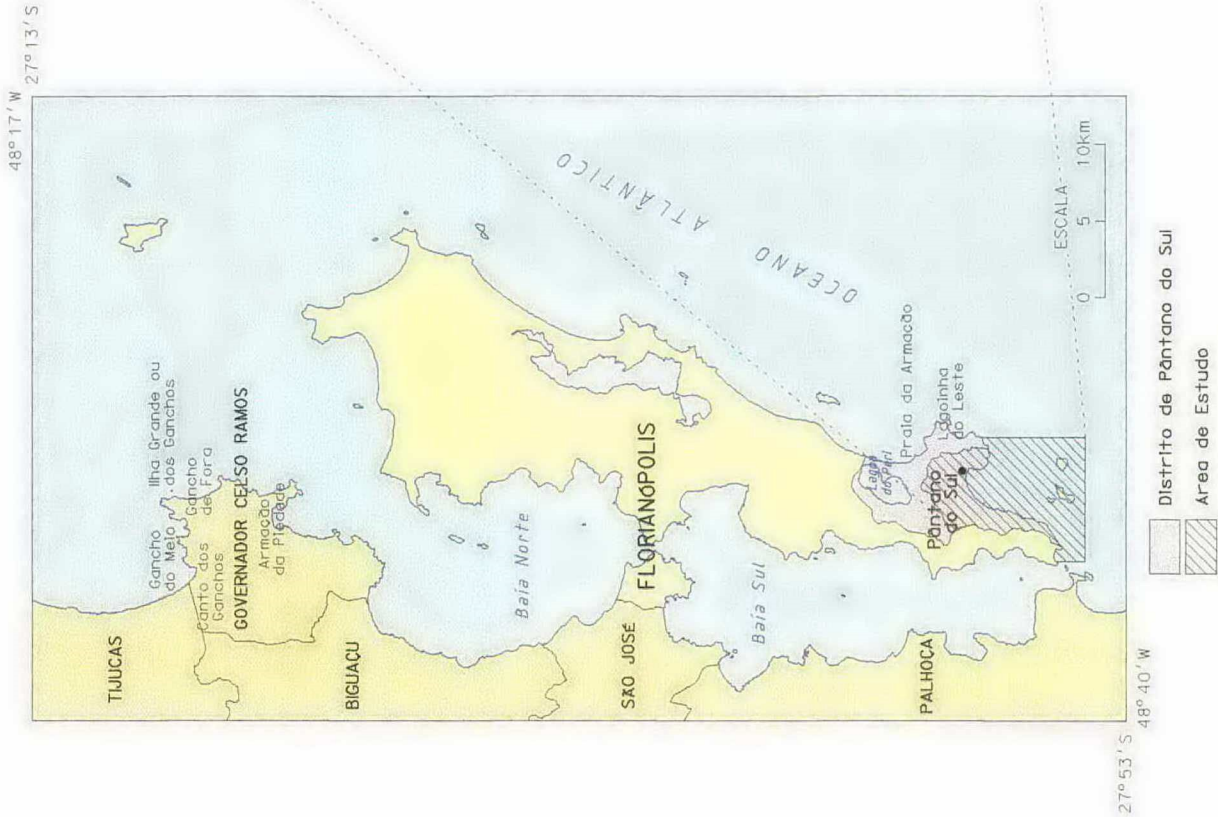
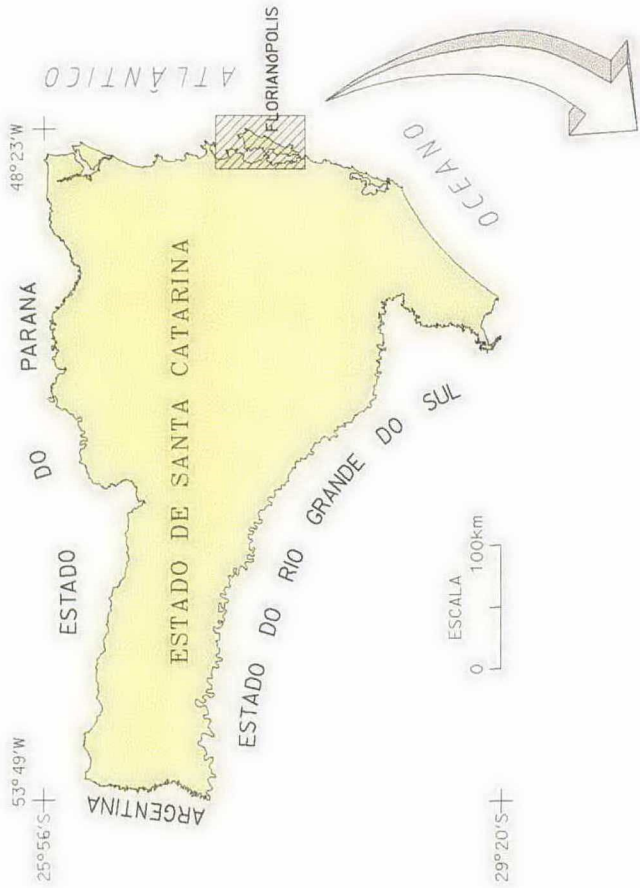
1

“Territorialité - rapport individuel ou collectif à un territoire considéré comme approprié”
BRUNET, R., FERRAS, R. E THÉRY, H. (1992) “Les mots de la Géographie - Dictionnaire critique”, p.481.

“Territorialidade é a ação do grupo investido de determinado poder ao constituir um território específico (ROCHA, 2000, p.167)”.

“Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995, p. 78)”.

MAPA 01 : LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA DA AREA DE ESTUDO



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS	
	Área Urbanizada
	Limite do Loteamento Baneirão dos Açores
	Rodovia Pavimentada
	Rodovia não Pavimentada
	Caminho/Trilha
	Curso d'Água
	Curva de Nivel Mestre

O conceito de lugar foi utilizado como fio condutor para o conhecimento da realidade do Pântano do Sul. Foi um desafio por sua própria complexidade, porque conteve a objetividade e a subjetividade (ROCHA, 2000). O conceito de lugar, neste trabalho, está sempre vinculado a uma realidade compreendida através das territorialidades locais.

Diante da complexidade² (MORIN, 2000) na qual diferentes espacialidades e temporalidades dos agentes sociais comparecem e interagem, muitas vezes de forma contraditória com o processo de ocupação, buscou-se a construção de um referencial teórico-metodológico que valorizasse as mediações afim de apreender a realidade.

A partir de um resgate histórico, procurei identificar os papéis dos agentes sociais e suas relações com o espaço, no período de 1938 a 1998. Este recorte temporal foi definido por existirem fotos aéreas da localidade dos anos de 1938, 1957, 1975, 1998, o que permite um estudo de cruzamento com os dados obtidos nas entrevistas e documentos.

Para reconstruir os significados que formariam a identidade do lugar Pântano do Sul utilizamos a lembrança das antigas famílias que habitam a localidade.

Na recuperação da memória de cada território foi sendo encontrado,

2

“Pensar a complexidade - esse é o maior desafio do pensamento contemporâneo, que necessita de uma reforma no nosso modo de pensar” (MORIN, 2000, p. 199).

dependendo do período e da experiência vivenciada, uma memória com um traço rural ou urbano. A memória coletiva guarda plenamente seus acontecimentos felizes e suas tragédias.

Segundo BOSI (1999), através da memória dos idosos podemos ter sempre uma experiência profunda:

“... repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (p.83 e 84).”.

Trabalhar as entrevistas com pessoas idosas foi um aprendizado, além de alimentar toda minha pesquisa com depoimentos reconstrutores do lugar. As entrevistas possibilitaram vislumbrar um lugar possível e diferente da realidade atual.

Com o resgate da gênese e do desenvolvimento da comunidade do Pântano do Sul, procurei descrever como foram formados os territórios dos agentes sociais da localidade e a atuação desses agentes nos processos de formação, organização e produção do espaço hoje urbano. Uma das questões que emergiram foi: Por que a comunidade do Pântano do Sul, um *território rural* até há alguns anos atrás, é hoje um *território urbano*?

Segundo FOUILLAND (1999) esta “opção”³ não é uma particularidade de um lugar como o Pântano do Sul, mas um movimento mundial:

“...Esses últimos séculos o planeta terra viu seu espaço rural ocupado, para todos os lados onde seria possível, e às vezes nos limites extremos do possível...

...A população do planeta era rural. Bem, esta situação foi modificada; pela primeira vez, na história da Humanidade, a maioria dos seres humanos habitam nas cidades, são urbanos! É o que dizem os demógrafos. O modelo paradigmático não é mais uma comunidade rural, mas **uma cidade...** (p.2)”⁴

O interesse em realizar um estudo sobre as territorialidades foi o de verificar o papel que estas territorialidades exercem na transformação de um território rural para um território urbano, processo que comumente ocorre em localidades que têm algum atrativo para empreendimentos imobiliários. Estudos sobre os possíveis impactos sociais e ambientais em localidades submetidas à lógica capitalista de exploração de seus elementos sociais e naturais são necessários para a avaliação dessas alterações.

Segundo RAFFESTIN (1980), a territorialidade se inscreve no quadro de

3

Coloquei a palavra opção entre aspas pois não acredito que tenha sido uma opção no sentido de uma escolha livre.

4

Tradução do extrato: “... Ces derniers siècles la planète-terre avait vu son espace rural occupé, partout où c’était possible, et parfois aux limites extrêmes du possible...

...La population de la planète a été rurale. Eh bien, cela vient de changer; pour la première fois, dans l’histoire de l’Humanité, la majorité des êtres humains habitent dans des villes sont devenus des urbains! C’est ce que nous disent les démographes. Le modèle paradigmatique n’est donc plus le village, mais **La Ville...** (p. 2).” O negrito é do autor.

produção, da troca e do consumo das coisas, não podendo ser compreendida como uma simples ligação com o espaço, pois a territorialidade é sempre uma relação com os outros agentes.

A idéia seria de que algumas das territorialidades no Pântano do Sul estivessem baseadas na existência de relações de parentescos, afetividade, lealdade e coletividade nas pequenas produções, e tais relações precisavam ser investigadas por criarem peculiaridades, que seriam manifestadas nas redes de produção, comercialização e de consumo, onde valores sociais, culturais e psicológicos podem se sobrepor ou não aos interesses capitalistas externos.

Os estudos foram orientados mais precisamente para os processos de participação e exclusão dos diferentes agentes sociais na divisão econômica e social do espaço. O conceito de território adotado como referência na análise sobre as territorialidades foi escolhido por partir de relações sociais espacializadas através de relações de poder (SOUZA, 1995). São estas relações de poder que geralmente definem estratégias e táticas dos diversos agentes sociais na formação e manutenção de seus territórios na comunidade.

A territorialidade desses agentes foi definida pelas ações desenvolvidas em seus territórios em um determinado período histórico. Estas ações são produzidas no contexto das diferentes relações estabelecidas entre os agentes em um específico recorte espaço-temporal. Nestas relações, foram vinculadas a esfera da produção, mas também e talvez de forma mais incisiva, os elementos culturais tais como a linguística, a moral, a ética, a religião, enfim o conjunto complexo de

padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que foram transmitidos coletivamente (MACHADO, 1997).

Os agentes sociais ao longo do tempo compuseram territorialidades de diversas ordens que demarcaram seus espaços de poder, por identidade territorial ou funcionando como elementos representativos de interesses locais. Como exemplos poderíamos citar as associações de moradores, organizações não governamentais, ambientalistas, associações de solidariedade (como a associação dos idosos), que buscaram a institucionalidade e que configuraram territorialidades que se manifestaram como resistência à uniformização do espaço (ULTRAMARI, C. e MOURA, R., 1994).

O primeiro capítulo trata de um breve resgate histórico do processo de territorialização⁵ da Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis. Este capítulo foi o caminho para reunir o parcial ao global e ligar o global ao parcial. A pesquisa documental em alguns centros de referência possibilitou a reconstrução do processo de territorialização da Ilha de Santa Catarina, que guarda até os dias de hoje vestígios deste processo.

O segundo capítulo constrói-se a partir dos dados obtidos no trabalho de campo através de entrevistas e cruzamento com documentos. A partir destes cruzamentos e com o apoio das fotos aéreas de 1938, 1957, 1978 e 1998 (anexos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), optou-se por uma periodização nos intervalos de 1938/49,

5

Territorialização neste estudo deve ser compreendida como o ato de um grupo revestido de poder delimitar e demarcar um território.

1950/59, 1960/69, 1970/79, 1980/98. Também neste capítulo a análise nos mostra a opção de transformação de território rural para território urbano.

O terceiro capítulo apresenta um histórico sobre a atividade pesqueira no Brasil e suas particularidades no Pântano do Sul, resgatando na legislação brasileira e no depoimento de alguns desses trabalhadores algumas das dificuldades que esta atividade encontrou e encontra para existir num país que tem uma vocação física para a atividade.

O quarto capítulo foi dedicado a “juntar”⁶ as informações coletadas ao seu contexto, isto é, analisar como as inter-territorialidades⁷ deram significados ao local Pântano do Sul no período de 1938 a 1998. E como foi a transformação de um território rural para um território urbano.

Este trabalho não apresenta conclusões: apenas considerações que representam um ponto de vista.

6

“Complexus - o tecido que junta o todo (MORIN, 1997, p. 15)”

7

A inter-territorialidade neste trabalho será tratada com o sentido de sobreposição de territorialidades e interligação entre territorialidades que resultaram em um lugar chamado Pântano do Sul.

Como foi efetuada a pesquisa:

“ Há três princípios de incerteza no conhecimento:

- o primeiro é cerebral: o conhecimento nunca é um reflexo do real, mas sempre tradução e construção, isto é, comporta risco de erro;
- o segundo é físico: o conhecimento dos fatos é sempre tributário da interpretação;
- o terceiro é epistemológico: decorre da crise dos fundamentos da certeza, em filosofia (a partir de Nietzsche), depois em ciência (a partir de Bachelard e Popper).

Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza (MORIN, 2000, p.59)”.

A *primeira fase* da pesquisa foi o levantamento de um referencial bibliográfico afim de qualificar a temática.

A *segunda fase* do trabalho foi uma pesquisa documental realizada nos seguintes centros de referência: Biblioteca Nacional (RJ), Arquivo Público Nacional (RJ), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Arquivo Público Estadual (SC), Arquivo Público Municipal (Florianópolis), Biblioteca da Fundação Franklin Cascaes (Florianópolis) e Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina.

Esta pesquisa teve por objetivo levantar o maior número de documentos que

demonstrassem o processo de territorialização da Ilha de Santa Catarina e consequentemente da localidade do Pântano do Sul.

A *terceira fase* foi uma pesquisa documental específica da localidade, como livros, fotos aéreas, levantamentos aerofotogramétricos, trabalhos científicos publicados e/ou não, guias turísticos, fotos, plantas, jornais, revistas, etc.

A *quarta fase* foi uma seleção e análise de toda documentação encontrada nas fases 2 e 3.

A *quinta fase* foi o trabalho de campo, que foi efetuado em duas partes:

. Primeira parte consistiu em uma aproximação com a localidade afim de reconhecer seus principais pontos de apoio, como comércio, intendência, associação de moradores, escola, posto de polícia, igreja, etc.

. Segunda parte foi entrevistar alguns moradores e agentes sociais. Foram utilizadas dois tipos de entrevistas:

a) entrevistas com idosos - estas entrevistas foram feitas com a metodologia de BOSI (1999), que não tem por objetivo uma proposta de amostragem:

“Registrar a voz e através dela, a vida e o pensamento de seres que trabalharam por seus contemporâneos... Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. Desde sua concepção o trabalho situava-se, portanto, naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura... (p.37)”.

O motivo da pesquisa foi explicado a cada entrevistado. Foi solicitada a permissão do entrevistado para que fosse gravada a entrevista. A veracidade do entrevistado não nos preocupou. Nosso interesse maior foi voltado para o que foi lembrado, o que foi escolhido para perpetuar-se na história de vida do entrevistado.

Assim como BOSI (1999) orientou sua pesquisa, procuramos seguir-lhe os passos:

“Fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças (p.38).”

b) entrevistas com agentes sociais e estudiosos do lugar - Aqui utilizamos entrevistas do tipo semi-estruturada. A utilização deste tipo de entrevista possibilita a valorização da presença do investigador e fornece ao informante a liberdade e espontaneidade necessárias ao tema investigado. Orientada por um esquema básico, não rígido, permitiu à pesquisadora as adaptações necessárias e retro alimentação da pesquisa. A duração da entrevista foi flexível. Aqui o referencial foi de RICHARDSON (1985).

Também aqui foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitada a autorização que a mesma fosse gravada.

Nas duas partes da pesquisa de campo a percepção⁸ que os entrevistados tinham do Pântano do Sul foi particularmente observada pela pesquisadora.

A *sexta fase* foi o cruzamento das entrevistas com as fotos aéreas dos anos de 1938, 1957, 1978, 1998, análise e elaboração das figuras de configuração dos territórios e lugares de convivência nos períodos de 1938/49, 1950/59, 1960/69, 1970/79 e 1980/98.

A *sétima fase* foi a redação desta dissertação.

8

Percepção - processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado (DEL RIO e OLIVEIRA, 1996).

1º Capítulo: Um breve relato histórico da territorialização da Ilha de Santa Catarina

Não se poderia iniciar este trabalho sem recorrer a um breve resgate histórico sobre as bases em que se deu a formação do espaço brasileiro. O Brasil teve uma história territorial de formação colonial portuguesa, onde a apropriação de novos espaços, com seus habitantes, suas riquezas e seus recursos naturais, seriam instrumentos dessa territorialização.

Em 1494, Portugal e Espanha haviam assinado o Tratado de Tordesilhas, e a partir deste período tentariam demarcar novos territórios, na disputa por uma supremacia nas possíveis descobertas.

Com a descoberta do Brasil, Portugal mandaria para o novo continente os padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capasi, os quais deveriam efetuar um reconhecimento geográfico do território conquistado (PIAZZA, 1982). Esta ação teria por objetivo garantir a territorialização portuguesa.

Segundo MORAES (1997) as bases da formação espacial brasileira se deu na colônia e por isso teria na conquista territorial um forte elemento de identidade.

1.1. Base da territorialização da Ilha de Santa Catarina

Desde 1664, o governo português estava determinado a territorializar a Ilha de Santa Catarina. Encontramos no Arquivo Público Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, a carta régia que já expressava esta determinação. Segundo a carta régia de doação do dia 04 de fevereiro de 1664, Don Affonso, na época Rei de Portugal, doava ao seu fidalgo Agostinho Barbalho Bezerra a Ilha de Santa Catarina.

“...Em satisfação de tudo e do mais q. por parte do dito Agostinho Barbalho Bezerra se representou: Hey por bem, e me praz de lhe fazer mercê da Doação da Ilha de Stª Catharina no Estado do Brasil, q. esta da parte do Sul em vinte, e oito grãos, desse dia para todo sempre, para elle, e todos seos descendentes...”

(Arquivo Público Nacional, 1664)⁹

Todavia não foi encontrado nenhum registro de ocupação efetiva da Ilha de Santa Catarina por Agostinho Barbalho Bezerra ou qualquer de seus descendentes.

Apesar da doação acima, a ocupação do litoral de Santa Catarina se faria a partir do século XVII. O povoamento denominado Nossa Senhora do Desterro, atualmente Município de Florianópolis, seria fundado oficialmente em 1679, por Francisco Dias Velho Monteiro, português, agricultor de Santos.

Francisco Dias Velho Monteiro chegou acompanhado de sua mulher, suas

⁹Cartas Régia - original encontra-se no Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro, carta de doação (Livro 1 dos Regim^{tos}), de 04 de fevereiro de 1664, nº 132.

três filhas, seus dois filhos moços, 500 índios domesticados, 2 padres da Companhia de Jesus e um agregado de nome José Tinoco, cuja família era composta de um filho e duas filhas. Porém, existem dúvidas em relação ao ano da fundação do povoamento, que poderia ter ocorrido entre 1676 e 1681 e ao verdadeiro nome do fundador que para alguns autores se chamaria Francisco Dias Velho (BECK, 1979).

Segundo FAORO (2000) a Coroa Portuguesa, neste período, precisava estabelecer na colônia um prolongamento do Estado.

“Portugal, ... estava sufocado pelo Estado absoluto, centralizador, armado de um estamento que consolidava a supremacia e o controle da realeza em todos os negócios, empresas, aventuras e planos (p. 139).”

“A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras. Aí se fixava o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de condensar populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação. A monarquia lusitana, nessa tarefa de povoar o território imenso, encontrou, nas arcas de sua tradição, um modelo legislador: as sesmarias (p. 140).”

Portugal precisava fortificar o Brasil Meridional, compreendido entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento. Para tanto, o rei expediria em 14 de agosto de 1738, uma carta régia baseada numa decisão do Conselho Ultramarino, criando a Capitania de Santa Catarina.

Designaria para ser seu governador o Brigadeiro José da Silva Paes, com a

atribuição de construir uma fortificação. A Vila de Nossa Senhora do Desterro, elevada a esta categoria em 1726, viria a ser a capital da então recém criada Capitania.

A Vila de Desterro teria suas funções determinadas pela Coroa Portuguesa, como território estratégico para manutenção e ampliação do domínio português. A partir destas determinações a vila ficaria caracterizada pelas suas funções administrativas, mas sobretudo pelas militares (CABRAL, 1972).

O Brigadeiro José da Silva Paes projetaria e construiria em seu mandato de governador quatro fortalezas:

- Em 1739 a Fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, concluída em 1744.

- Em 1740, foi iniciada a construção da Fortaleza de São José, em Ponta Grossa, ao norte da Ilha.

- Também em 1740, iniciou-se a construção da Fortaleza de Santo Antonio, na Ilha de Raton Grande, Baía Norte. Estas construções tinham o propósito de defesa da entrada da Baía Norte.

- E por fim, em 1742, iniciou-se a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba, Barra Sul da Ilha de Santa Catarina, com o propósito de defesa da Baía Sul (CABRAL, 1972).

Ainda, segundo CABRAL (1972), até o ano de 1749 nenhuma das fortalezas havia recebido artilharia.

A ação do Estado Português permearia todo o processo de territorialização da Ilha de Santa Catarina. Nas ações descritas em diversos documentos pesquisados o então governador Brigadeiro José da Silva Paes cumpriria seu papel:

“...com dinamismo que lhe era peculiar, tratava de melhorar vários serviços que lhe eram afetos e implantar outros mais requeridos pelo bom andamento da administração. Preocupava-se então em dotar a vila capital com um templo amplo e conveniente, em melhorar várias estradas e pontes e em abrir uma comunicação do continente fronteiro com a estrada das tropas que pelo sertão ligava as cochilhas do sul aos campos de Curitiba e São Paulo.” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1953, p. 136).

Em 1747, o Brigadeiro José da Silva Paes receberia as instruções reais, contidas na provisão de 9 de agosto de 1747, que determinariam o recebimento e assentamento dos emigrantes açorianos e madeirenses.

Segundo CARDOSO e IANNI (1960) o período de 1735 a 1745 marcaria uma nova fase na história de Desterro. A escolha que a Coroa Portuguesa fez pela fortificação e colonização açoriana e madeirense, como meios de garantir a penetração portuguesa no sul da colônia, provocaria uma alteração profunda na pequena vila.

De acordo com o “Registro do Edital em que se promove a vinda de açorianos

e madeirenses para o Brasil”, datado de 1748¹⁰, a Coroa Portuguesa pretendia resolver a questão demográfica das ilhas dos Açores e Madeira. Nesta época havia uma super lotação nas ilhas acarretando falta de trabalho, alimentação e moradia para todos os habitantes. A decisão de enviar este excedente populacional para Santa Catarina também resolveria a questão de ocupação dos territórios conquistados no Brasil Meridional.

A primeira leva era constituída por 85 casais, contando 461 pessoas entre adultos e menores (estes em número de 43). Os casais seriam alocados nos terrenos baldios no quadro urbano da Vila do Desterro e em seu entorno. Nesta territorialização dos açorianos e madeirenses foram demarcados os pontos mais belos da ilha (CABRAL, 1948).

A vinda dos açorianos e madeirenses para Santa Catarina está vastamente documentada por diversos autores, de diversas áreas do conhecimento. Encontramos também os contratos de viagens, cartas e diversos documentos, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que documentam todos os atropelos de viagem e de assentamentos destes colonos em solo brasileiro.

Outras levas de emigração viriam, sendo a última datada de 1753. A totalização da emigração seria de 1.178 casais (6.492 pessoas), distribuídos por

10

O documento original “Registro do Edital em que se promove a vinda de açorianos e madeirenses para o Brasil” (1748), (99C, O, 21) Portugal, Conselho Ultramarino, Seção de Obras Raras, encontra-se na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Na mesma seção poderão ser encontrados os contratos de viagens.

toda a Capitania.

A colonização açoriana no século XVIII seria empreendimento único na Colônia, na medida em que obedecia a propósitos definidos e deliberados de uma territorialização planejada. Os colonos eram instalados em lotes, obedecendo-se a uma política que pretendia favorecer a organização e a exploração fundiária da pequena propriedade.

Para CARDOSO e IANNI (1960), a opção de colonização por açorianos e madeirenses desencadearam graves alterações no cotidiano da ilha. Os assentamentos trouxeram um grave aumento demográfico. E a já em curso territorialização no interior da ilha sofreu grande complexidade, devido às relações entre os habitantes que já demarcavam seus territórios e os colonos que chegavam com o processo de colonização imposto firmemente pela coroa portuguesa. Estes últimos sofreriam ainda o processo de adaptação de usos e costumes já introduzidos pelos primeiros colonos portugueses.

1.2. Os Donos do Poder na Ilha de Santa Catarina

Desde 1737, a Ilha de Santa Catarina receberia grandes contingentes militares e com os militares viriam suas famílias. A fixação da tropa e de suas famílias acarretaria um aumento da população improdutiva. A população local reduzida e pobre, teria poucas possibilidades de produzir o suficiente para suprir essa sobrecarga demográfica.

A integração do colono à ordem metropolitana se faria por meio da ordem militar. As relações de poder que os milicianos mantinham com a sociedade asseguravam a disciplina, a obediência e o respeito à hierarquia.

Toda e qualquer atividade era controlada pela coroa portuguesa. Assim foi com a atividade pesqueira, que sempre esteve presente em todo processo de ocupação do litoral catarinense. A pesca foi um fator importante na territorialização do espaço catarinense e na economia de exportação e subsistência da Capitania.

A indústria baleeira teve um papel de grande peso no comércio nacional e internacional. Por volta de 1740 e 1742, estabelecia-se na costa catarinense o primeiro núcleo baleeiro, denominado de Armação de Nossa Senhora da Piedade, hoje Armação da Piedade, localizada no atual município de Governador Celso Ramos.

Na Ilha de Santa Catarina a indústria baleeira se instalaria em 1772, na localidade da Armação da Lagoinha ou Lagoinhas. Viria a se constituir um território de grande importância na Ilha de Santa Catarina (ELLIS, 1969).

No século XIX, o porto de Desterro se tornaria o mais importante dentre os portos da Província, Laguna, São Francisco e, mais tarde Tijucas e Itajaí. Através do porto da capital escoavam os produtos de Desterro e de outras partes da Província. Também pelo porto de Desterro chegavam as mercadorias importadas para abastecer toda a Província (CABRAL, 1972).

O agricultor encontraria no comprador da safra o natural financiador, mediante um sistema simples e natural de crédito: a safra futura em troca das necessidades para o custeio e expansão. Nasce o papel do comissário. Este agente aparecerá também na atividade pesqueira.

No primeiro momento, em Desterro este agente permaneceria por algum tempo, pois, o comércio ainda não necessitava de um banco ou de casa bancária. Nos grandes centros, o comissário redescontava os títulos do agricultor, reservando-se, como risco da operação, uma bonificação.

O comércio de abastecimento urbano se desenvolveria na ilha, tornando esta atividade altamente lucrativa. Esse tipo de atividade, desde o período colonial, foi caracterizado pela especulação dos atravessadores da farinha, da carne e de outros produtos. Os juizes-de-fora tentavam comedir os abusos, numa tentativa de organizar o comércio local, pois caberia sempre à população o fardo de sustentar

o enriquecimento dos comerciantes.

“... indica o início de um período em que o poder público central passa a exercer um papel bem definido como veículo de difusão de certas normas e valores sociais urbanos e burocratizados, contrariando os valores, os interesses e as normas locais e rotineiras de organização da vida econômica (CARDOSO e IANNI, 1960, p.56)”.

A sociedade passaria a controlar e difundir este tipo de atividade econômica de comércio a partir de regras bem definidas conferindo a fiscais que em nome da Câmara controlavam o comércio e a indústria da localidade.

A cidade é o local de reprodução dos meios de produção, de reprodução da força de trabalho e fator de acumulação de capital. O espaço não se organiza aleatoriamente e, sim, já se encontra estruturado e os processos sociais referentes a esta estrutura são determinados conforme os diferentes períodos históricos de organização social.

A Ilha de Santa Catarina deixaria de exercer suas funções militares, empreendidas no período colonial, para exercer funções administrativas e comerciais, de acordo com sua organização social neste período histórico.

1.3. Desterro passa ser chamada Florianópolis

Em 1894, Desterro passou a se chamar Florianópolis¹¹ e viraria o século como capital produtiva, organizada em suas funções de comércio, das atividades econômicas da pesca e da agricultura.

O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperariam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante.

Florianópolis concorreria em desvantagens com outros núcleos do Estado pois, situada em uma ilha, sofreria um isolamento por este aspecto geográfico. Na década de 20 seria construída a ponte Hercílio Luz, que ligaria a ilha ao continente.

Sede administrativa e política do Estado, Florianópolis seria sempre beneficiada com recursos econômicos e financeiros do Estado. Centro do aparelho burocrático estatal e também de setores federais, a cidade teria possibilidades e necessidades econômicas.

11

Florianópolis - o nome é proveniente de homenagem que políticos da época fizeram ao Marechal Floriano, responsabilizado por alguns autores, pelo desfecho da guerra federalista que culminou com o fusilamento de 185 pessoas, em Anhatomirim, sem nenhum rastro legal, no governo do interventor Antonio Moreira César, nomeado pelo Marechal Floriano. Alguns habitantes de Florianópolis repudiam o nome e existem movimentos que anciam pela mudança do nome da capital catarinense (SACHET C. e SACHET, S., 1997).

As análises feitas por CARDOSO e IANNI (1960) demonstram que em 1920, Florianópolis tinha sua economia agrária organizada com base na pequena propriedade rural, administrada pelo próprio proprietário. Das 147 propriedades, segundo os autores, somente 7 estariam sendo administradas por empregados (Tabela nº 1).

Tabela nº 1

Extensão da propriedade territorial no Município de Florianópolis em 1920

nº de propriedades	área média da propriedade
131	13 ha.
14	57 ha.
1	338 ha.
1	2.000 ha.

Fonte: CARDOSO e IANNI (1960, p. 100)

Em 1940 teriam sido recenseados 1.049 propriedades rurais, sendo que 658 dedicavam-se à agricultura e 391 à agro-pecuária (Tabela nº 2) .

Tabela nº 2

**Área ocupada pelos estabelecimentos agro-pecuários no Município de
Florianópolis em 1940**

Á R E A	Nº DE ESTABELECIMENTOS
- de 1 ha.	164
de 1 a 2 ha.	238
de 2 a 5 ha.	323
de 5 a 10 ha.	153
de 10 a 20 ha.	143
de 20 a 50 ha.	27
de 50 a 100 ha.	1

Fonte: CARDOSO e IANNI (1960, p. 101)

Ainda, segundo as análises daqueles autores, a área correspondente a estas propriedades seria de 2.769 ha., exploradas da seguinte forma:

Utilização das propriedades rurais:

Lavoura permanente	1.005 ha.
Lavouras temporárias	1.231 ha.
Pastagens.....	533 ha.
Matas	2.400 ha.
Áreas não exploradas.....	1.225 ha.
Área improdutiva.....	308 ha.

Fonte: CARDOSO e IANNI (1960, p. 101).

Os recenseamentos de 1920 e 1940 demonstram um aumento do número de propriedades bastante expressivo. Em 1920 haviam 147 propriedades rurais, e este número, em 1940, saltou para 1.049 propriedades rurais. Houve fracionamento nas propriedades, como demonstram as tabelas acima.

Mas ainda, segundo os mesmos autores, estes números não demonstrariam um desenvolvimento significativo. Florianópolis continuaria como centro administrativo, com algumas atividades artesanais e semi-industriais para suprirem as necessidades urbanas locais.

Em 1940, seria editado um GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que recebeu honroso parecer da Comissão das Monografias do IX Congresso Geográfico e Histórico, realizado em Florianópolis no período de 7 - 16 de setembro de 1940.

Segundo o Guia, na seção referente a Florianópolis, o autor declara que seria na pesca que a maioria da população litorânea teria seus meios de subsistência.

Nesta época, Florianópolis possuía um sistema educacional formado por uma Faculdade de Direito; o Ginásio Catarinense, com os cursos: pré-ginasial, ginasial e pré-jurídico, dirigido pelos Padres da Companhia de Jesus (equiparado ao Pedro II, no Rio de Janeiro); o Instituto de Educação; a Escola de Comércio com curso de guarda-livros; a Escola de Aprendizes de Artífices; o Colégio Sagrado Coração de Jesus (instituição de ensino com curso ginasial, equiparado ao Instituto de Educação do Estado, sob a direção das Irmãs da Divina Providência); 5 grupos escolares, escolas estaduais e municipais no interior da Ilha e várias escolas particulares.

A cidade possuía casas comerciais, como as da firma Carlos Hoepcke S. A., na época, uma das mais importantes do sul do país. Entre as muitas empresas do grupo, havia uma empresa de navegação própria, o que permitia a esta firma expandir seus negócios por todo o país.

O Mercado Público realizava todas as quartas-feiras, as tradicionais feiras, onde os colonos do interior da Ilha comercializavam seus produtos que eram transportados por carroças, carros, caminhões, lanchas e canoas.

A indústria florianopolitana era constituída por empresas produtoras de bordados, de rendas e de pregos, todas de propriedade da firma Carlos Hoepcke S.A., e por fábricas de móveis, tijolos e pequenas manufaturas.

Na década de 40 ainda seriam construídos dois edifícios públicos federais, o primeiro a sede do Banco do Brasil, na Praça XV de Novembro e o segundo a sede do IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, com cinco pavimentos, na Praça Pereira Oliveira.

A pista de pouso onde hoje fica a Base Aérea também foi construída na década de 40.

Em 1950 a população urbana de Florianópolis passaria a 67.630 habitantes devido a inclusão de áreas que anteriormente não tinham sido contabilizadas como áreas urbanas de Florianópolis: as vilas de João Pessoa (atualmente bairro do Estreito), Saco dos Limões e Trindade (GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1940).

A cidade crescia e para atender às necessidades desse contingente populacional, se fazia cada vez mais urgente uma organização urbana.

1.4. Florianópolis no período desenvolvimentista

Seria então, elaborado um Plano Diretor, em 1952, pelos urbanistas Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, que compartilhavam um diagnóstico de que Florianópolis precisava atingir um desenvolvimento econômico capaz de sustentar uma cidade moderna.

O Plano proposto mostraria a afinidade existente entre o discurso do urbanismo e a ideologia desenvolvimentista dos anos 50. A ideologia agia para que “...o ponto de vista particular do grupo que assume o poder apareça para todo o social como sendo o ponto de vista universal” (REZENDE, 1982, p. 26).

A proposta do Plano Diretor de 1952 basear-se-ia em uma ocupação da área urbana em torno de um eixo, chamado de avenida tronco, ao longo do qual seriam instalados os principais “órgãos” como estação ferroviária, estação marítima, estações rodoviárias, centro cívico, cidade universitária e estádio (RIZZO, 1993)¹².

O Plano não levava em conta o crescimento da cidade. A população menos favorecida se deslocaria para o continente ou para o interior da ilha (RIZZO, 1993).

De acordo ainda com o mesmo autor, para os planejadores e as elites locais, Florianópolis deveria acompanhar o desenvolvimento do “Estado Brasileiro”.

12

RIZZO (1993), “Urbanismo e Planejamento, caso de Florianópolis, no período de 1950 a 1990”.

Apesar de numerosos investimentos estatais e do próprio crescimento de Florianópolis, nesta época, a cidade não teria conseguido um desenvolvimento econômico satisfatório. A sociedade local vivenciaria um período de estagnação econômica e isolamento do resto do estado e do país.

Em 1956 o governo brasileiro criaria o Conselho do Desenvolvimento, diretamente subordinado à Presidência da República, composto por ministros e os principais diretores das agências econômicas governamentais. No diploma legal de sua instituição (art. 2º) estavam assim definidas as suas tarefas:

“Estudar as medidas necessárias à coordenação da política econômica do país, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico, elaborar planos e programas visando a aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada;...” (LESSA, 1983, p.165).

O Conselho deveria ter-se transformado no organismo central de planificação da economia mas, segundo LESSA (1983), evidenciando a inexistência de condições à implantação de um esquema integral de planificação, ao invés de fundir e formular programas globais, o Conselho foi subdividido em inúmeros subgrupos e restringiu-se a acompanhar execução do Plano de Metas¹³, apresentando relatórios

13

Criado nos fins de 1956. Constitui-se na mais sólida decisão consciente em prol da industrialização da história econômica do país. O Plano, um conjunto de objetivos setoriais, conferia prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial e do capital social básico de apoio a esta estrutura. O Plano postulou investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo, bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital (LESSA, 1983).

anuais.

O Estado viria a interferir na produção direta do setor produtivo estatal e na articulação geral da economia, através do planejamento.

Em Santa Catarina o governador eleito Celso Ramos (1961/65) institui o Plano de Metas do Governo Estadual (PLAMEG). Seria um planejamento pluri-anual que tinha por objetivo reverter o processo de estagnação econômica no estado de Santa Catarina. Cerca de 78% dos recursos disponíveis para aplicação do PLAMEG I foram investidos em infra-estrutura e expansão econômica [MICHELS (1993) citado em FACCIO (1997)].

A teoria do intervencionismo estatal como motor do desenvolvimento industrial transformou-se no Brasil de uma teoria econômica para uma ideologia política entre os militares. A prática populista do período Vargas havia dado uma base popular ao governo que permitiu às autoridades da época prosseguir com uma política que se poderia chamar de nacionalismo de Estado (OLIVEIRA, 1984).

1.5. A territorialidade do Estado em Florianópolis nas décadas de 60 e 70

A década de 60 transformaria Florianópolis. No período pós-64, com a expansão do Estado, foram criadas inúmeras empresas e órgãos governamentais.

A cidade como capital de um dos estados da federação estaria apta a abrigar diversas ramificações de empresas e de órgãos governamentais.

A fundação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação da BR-101, na década de 60, são considerados fatores que marcariam o crescimento populacional da Ilha (PELUSO, 1991).

Segundo FACCIO (1997), no período de 1971 a 1975 o engenheiro Colombo Machado Salles seria indicado pelo governo militar brasileiro para o cargo de governador do Estado de Santa Catarina. Esta indicação teria por objetivo diminuir o poder oligárquico estadual.

O engenheiro Colombo Machado Salles governou no período do milagre econômico, o que lhe garantiu recursos financeiros para seu Projeto Catarinense de Desenvolvimento, transformado em Ação Catarinense de Desenvolvimento.

O Ação Catarinense de Desenvolvimento tinha por objetivo superar entraves através da modernização administrativa, integração estadual, modernização nos transportes e comunicações, consolidar o sistema energético, expansão industrial,

a construção de sólido sistema financeiro e de assistência técnica aos três setores.

O governo de Colombo Machado Salles investiria 81% de todos os investimentos do governo no projeto de dinamização da economia (FACCIO, 1997)¹⁴.

A partir desta década os planos governamentais direcionam-se para a exploração turística de Santa Catarina. Cria-se uma política pública de desenvolvimento do turismo, sendo o Estado responsável pela infra-estrutura necessária à implantação dessa atividade.

Ainda nesta década, instalam-se na Ilha de Santa Catarina sedes e filiais de órgãos governamentais federais, regionais e estaduais. Estas instalações foram responsáveis pela estimulação à especulação do valor da terra na Ilha de Santa Catarina.

O governo de Colombo Salles alocou grandes investimentos na capital, com o objetivo de tornar Florianópolis um polo urbano dinâmico. Assim, a cidade receberia grandes investimentos de infra-estrutura urbana. Algumas obras seriam o aterro da Baía Sul, a Ponte Colombo Salles e várias rodovias no interior da Ilha.

As localidades bem como os arredores onde se instalariam a Universidade Federal de Santa Catarina, a Eletrosul, a Celesc, a Telesc e outras instituições,

14

FACCIO (1997) trabalhou a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.

teriam a terra supervalorizada. Com a valorização fundiária e a especulação imobiliária da terra na Ilha começaram a ser criadas reservas de terras no interior da Ilha.

As famílias mais ricas eram proprietárias de chácaras nestas localidades, e entrariam para o mercado de terra com base especulativa, terra que seria transformada em loteamentos e condomínios.

A concentração de terrenos nas mãos do grande capital privado, sobretudo das suas ramificações ligadas à produção imobiliária, se apresenta com grandes projetos que visam sempre a reprodução de capital e não levam em consideração as demandas da população do lugar. Novos bairros se formariam.

O crescimento demográfico na Ilha de Santa Catarina nesta década foi responsável também por impactantes mudanças de hábitos e atitudes na população local. Uma das mudanças mais significativas seria a utilização da praia como área de lazer.

Os novos habitantes em sua maioria eram procedentes das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, habituados à praia como local de lazer. Aqui chegaram com altos salários e possibilidades de exercerem uma forma de turismo que o habitante local não estava habituado. Consequentemente e rapidamente a Ilha passaria de um local de trabalho e residência para um local de turismo interno dos novos habitantes.

O turismo se apresenta como alternativa preferencial de desenvolvimento

econômico de Florianópolis. Apesar do carácter sazonal o turismo participaria cada vez mais da vida da cidade.

Em 1984, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, perceberia a necessidade de um planejamento mais consequente para o turismo em Florianópolis e proporia o Plano Diretor dos Balneários que seria transformado em lei. O Plano reconhecia a necessidade de serem preservados os recursos naturais, os núcleos tradicionais (pesca, vilas, folclore, etc.) objetivando garantir a sustentação destas áreas como pólos privilegiados de atração turística.

Já no início da década de 80 haveria um novo momento político e econômico nacional. O Estado diminuiria sua ação na economia, o que já seria os sinais da grave crise econômica que o país passaria do começo da década de 80 a meados da década de 90.

Nas décadas de 80 e 90 o movimento migratório continuaria embora com menos intensidade, agora não por instalação de estatais, mas porque a população de Florianópolis, a partir da década de 80, começaria a exigir serviços especializados e mais sofisticados.

O Pântano do Sul, situado ao sul da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, vivenciou de uma maneira particular, mas não desconectada, o processo de territorialização da nação brasileira, do estado de Santa Catarina e da cidade de Florianópolis.

2º Capítulo: O LUGAR PÂNTANO DO SUL E SUAS TERRITORIALIDADES

“Do plano da geografia, a noção de situação extravasa para os domínios mais variados da experiência do mundo. A situação de um homem supõe um espaço onde se move; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência.”

Eric Dardel

Para reconhecermos um local como um lugar precisamos dar a este local significados (TUAN, 1980). Um exemplo seria o local onde nascemos, crescemos ou vivemos com intensidade durante algum tempo: criamos em nós um sentido de lugar - uma identificação. Isso ocorre porque atribuímos a este local significados, tornando-o um lugar.

Assim foram buscados os significados do local Pântano do Sul para então demonstrar-se os territórios e lugares de convivência configurados.

“O olhar, ..., modifica-se com sucessivas aproximações que fazemos da realidade. As grandes paisagens informam realidades não detalhadas onde as minúcias cotidianas não podem ser captadas. É a observação dos detalhes que nos permite compreender que a nossa visão é uma entre muitas e que só a fineza da observação é capaz de compreender os olhares que se cruzam e que dão sentido às ações entre os indivíduos (BARROS, 1999, p. 45).”¹⁵

O primeiro significado seria o da autora deste trabalho. A primeira percepção do Pântano do Sul foi a de turista carioca encantada com a paisagem rústica de uma praia. Esta primeira impressão foi em 1991, quando cheguei a Florianópolis.

Anos se passaram e muitas vezes voltei ao Pântano do Sul, mas sempre com os mesmos olhos, o olhar do turista. Quando delimiti meu objeto de estudo para minha dissertação, tive então a possibilidade de descobrir outros “lugares” também chamados Pântano do Sul, que em comum com o “meu” lugar somente tinham a localização.

Com suas experiências de vida os habitantes do Pântano do Sul produziram sobre este local sentidos comuns. E o tempo, ligado a estas experiências, deu ao Pântano do Sul significados que este trabalho se propõe a revelar e analisar.

Os habitantes que nasceram, cresceram ou que adotaram o Pântano do Sul como moradia têm uma percepção deste local diferente da do turista, e com

15

O exemplo da apreensão dos significados dos olhares é de CLIFFORD GEERTZ (1978) e é tomado para definir o trabalho antropológico e o conceito de cultura como uma rede de símbolos e significados construída pelos homens.

diferenças entre eles mesmos, embora tenham criado uma identidade comum ao Pântano do Sul.

Segundo o conceito de lugar proposto por John Nicholas Entrikin (1991) em “The Betweenness of Place”, para compreender o lugar precisaríamos analisar sua realidade subjetiva e objetiva. A especificidade desta realidade subjetiva-objetiva teria que ser apreciada dentro de um contexto.

Este estudo faz um recorte temporal entre o período de 1938 a 1998. Delimitou-se este período a partir de dois pontos. O primeiro foi o acesso a fotos aéreas do local dos anos: 1938, 1957, 1976, 1998, o que possibilitaria uma identificação e confronto de informações coletadas em campo. O segundo ponto seria retroceder o tempo em 60 anos na memória da comunidade.

O desafio deste trabalho, irá além de recontar a história da localidade do Pântano do Sul. O que se propõe é traduzir com categorias analíticas a mistura tempo/espço. “... que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa (SANTOS, 1999, p. 41)”.

Considera-se neste trabalho que um lugar é um espaço vivido, isto é, o que leva os grupos a se ligarem a um lugar é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais: uma família, uma vizinhança, um local de trabalho (HALBWACHS, 1990).

As territorialidades exercidas no lugar configuram territórios delimitados e

demarcados por relações de poder (SOUZA, 1995). O território é a base concreta ou abstrata onde se configura o poder que determinados agentes sociais exercem sobre um determinado grupo. Este poder somente é exercido porque tem a sustentação de um grupo. Se o grupo deixar de sustentá-lo, este poder termina e o território deixa de existir.

A esse respeito, SOUZA(1995) cita HANNAH ARENDT:

“ ...O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se origina o poder, desaparece, seu poder também desaparece (p. 80).”

2.1.Pântano do Sul - o lugar e seus habitantes

A realidade histórica do Pântano do Sul pode ser lida através da história da cidade de Florianópolis, que é expressão e condição do processo de formação, evolução e transformação do Pântano do Sul, embora em determinados momentos observe-se um descompasso de tempo na materialização da evolução e transformação do espaço deste lugar.

2.1.1. Pântano do Sul no período de 1938 a 1949

A pequena povoação do Pântano do Sul neste período era constituída por pescadores, pequenos agricultores e pequenos comerciantes.

Não obtivemos dados sobre a totalidade da população pois neste período o Pântano do Sul era contabilizado como localidade do Distrito do Ribeirão da Ilha. O censo de 1949 contabiliza 4.589 pessoas distribuídas no Distrito do Ribeirão da Ilha (IBGE, 1949)¹⁶.

Em virtude do desenvolvimento da atividade pesqueira, famílias provenientes das localidades de Ganchos, Tijucas, Garopaba e Biguaçu (São Miguel) viriam a ser estabelecer no Pântano do Sul (JORNAL SUL DA ILHA, 1995).

Como observamos pela própria história de vida de seus habitantes, o Pântano do Sul era um lugar de trabalho. Nesta época a praia não era pensada como área de lazer.

O mar como local de trabalho era produzido no imaginário da comunidade. Nem mesmo nadar a maioria dos pescadores deste período sabia.

A comunidade era pobre e somente os donos de salgas¹⁷ tinham um poder

¹⁶

O Distrito do Ribeirão da Ilha, até 1962, era composto de todo sul da Ilha.

¹⁷

Salga - para a comunidade do Pântano do Sul era um armazém onde na frente era feita a comercialização direta das mercadorias e nos fundos funcionava um galpão onde eram

aquisitivo que permitia a seus filhos prosseguir seus estudos ou se aventurarem em outros negócios.

O Sr. Francisco Manuel Oscar ou Sr. Chico Tijucano, era um dono de salga. Conforme depoimento de seu filho Milton Francisco Oscar, o Sr. Chico Tijucano chegou ao Pântano do Sul vindo de Pinheira (Palhoça), na década de 20, para pescar e comercializar a pesca. Estabeleceu-se no Pântano do Sul como pescador e dono de salga (fornecia gêneros alimentícios para a comunidade). Casou-se e teve 6 filhos e durante muito tempo foi considerado o homem mais rico da comunidade.

O Sr. Milton Francisco Oscar relatou-nos que estudou na escola do Pântano do Sul até a 4ª série primária. Sua infância foi de muito trabalho, ele cuidava dos cavalos. Seu pai era severo e o trabalho teria orientado todo o relacionamento entre pai e filho. O menino Milton Francisco gostava de cavalgar pela praia:

“... quando cavalgava, apostando corrida na areia, sentia liberdade. Como eu gostava...”

A sensação de liberdade e poder, uma memória de um tempo de criança que conheceu cedo o trabalho.

“O lar familiar assegura uma certa divisão de tarefas, o que parece indispensável

estocadas algumas destas mercadorias. Este também foi o sentido que SILVA (1992) utilizou em sua dissertação (armazém ou depósito de mercadorias). A palavra salga, de acordo com o dicionário (FERREIRA, 2000), tem o significado: 1. Ato de salgar; salgação, salgadura. 2. Bras. RS. Local onde se faz a salga, na charqueada. No Pântano do Sul o ato de salgar o peixe é executado até os dias de hoje ao ar livre.

para sua eficiência e para alcançar resultados satisfatórios para todos. Mas esses elos são necessariamente limitados a um pequeno grupo num espaço reduzido (CLAVAL, 1999, p.111)”.

Conta ainda o Sr. Milton Francisco que a localidade não possuía pousadas ou hotéis e as pessoas de fora da comunidade se hospedavam em sua casa. A alimentação em sua casa constituía-se de pirão, carne seca e feijão (ou feijoada). A carne verde só era servida em dias de festa.

A alimentação retrata as estruturas da sociedade. Os que têm um poder aquisitivo maior, que dispõem de poder, geralmente escolhem o que comer.

Conforme relatos de outros moradores, a base alimentar da comunidade mais carente neste período era pirão e peixe.

“Alimentamo-nos para viver, mas as razões pelas quais os homens dão tanta importância ao que comem e bebem, e lhe consagram uma parte importante de seu tempo, de sua energia e de suas rendas, não são todas resultado da fisiologia. Comer e beber são prazeres (CLAVAL, 1999, p.256)”.

Não havia energia elétrica. O Sr. Chico Tijucano possuía uma geladeira de querosene e um gerador de energia.

O Sr. Milton Francisco era o responsável por levar as mercadorias: peixes, verduras, farinha, que deveriam ser transportadas de carroça até o Ribeirão da Ilha, onde uma baleeira o aguardava com destino a Palhoça, onde seu avô mantinha um

comércio.

Outras vezes, transportava as mercadorias em carroça com quatro rodas e dois cavalos até o mercado municipal de Florianópolis. Saía do Pântano do Sul às 3 horas da manhã e chegava ao mercado por volta de 5 horas. Seu pai ia de charrete, mais rápida, para comercializar as mercadorias. Entre as mercadorias comercializadas por seu pai estava o cação salgado, que era vendido na feira¹⁸. A saída do centro de Florianópolis era prevista para as 13 horas e a carroça era abastecida de gêneros que seriam comercializados no Pântano do Sul.

O transporte das mercadorias às vezes também era dividido com transporte de habitantes da comunidade que iam ao centro para consultas médicas e compras.

Até os 16 anos este teria sido o ofício do Sr. Milton Francisco. Esta atividade foi interrompida, pois seu pai comprou um barco a motor, e assim, o transporte a cavalo já não se fazia mais necessário.

Em 1948 o Sr. Chico Tijucano comprou um caminhão e contratou um empregado que deveria ensinar seu filho mais velho, o Sr. Alvim, a dirigir e assim transportar as mercadorias para comercialização, mas o Sr. Alvim não pode exercer a tarefa, sendo substituído pelo genro, Sr. Milton Candido, como motorista, e como comprador responsável, pelo o Sr. Milton Francisco Oscar.

¹⁸ Nesta época, a feira era quarta-feira. Também eram transportadas algumas pessoas, que pagavam passagem.

O Sr. Severo Honorato da Costa e a Sra. Elice Dorvalina da Costa¹⁹, naturais do Pântano do Sul, durante algum tempo também foram comerciantes. Conforme depoimento da Sra. Elice, seu marido deixou a venda pois gostava mesmo era de pescar, e como ela era professora, voltou a lecionar. Eles tiveram 4 filhos. Viveram toda a vida no Pântano do Sul.

“A vida aqui mudou muito. Hoje minha distração é cuidar das galinhas.”

A Sra. Lucia Maria da Silva, natural do Ribeirão da Ilha, chegou ao Pântano do Sul em 1934, quando se casou com Gercino Belarmino da Silva, natural do Pântano do Sul e filho de João Belarmino da Silva, dono de outra salga.

Conforme depoimento da Sra. Lucia:

“Meu marido era professor da escola do Pântano do Sul mas deixou a escola para trabalhar com seu pai no armazém e eu o substituí no magistério.”

Desta união nasceram 9 filhos. Todos os seus filhos estudaram na escola da comunidade até a 4ª série primária, depois iam estudar no centro de Florianópolis.

A Sra. Lúcia nos relatou que a vida no Pântano do Sul era de muita pobreza. Não havia luz elétrica. Em sua casa a energia era provida por um catavento.

19

A Sra. Elice Dorvalina da Costa veio a falecer durante a elaboração deste trabalho.

O meio de transporte de sua família era uma charrete com 1 cavalo e uma carreta com 2 cavalos que era utilizada para o transporte de mercadorias levadas ao centro de Florianópolis para a comercialização da mangona²⁰ salgada e outras mercadorias, como verduras, farinha, etc. A carreta retornava do centro com outros gêneros que seriam vendidos à comunidade do Pântano do Sul.

Sua experiência no magistério foi para ela um prazer, a Sra. Lúcia nos relata:

“No tempo da pesca da tainha, as mães vinham me pedir para dispensar os alunos para que eles pudessem ajudar a puxar a rede. Mas eu não dispensava, ia com eles e transformava em matemática.”

A localidade possuía pequenos agricultores. Cultivavam café, banana, mandioca e outras pequenas culturas. A mão de obra utilizada nesta atividade era essencialmente familiar, ocasionalmente contratavam-se ajudantes. As roças localizavam-se longe das moradias (BECK, 1979a).

A comercialização dos excedentes da agricultura era feita pelos armazéns locais. A expressão nesta atividade era o café e a mandioca transformada em farinha no engenho da localidade.

As agriculturas de subsistência, na maioria, eram mantidas em terras

20

Mangona - espécie peixe com coloração pardo-cinza com manchas redondas, escuras, pouco distintas, no dorso, e lado inferior branco. É espécie encontrada no mercado, e pode atingir 2,5m de comprimento. Comum nas águas do sul do Brasil, não é agressiva. Encontrado no Atlântico, Pacífico e Mediterrâneo. Outro nome: cação de areia (FERREIRA, 2000).

comunais, terras de uso comum, cultivadas por pequenos agricultores e pescadores que combinavam as duas atividades.

Alguns pescadores complementavam a renda também com a criação de poucas cabeças de gado, geralmente leiteiro, que também pastavam nas terras comunais.

A economia local era assim gerada pelos pescadores, pequenos agricultores, vendas e principalmente pelas salgas.

As salgas comercializavam a produção local para fora da localidade, apresentando um aspecto de pequena produção mercantil. Em seu ponto de venda na comunidade intermediavam os produtos locais bem como comercializavam as mercadorias que não eram produzidas no Pântano do Sul.

Conta o Sr. Arante José Monteiro, natural do Pântano do Sul:

“Meus pais eram de Ganchos/SC²¹, vieram pescar, aqui tinha muito peixe. E aí resolveram ficar. Naquela época o Pântano era muito pobre. A gente comia só peixe e pirão”.

21

Verifica-se neste período um aumento significativo da pequena produção pesqueira em Ganchos, viabilizando uma forte concorrência entre os próprios pequenos produtores pesqueiros. Sob a forma de salgas passam a investir em instrumentais de produção mais possantes, cujo proprietário especializa-se na comercialização do produto. A partir da implantação dessas manufaturas seus proprietários dissociam-se do processo de trabalho e não compõem mais a equipe de pescadores, implantando um processo de divisão social do trabalho nas diversas subordinações (SILVA, 1992). Este processo teria levado uma parte dos pescadores artesanais a procurarem outras áreas de pesca.

O Sr. Arante foi pescador durante algum tempo, depois tornou-se comerciante ambulante, vendia ovos, galinhas, peixes e verduras. Casou-se com a Sra. Osmarina Maria Monteiro, natural da Lagoinha do Leste e montaram uma pequena venda. Tiveram seis filhos e adotaram mais dois.

As senhoras da comunidade além de responsáveis pela casa e a criação dos filhos colaboravam na renda familiar como:

Salgadeiras - pessoa que limpa e salga os peixes. O fígado do peixe também era salgado com a finalidade de ser transformado depois em óleo. Este processo era feito fora da comunidade.

Rendeiras de bilro - artesanato, tipo de renda de almofada típico de Santa Catarina.

As rendas eram vendidas a senhoras que as comercializavam no mercado público no centro de Florianópolis.

Agricultoras - exerciam esta atividade auxiliando o marido e os filhos. Na ausência dos maridos pescadores, comercializavam a produção.

As brincadeiras das meninas eram a ratoeira, jogo de pedra, pular corda, acusado e cozinhar de verdade. As dos meninos eram puxar carrinho feitos de bambu e outros materiais encontrados no lugar, acusado, etc.

Segundo o depoimento da Sra. Neli Elice Oscar, natural do Pântano do Sul, filha do Sr. Severo Honorato da Costa, existia ainda outra brincadeira:

“O entrudo que consistia em molhar as pessoas no começo da 2ª feira de carnaval até a manhã de 3ª feira. As fantasias naquela época eram feitas de papel. Brincávamos também na praia, tomávamos banho de mar escondido, de vestido, pois nossas mães não deixavam. Era indecente. Lembro-me que a primeira moça que vestiu maiô aqui no Pântano, todo mundo falou.”

Naqueles tempos, as festas religiosas da comunidade eram realizadas em volta da antiga Capela de São Pedro, construída de pedra e óleo de baleia entre os anos de 1882 e 1884, hoje demolida (JORNAL SUL DA ILHA, 1995). Segundo DA MATTA (1983) estes momentos especiais de convivência social são marcados por valores positivos. As festas eram a de São Pedro, padroeiro do Pântano do Sul e a de Nossa Senhora dos Navegantes, protetora dos pescadores. Toda comunidade participava das festas. “As festas populares parecem ter sua marca no júbilo e no prazer (MAIA, 1999, p.192)”.

Em maio de 1942, o cemitério foi deslocado para mais próximo do núcleo da comunidade. Com o deslocamento do cemitério foi encontrado o primeiro sítio arqueológico do Pântano do Sul, logo catalogado pelo Padre João Alfredo Rohr. O sambaqui do Pântano do Sul é o mais antigo da Ilha de Santa Catarina, com datação aproximada de 4.500 anos (ROHR, 1977).

Os filhos da Sra. Elice Dorvalina da Costa e da Sra Lúcia Maria da Silva da Silva, começariam a estudar fora do Pântano do Sul, no centro de Florianópolis ou em outras cidades.

Neste período, a comunidade do Pântano do Sul, não recebia assistência médica no local. As pessoas que não tinham recursos de se transferirem para o centro eram tratadas com ervas e rezas. Os partos eram feitos por parteiras. E muitas crianças morreram do “mal de sete dias”²².

Até esta década a maioria da comunidade não tinha acesso a nenhum tipo de gerador de energia. As lâmparas eram a querosene, os ferros eram a carvão e os fogões a lenha.

Na análise das narrativas de história de vida coletadas durante as pesquisas sobre memória e uso do espaço do Pântano do Sul, percebemos que idosos entrevistados elegem determinados aspectos da vida social para interpretar as mudanças culturais e físicas do lugar.

A construção da imagem do lugar realizada na narrativa da memória, embora partindo de pontos de vistas diferentes que dizem respeito ao lugar social que o entrevistado(a) ocupa e ocupou ao longo de sua trajetória de vida, acabaria convergindo para alguns pontos. A importância do Pântano do Sul se faz sentir nas recordações não como uma abstração mas como experiência de vida.

²²“Quando a criança nascia, a parteira cortava o cordão umbilical. Para cicatrizar a ferida amassava-se bem o peri seco, ou seja, a própria palha da esteira bem esfareladinha e colocava-se sobre a chapa do fogão de lenha para queimar. Em seguida, colocava-se com querosene (primeiramente) ou azeite-doce (bem mais tarde) sobre a ferida umbilical. Este era o remédio cicatrizante dos recém-nascidos, ou seja, o remédio causador do tétano e das mortes. (Depoimento da Sra. Inácia Marcelina de Ávila e Ilda Martinha Vieira, retirados do Trabalho: “A Mortalidade no Pântano do Sul 1942/1949 - Contribuição à História” de MONTEIRO FILHO, 1986, p. 19, mimeo).

Enquanto em alguns depoimentos o tema desenvolvido é o comportamento e a moral, em outros a ênfase recai sobre as possibilidades de ascensão social, as melhorias das condições de vida, as condições mais favoráveis à educação.

A cada entrevista estávamos alerta para a questão do recorte do tempo que poderia ser encoberto por outro tempo. Como nas lembranças do passado, é o tempo presente que define o caminho das recordações, vimos a todo instante a comparação do hoje e do passado.

Este período correspondeu à trajetória de vida dessas pessoas, à entrada na vida adulta, momentos de escolha e início de vida profissional, do casamento e nascimento dos filhos.

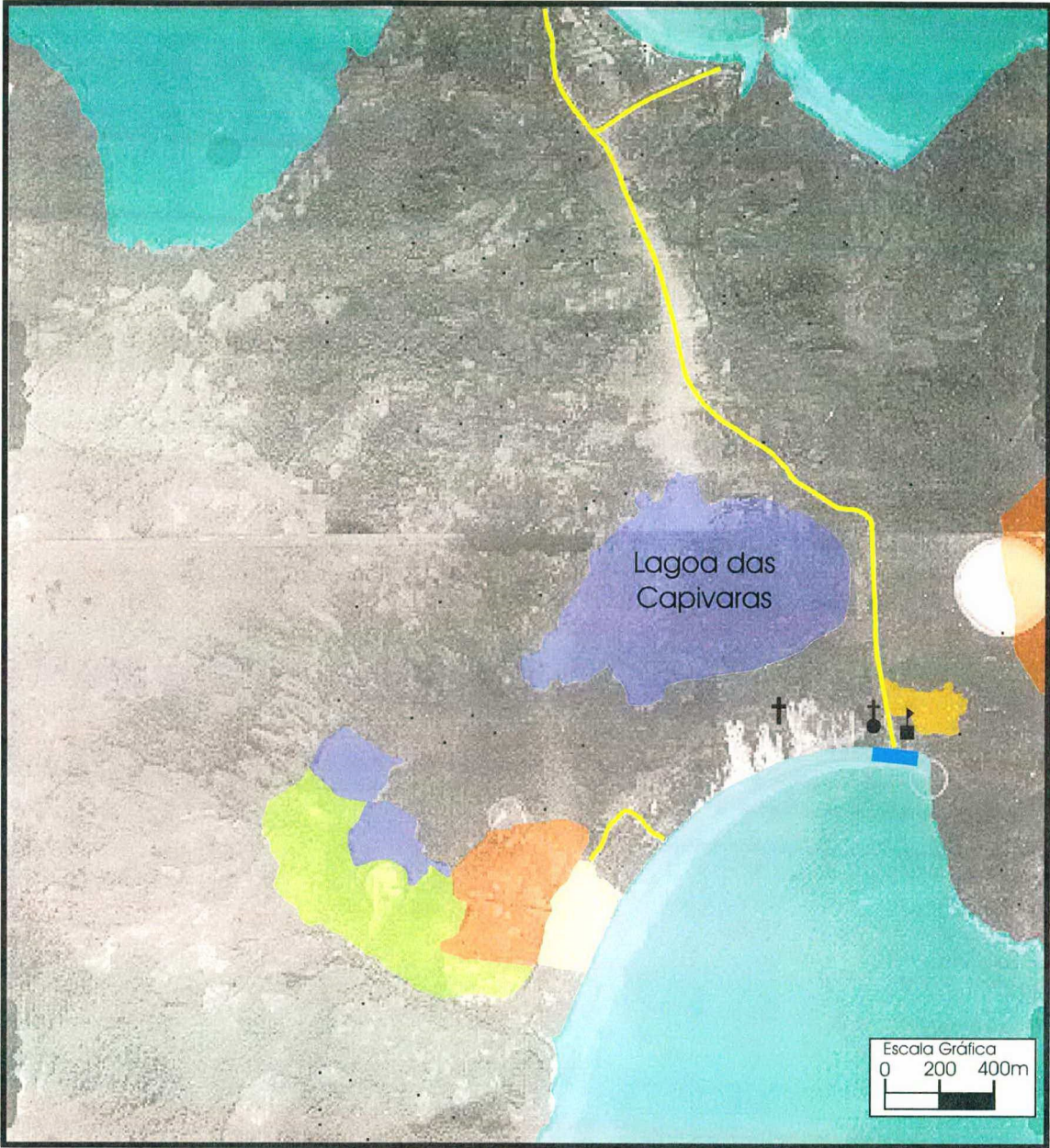
O olhar então que se tem do passado é dado pelo jogo entre esconder e revelar (BARROS, 1999).

Como na experiência de ECLÉIA BOSI (1999):

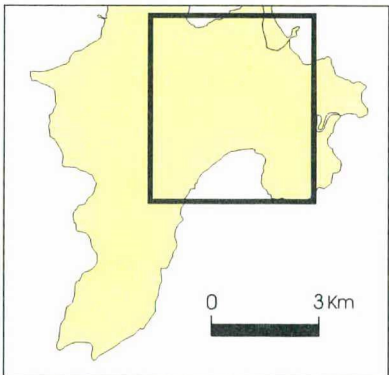
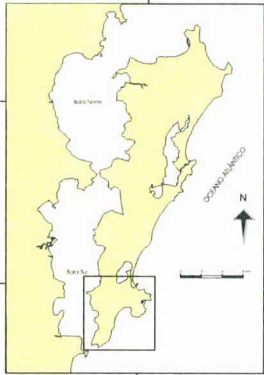
“A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, ou na despedida do portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências (p. 39)”.

E também por mim respeitadas.

Neste período já são delimitados alguns territórios e lugares de convivência, conforme a Fig. 01:



Fonte: Marinha do Brasil, Hydrigrapia, foto 55 e 57, filme 21 - A, escala: 1:20.000. Ano: 1938.



Legenda

	Café		Comercialização da Pesca
	Agricultura		Vias Rurais
	Banhado		Igreja
	Engenho de Farinha		Cemitério
	Pesca		Escola
	Terras Comuns		

Figura nº 01

Elaboração: Neli Eugenia Costa Pereira
Edição Gráfica: Nazareno J. M. Martins

O território dos pescadores é configurado nesta época no mar e na praia. Os pescadores são um grupo que, organizados em seu ofício, têm um território delimitado e demarcado no Pântano do Sul. Principal atividade econômica da localidade²³, os pescadores mantêm entre eles um relacionamento de companheirismo.

Entre os pescadores existem os que trabalham com seus próprios equipamentos e os que não possuem todos os equipamentos e trabalham para os proprietários de barco e rede. As entrevistas convergem no sentido de que são os pescadores artesanais donos de equipamentos de pesca que influenciam e demarcam o espaço da pesca artesanal na localidade. Território constantemente ameaçado pelos donos de salga, proprietários de barco e rede e que detêm neste período o poder econômico e político na comunidade.

O território da Comercialização da Pesca estava configurado na praia, em frente ao início da via rural que passava pelas salgas e ligava o Pântano do Sul ao centro de Florianópolis, passando pelo entroncamento que seguia para o Ribeirão da Ilha.

Os barcos chegavam com a produção, que era vendida na praia. Os pescadores não tinham como estocar e congelar o pescado, sua única alternativa era vender toda a produção aos donos de salga.

Os donos de salga tinham condições de armazenar (salgando o peixe que

²³A temática da pesca teve um importante contexto em toda forma, expansão e transformação das territorialidades do Pântano do Sul (3º Capítulo).

poderia ser estocado) e comercializavam a produção do peixe fresco que seguia nas carroças ou para o Ribeirão da Ilha, onde uma baleeira esperava para transportá-la até Pinheira (Palhoça) ou até o Mercado Municipal de Florianópolis.

O comprador/atravessador conhecia o produto e sabia o limite da especulação com o preço do pescado. Existiam algumas variáveis importantes no jogo que definia esta negociação. O comprador avaliava as possibilidades de comercializar o peixe, ou seja, em dias de sol de verão, a situação poderia baratear o produto. Segundo o depoimento do Sr. Milton Francisco Oscar:

“A resistência do peixe fresco é de 8 horas não pegando sol, e de 6 horas se pegar sol.”

Outro fator era a qualidade dos tipos de peixes, assim como a quantidade do pescado que poderia estabelecer os parâmetros para que os atravessadores determinassem o preço do peixe e o montante do negócio.

O território da comercialização da pesca mantinha influência em toda a comunidade do Pântano do Sul. Exercia uma dominação econômica e política. Este território era sustentado principalmente por duas famílias proprietárias de salga que disputavam o mercado e que possuíam posições políticas divergentes na localidade.

A agricultura era configurada nas plantações de café e outras culturas como: mandioca, bananal, etc.

As roças raramente estavam localizadas nas proximidades das casas. Localizavam-se em geral nas encostas e nas várzeas. Como toda atividade agrícola, dividia-se em tarefas desempenhadas sazonalmente, em ciclo anual.

O agricultor, dono da terra onde fazia sua roça, era também dono dos instrumentos com que executava seu trabalho como: enxadas, foices, martelos e toda uma série de ferramentas e objetos destinados ao trabalho agrícola. Os outros membros da família trabalhavam na atividade, e ocasionalmente eram contratados ajudantes.

O mesmo não ocorreu com o **território das terras comunais**. Estas terras, como tinham diversos usos e uma utilização coletiva, só foi possível configurar como “uma territorialidade de baixa definição (SOUZA, 1995)”, onde a territorialidade de cada uso superposta no mesmo espaço concreto e disputando a mesma área de uso não possibilita delimitar e demarcar um território. Assim decidimos denominá-lo de “território descontínuo (SOUZA, 1995)”.

O **engenho de farinha** está configurado na localidade do Pântano do Sul devido à sua área de influência econômica, embora já neste período apresentasse uma estagnação e declínio em sua atividade.

O trabalho no engenho de farinha era um trabalho sazonal pois decorre do ciclo de plantio, crescimento e amadurecimento da mandioca. A mão de obra deste engenho era familiar. Desde a retirada das raízes de mandioca da roça até que a farinha fosse ensacada e pronta, todo o grupo doméstico era envolvido, sendo eventualmente contratados ajudantes.

Os banhados, em especial a Lagoa das Capivaras, foram objeto de agradáveis recordações nas entrevistas. Fonte de água doce, todos se ressentiram com as drenagens que ocorreram nas décadas subsequentes e a fuga das capivaras da localidade. Conforme o depoimento do Sr. Arante José Monteiro:

“Lembro bem, as capivaras vinham beber na lagoa. Depois foram embora. Mas outro dia alguém disse que viu uma lá no banhado.”

Os cemitérios, território dos mortos, delimitado pelas famílias que habitavam a localidade. Os relatos informaram que este território era sustentado por essas famílias que só permitiam os sepultamentos de membros residentes na comunidade.

O cemitério nº 1 ou cemitério velho, estava localizado no caminho que leva à Costa de Dentro e funcionaria até abril de 1942.

O cemitério nº 2 ou cemitério novo, inaugurado em maio de 1942, foi proposto para localizar-se mais perto da comunidade e da Igreja.

“Segundo seu Joaquim Simão Filho, foi ele e seu Manezinho que fizeram a mudança do cemitério, carregando em caixões nas costas cento e cinquenta e cinco esqueletos” (FILHO MONTEIRO, 1986, in mimeo).

A Capela de São Pedro, território sagrado. O poder é atributo do sagrado e, no discurso religioso, significa força compulsiva e imprevisível (TUAN, 1980). O espaço sagrado reflete a percepção do grupo religioso envolvido. TUAN (1980)

argumenta que o verdadeiro significado de sagrado vai além de imagens, templos e santuários, porque as experiências emocionais dos fenômenos sagrados são as que se destacam da rotina e do lugar comum.

Segundo ROSENDAHL (1999) pode-se distinguir dois elementos fundamentais no espaço sagrado: - o “ponto fixo” e o “entorno”. Distinguimos como ponto fixo a própria Capela de São Pedro e como seu entorno o Salão Paroquial e a Praça em frente à Capela onde são realizadas as festas religiosas.

Cabe ainda informar que a Igreja Católica Apóstolica Romana, no Pântano do Sul não está estabelecida como uma paróquia e sim como uma capela que recebe a visita do padre da paróquia do Ribeirão da Ilha uma vez por semana para o culto dominical. Esta seria a religião oficial do Pântano do Sul, como no relato da Sra. Neli Elice Oscar:

“Todos participam da Igreja, se houver alguém que frequente outro culto religioso, frequenta longe daqui.”

No início de nossa pesquisa de campo observamos uma tenda religiosa, de outra confissão, armada à margem da estrada que liga o Pântano do Sul à Praia da Armação, mas quando começamos nossas entrevistas já não havia mais vestígios do templo temporário.

Em nenhum olhar o Pântano do Sul teria sido visto pelos entrevistados, nesse período, como balneário. Ao contrário, o Pântano do Sul seria lugar de moradia

próxima ao trabalho, **lugar de trabalho.**

2.1.2. Década de 50

Na década de 50 poucas transformações são verificadas no Pântano do Sul.

Começaria a imigração de agricultores das áreas de Imaruí de Laguna, e de Paulo Lopes/SC e de outras localidades próximas à Ilha. Vinham à procura de terras férteis. Iniciaram-se as primeiras plantações de arroz.

Nesta década alguns filhos do Pântano do Sul retornam.

A Sra. Neli Elice Oscar, filha do Sr. Severo Honorato da Costa, nos relatou que estudou no Saco dos Limões. Passava a semana na casa de sua irmã mais velha, no Saco dos Limões e retornava para o Pântano do Sul nos finais de semana. Seu transporte era a carreta. Em 1953 começou a lecionar na escola que sua mãe, a Sra. Elice Dorvalina da Costa, era professora e diretora. Em 1955 casou-se com o Sr. Milton Francisco Oscar, com quem teve 2 filhos.

O filho do Sr. Chico Tijucano, o Sr. Milton Francisco Oscar, aos 18 anos passa a exercer a profissão de caminhoneiro.

“Quando completei 18 anos passei a ser motorista e comprador dos negócios do meu pai. Conheci muitos lugares e mudei minha cabeça, aprendi muito.”

Alguns filhos do Pântano do Sul se deslocaram para o centro de Florianópolis à procura de trabalho. Nesta década, o aparelho estatal aumentou sua atuação no setor de produção. Portanto, Florianópolis, como capital de um estado da federação, teve suas funções administrativas e financeiras ampliadas.

Outros iam “embarcados”²⁴ para o Rio Grande (RS). A opção por uma política governamental desenvolvimentista voltada para uma maior produtividade no setor pesqueiro desalojaria a pesca artesanal, considerada até esta época uma importante atividade econômica e responsável pelo abastecimento interno da população.

As capivaras desaparecem. Segundo alguns moradores, a lagoa permanece seca a maior parte do ano e a água só seria vista nos tempos de chuva.

As Sras. Lúcia Maria da Silva e Neli Elice Oscar nos relatam que foi mais ou menos nesta década que chegou ao Pântano do Sul a Festa do Divino, proveniente do Ribeirão da Ilha. A Festa do Divino Espírito Santo é uma festa religiosa que envolve toda a comunidade.

A Festa do Divino Espírito Santo é organizada pelo festeiro, o “Imperador”, um membro das comunidades participantes,²⁵ que deverá ser casado e financiar toda a festa (Foto nº 01).

²⁴Embarcado - pescador que embarca em barcos grandes para pesca em alto mar. Especificamente neste caso, os pescadores se deslocaram para o Rio Grande do Sul.

²⁵A Festa do Divino Espírito Santo no Pântano do Sul envolve as comunidades: Pântano do Sul, Costa de Dentro, Costa de Cima, Praia da Armação e Lagoa do Peri.

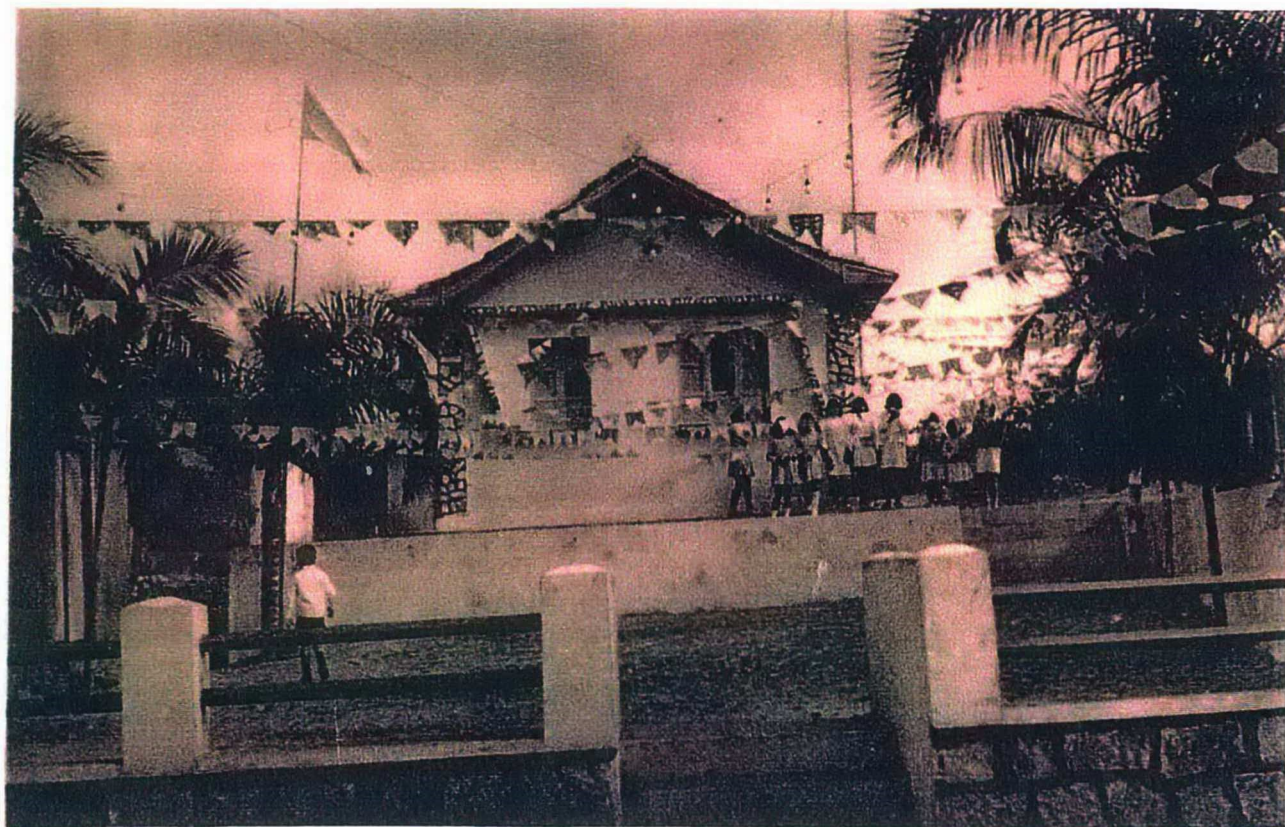


Foto nº01- Casa do “Imperador” decorada para a Festa do Divino.

Foto cedida por membro da comunidade - década de 50.

“Nove dias antes da festa começa a novena na casa do “Imperador” que deverá ser decorada com um altar, salva, cedro, coroa e as bandeiras (alfaias). Durante a novena, após o culto, uma prévia da festa: O “Imperador” oferece à comunidade quentão, cantoria, amendoim e cuca.

Sábado é realizada uma procissão da casa do “Imperador” até a Capela de São Pedro. Durante esta cerimonia são apresentadas as crianças escolhidas pelo casal (Imperador e Imperatriz), vestidas especialmente para o cortejo.

Ainda no mesmo sábado é realizada uma festa com barraquinhas e baile organizado pela Igreja.

Às 23 horas o cortejo volta para a casa do “Imperador”.

No domingo às 10 horas é celebrada uma missa. O “Imperador” (ele e todo o cortejo deverão apresentar novas vestimentas) seguem em procissão acompanhados de uma banda para Igreja.

No final da missa nomeia-se o “Imperador do próximo ano (se houver mais de um candidato, haverá um sorteio. Geralmente o próprio “Imperador” escolhe seu substituto que é consultado previamente. Se o “Imperador” não puder arcar com todas as despesas, a Igreja ajuda promovendo bailes, rifas e outras festas a fim de arrecadar fundos para a Festa do Divino Espírito Santo.”

Ainda segundo as entrevistadas, a festa vem se modificando muito a cada

ano. Passando de uma festa de cunho religioso para uma festa de aparência.

“Hoje as roupas são escondidas até o dia da procissão. Todo mundo quer apresentar uma roupa mais bonita e luxuosa que o cortejo do ano anterior”.

Durante a Festa do Divino os limites do território da Igreja são confundidos com os limites da própria localidade.

A Festa do Divino Espírito Santo é um dos símbolos de quem é quem na comunidade e quem domina quem.

A Festa do Divino, transportada para Santa Catarina pelos colonos açorianos, é comum em quase todas as freguesias da Ilha e do continente.

“Em Canasvieiras, onde desde seus princípios é de uso o “Imperador” mandar carnear na véspera da festa uma ou mais reses, cujos talhos são distribuídos, de envolta com esmolas em dinheiro, pelos pobres do lugar.” VÁRZEA (1985, p. 70)

Em 1959, o Sr. Milton Francisco Oscar compraria o seu primeiro caminhão. Começaria sua independência financeira.

“Eu já estava casado há 4 anos e não tinha salário. Aí minha mãe conversou com meu pai e disse da necessidade da minha independência e ele me deu o dinheiro da entrada para eu pagar o caminhão em prestação”.

“O meu pai até a morte guardou a nota de 500 réis que ganhou no dia do

seu casamento e mostrava pra gente.”

Mas a maioria dos habitantes não teria escolha no encaminhamento de suas vidas. O relato da Sra. Zenaíde Maria de Souza, natural do Pântano do Sul, filha do Sr. Estevão Benjamim da Lapa, natural do Pântano do Sul e pescador:

“ Eu queria estudar, mas não tinha dinheiro. Fiquei aqui mesmo. Aqui me casei e tive meus filhos.”

A Sra. Zenaíde lembra de seu tempo de menina quando fazia renda de bilros para vender e ajudar na renda de sua família. Outra grata lembrança da Sra. Zenaíde são as brincadeiras:

“A ratoeira era a predileta. Ratoeira bem cantada, faz chorar, faz padecer, também faz, um triste amante, do seu amor esquecer. Meu galho de malva, meu manjerição, dá três pancadinhas no meu coração...”

A Sra. Maria Santa Lapa, natural do Pântano do Sul, filha do Sr. Heleno João Nunes, pescador e da Sra. Marcelina Ana Nunes, também estudou só no Pântano do Sul, foi aluna da Lúcia Maria da Silva.

“Naquela época a escola era grupo, só tinha uma professora para todas as séries. Nós fazíamos renda de bilros para ajudar em casa. E depois D. Malvina, Dica e Marta comercializavam no mercado, todas as meninas faziam renda de bilros.”

A Sra. Maria Santa, residente do Pântano do Sul até os dias de hoje, casou-se com o Sr. Aldemir Estevam da Lapa, também natural do Pântano do Sul, pescador. Tiveram 5 filhos, todos residentes na localidade.

Nesta década agricultores do Rio Grande do Sul e do sul do estado de Santa Catarina chegam ao Pântano do Sul com o objetivo de implantarem na localidade a cultura do arroz com fins de exportação. Deslocam-se outras culturas e usos deste espaço e fica constituído o território do arroz.

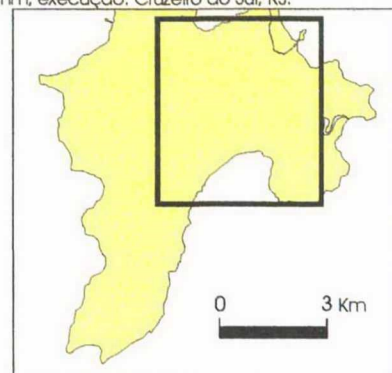
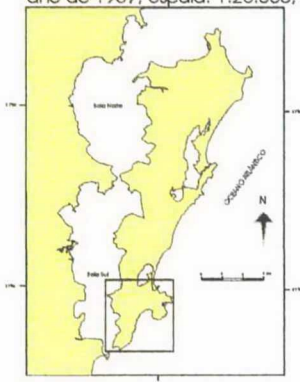
Com exceção do território do arroz, que aparece nesta década como outra atividade econômica a ser considerada, e a ampliação das vias rurais como mostrado na Figura nº 02, não houve transformações significativas nas territorialidades do Pântano do Sul.

Para alguns dos entrevistados o Pântano do Sul nessa época é um **lugar de escolhas**, como de casar e morar, trabalhar ou mesmo de deixar o Pântano do Sul. Alguns não voltariam, outros voltariam à procura da família, da prosperidade, da tranquilidade.

TERRITÓRIOS E LUGARES DE CONVIVÊNCIA CONFIGURADOS NA DÉCADA DE 50



Fonte: Ministério da Guerra, Directoria do Serviço Geográfico, Realização do Governo Jorge Lacerda. Fotos 1293 e 1234, ano de 1957, escala: 1:25.000; Altura do voo: 3.825m, , câmara: Fairchild F.224, f=153mm, execução: Cruzeiro do Sul, RJ.



Legenda

- Café
- Agricultura
- Banhado
- Engenho de Farinha
- Pesca
- Terras Comuns

- Arroz
- Comercialização da Pesca
- Vias Rurais
- Igreja
- Cemitério
- Escola

2.1.3. Década de 60

Com a expansão urbana de Florianópolis e a crescente imigração, toda Ilha de Santa Catarina sofreria algum tipo de transformação.

O Pântano do Sul não se manteve imune à onda desenvolvimentista. Teve suas vias, embora ainda rurais, ampliadas. A sua população teve um pequeno crescimento e a presença do Estado estabeleceria novas relações de poder dentro da localidade.

Em 1962, foram criados os Distritos do Pântano do Sul e o de São João do Rio Vermelho, através da Lei nº 531, pela Câmara dos Vereadores do Município de Florianópolis. Ela foi sancionada no dia 4 de dezembro de 1962, pelo então Prefeito Osvaldo Machado, e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, na página 10, do dia 17 de dezembro de 1962 (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 17/12/1962, p.10).

Foram constituídos novos limites , agora sob aspectos administrativos, jurídicos, tributários, policial, fiscal ou eleitoral. O Distrito do Pântano do Sul é constituído pelas localidades: Ponta do Pastinho, Saquinho, Rio das Pacas (Praia da Solidão), Costa de Dentro, Costa de Cima, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia da Armação, Praia do Matadeiro, Lagoa do Peri e parte de Morro das

Pedras.

Com a criação do Distrito, a localidade do Pântano do Sul passa a ser sede do Distrito. Em consequência seria instalada a Intendência Distrital e nomeado o primeiro Intendente Distrital do Distrito do Pântano do Sul, o Sr. Luciano Manoel de Ávila, pescador, que exerceria a função entre 1962 e 1973. Ele foi nomeado pelo então Prefeito Acácio Santiago.

As Intendências Distritais fazem parte da estrutura administrativa do Município. Elas surgiram no período republicano da história brasileira e foram criadas com o objetivo de estruturar as divisões administrativas dos municípios.

No caso do Município de Florianópolis seriam muitas as dificuldades na integração do Distrito Sede com as localidades do interior da Ilha de Santa Catarina, decorrentes da péssima situação das vias rurais e da inexistência de meios de comunicação.

A principal função do Intendente Distrital seria então, a de levar ao conhecimento do Poder Público as necessidades da localidade. Assim a Prefeitura poderia ter maior eficácia em sua proposta administrativa.

A legislação não faz nenhuma referência aos critérios de nomeação para o cargo de Intendente Distrital. A escolha é a critério do Prefeito que o nomeia.

Para DUTRA (1993/4) os critérios de escolha seriam políticos:

“O certo é que o Intendente era a única pessoa com acesso ao poder público e, sem opção ou por falta de condições, os habitantes dos distritos tinham que acorrer a ele, independentemente do seu carisma ou da falta de participação por parte da população.”(p.73).

Adiante ele cita:

“Intendentes como os Senhores Luciano Manoel de Ávila, do Pântano do sul, Cassiano Jacques, de Ratones e Juceimar Hugo Soares, de São João do Rio Vermelho, afirmaram que a continuidade dos Intendentes aconteceu porque a população assim o desejava, evitando problemas políticos nos distritos onde realizavam um bom trabalho. Embora não desvinculem o Intendente das questões políticas, ressaltam que não foi essa a razão que os manteve no cargo. (p. 73)”

Sua pesquisa porém conclui que:

“A pesquisa, que não retira os méritos dos Intendentes, revela que isso não tem procedência, pois a nomeação e a continuidade no cargo deu-se por questões políticas. E foi ainda por essa razão, que no passado das Intendências as eleições ou outra forma alternativa de indicação dos chefes distritais não aconteceu. A nomeação por motivos políticos tornou o Intendente o representante do Prefeito nos distritos, evitando, com isso, a ascensão de outras lideranças. (p. 76)”

Foi em 1967 que o Sr. Waldir Laurenth chegou ao Pântano do Sul, natural de Imaruí de Laguna, aos 32 anos, divorciado; veio para trabalhar na lavoura de arroz de seu irmão e assim reconstruir sua vida. Nunca mais saiu do Pântano do Sul.

“Hoje sou funcionário da Prefeitura e cabo eleitoral. Também já fui Presidente de Futebol do Real, Vice-Presidente da Igreja, Presidente da Associação de Pais e Professores. Há dez anos fiz uma tentativa para ser pescador, mas não deu certo. O Pântano do Sul mudou bastante, mas mudou para melhor”.

Após solicitação da comunidade, em 1968, a luz elétrica chega ao Pântano do Sul. A inauguração foi na casa do Sr. Milton Francisco Oscar que nos relatou:

“Existe uma foto, não sei onde está, do dia da inauguração.”

A energia elétrica mudou a vida no Pântano do Sul. Já era possível a conservação da produção pesqueira. Mas as relações de trabalho permaneceram, pois poucos tiveram condição de adquirir os equipamentos necessários a esta conservação.

Após a política implantada pelo governo pós-64 , ocorreria uma grande expansão dos aparelhos estatais significando um crescimento do Estado bastante expressivo.

“A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência, porque é real.

Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos (SANTOS, 1999, p. 102).”

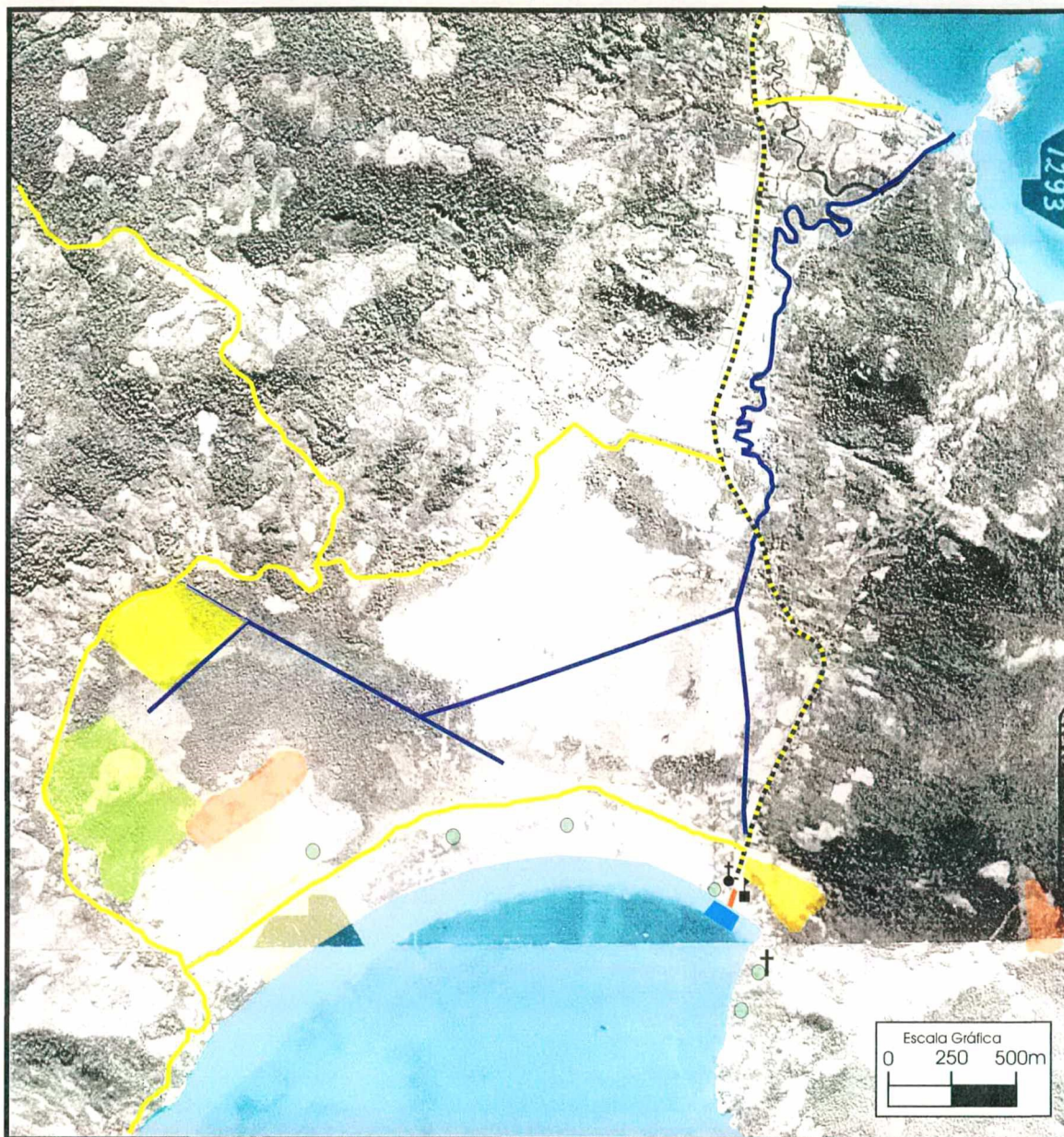
Conclui SANTOS (1999) que a cada divisão do trabalho, cada nova transformação social, há paralelamente, para os “fabricantes de significados”, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos.

Através da Intendência Distrital seria registrado no Pântano do Sul o aumento significativo dos aparelhos de Estado. Até esta década, o único aparelho estatal era a Escola Estadual Clementino de Brito, agora uma escola reunida, isto é, uma professora para cada série.

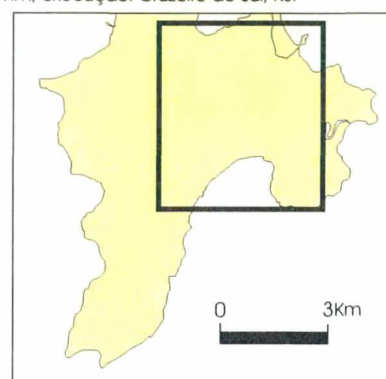
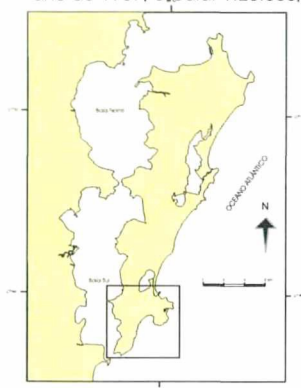
Seriam instalados: o posto policial, o posto médico, a energia elétrica, a concessão para uma empresa de transporte coletivo privada fazer a ligação do Pântano do Sul ao centro da cidade de Florianópolis.

O DNOS (Departamento Nacional Obras e Saneamento) neste período retificaria e abriria alguns canais na área de planície.

Em resumo os territórios e lugares de convivência configurados nesta década, conforme a Fig. nº 03 seriam:



Fonte: Ministério da Guerra, Directoria do Serviço Geográfico, Realização do Governo Jorge Lacerda. Fotos 1293 e 1234, ano de 1957, escala: 1:25.000; Altura do vôo: 3.825m, , câmara: Fainchild F.224, f=153mm, execução: Cruzeiro do Sul, RJ.



Legenda

- | | | | |
|--|----------------------------|--|------------------------------|
| | Café | | Comercialização da Pesca |
| | Agricultura | | Vias Rurais |
| | Arroz | | Vias com Transporte Coletivo |
| | Terras do Senhor Bianchini | | Canais |
| | Pesca | | Igreja |
| | Terras Comuns | | Cemitério |
| | Comércio | | Escola |
| | | | Sítios Arqueológicos |

Figura nº 03

Elaboração: Nell Eugenia Costa Pereira
Edição Gráfica: Nazareno J. M. Martins

- . A agricultura de café, banana, milho, outras culturas.
- . As terras do Sr. Bianchini, antigo Engenho de Farinha.
- . Os pescadores que manteriam seu território.
- . A comercialização da Pesca se fortaleceria e se estenderia a São Paulo e outras cidades.
- . As terras comunais aos poucos teriam sua área reduzida.
- . O comércio com suas vendas começaria a ganhar impulso.
- . O cemitério novo que manteve seu território.
- . A Igreja que manteve seu território na Capela de São Pedro e entorno. Salvo na Festa do Divino que toda a localidade era território da Igreja.
- . O Estado representado até esta década pela Escola Estadual Clementino de Brito ampliaria seu território:
 - As vias rurais foram ampliadas.
 - Sede da Intendência

- Posto Médico

- A concessão para o transporte coletivo chegou aos moradores do Pântano do Sul.

- Posto Policial

- Energia Elétrica

- A Escola Estadual Clementino de Brito, que passou a ser escola reunida onde cada série tem uma professora responsável.

- Os canais do DNOS, que deram um novo direcionamento às águas da planície.

- Sítios Arqueológicos - Lei Federal nº 3.924, de 1961, que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Com a intervenção do Estado na localidade, através de seus aparelhos o poder municipal com a Intendência Distrital, o poder estadual com a escola, com o posto policial, com a companhia de energia elétrica, com a concessão do transporte coletivo e o poder federal com o DNOS, com a Lei nº 3.924, o Estado interfere na regulamentação da propriedade e uso do solo.

Com os novos equipamentos urbanos chegaria ao Pântano do Sul um novo mercado, o da especulação imobiliária.

Apesar de esquecido pelo poder público durante todo este tempo, agora é denominado de Balneário, estabelece-se assim um status consumista do local. Outros **lugares** aparecerão para denominar este local.

No final da década de 60 e princípio da década de 70 seria elaborado o Plano Metropolitano de Florianópolis, tratando do espaço viário. Proporia um sistema integrado de vias terrestres federais, estaduais e municipais na região metropolitana assim como o retorno das baías como vias de transporte.

Esse sistema destacava três eixos indutores de ordenamento, sendo o principal, o de uma via expressa ligando a BR-101, na zona continental, à Via-Parque, na Ilha. A via expressa tinha um trecho continental, um central metropolitano, com a nova ligação Continente-Ilha e aterro da Baía Sul, e um grande sistema de ligação do centro tradicional da cidade com toda Ilha (JORNAL DO SUL DA ILHA, 1995).

Segundo seu idealizador, o arquiteto Luiz Felipe Lobo Gama D'Eça, a Via Expressa Sul não seria só um caminho para o desenvolvimento do Sul da Ilha, mas de toda Ilha. Em entrevista ao Jornal Sul da Ilha, ele comenta:

“Há um movimento organizado, aglutinando profissionais frustrados, principalmente alguns arquitetos que jamais projetaram um único barraco, saudosistas cultivando lembranças do Miramar, gaúchos que elegeram nossa capital para quintal ecológico de Porto Alegre, políticos bajuladores de infelizes e atrasados eleitores do interior do Estado que não gostam de Florianópolis, mas que, quando podem, mudam-se para a ilha capital, destacadamente burocratas do IBAMA, da FATMA e do IPUF, tramando contra todos os projetos do Governo do Estado, em particular, do elenco do Plano Metropolitano, único caminho do desenvolvimento da cidade.

Está claro que esses indivíduos, na surdina, estão a serviço de grandes interesses econômicos no norte da Ilha e, certamente por muito dinheiro. Difícil é encontrar explicação da atitude de políticos no poder, submetidos à vontade de tão poucos, como inexpressivos burocratas, até mesmo, dos que devem obediência ao poder estadual (JORNAL DO SUL DA ILHA, 1995).”

O projeto sofreria grandes críticas e seria abandonado, pelo menos por algum tempo.

O Pântano do Sul agora é também um lugar de balneário.

2.1.4. Década 70

O Pântano do Sul assistiu a Copa do Mundo pela televisão, conforme o depoimento da Sra. Zenaíde Maria de Souza, natural do Pântano do Sul, filha do pescador Estevão Benjamim da Lapa e da Sra. Maria de Souza da Lapa:

“A comunidade assistiu à copa na primeira e única televisão do Pântano, na casa do Sr. Milton Francisco Oscar. Tava todo mundo lá.”

Aos poucos as lamparinas a querosene, os ferros a carvão seriam substituídos.

O engenho de farinha que nas décadas passadas era uma atividade econômica produtiva, nesta década deixa de existir. Em seu local surge o primeiro loteamento planejado do Pântano do Sul, o Parque Balneário dos Açores.

O loteamento atrai pela bucólica paisagem e por baixos preços dos terrenos. Planejado para atender à demanda de especulação imobiliária de veraneio, o Parque Balneário dos Açores tem seu traçado sobre dunas e restingas. O empreendimento tem dificuldades de se incorporar socialmente à localidade.

O loteamento Parque Balneário dos Açores ocupa uma área de 900 mil m², com 60 mil m² de áreas verdes, praças e parques. Os lotes têm 360,00 m² a 470 m².

O projeto foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis sob o nº

23.236 e está registrado junto ao Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis sob a matrícula nº 310-R1 do livro nº 2 do registro geral²⁶.

Também neste período começam as primeiras reservas de terras na localidade. Grandes proprietários compraram a maior parte da área de planície.

A comunidade passa a se compor de territorialidades de diversas ordens que demarca seus espaços de poder, por identidade territorial ou funcionando como elementos representativos de interesses locais.

Há ainda aqueles que chegam ao Pântano do Sul por imposições econômicas (aluguel mais barato, terrenos de valor mais acessível) ou atraídos pelas belezas naturais. Esta multiplicidade das identidades na criação de suas territorialidades faz com que elas passem a ser parte da vida social e estratégia dos conflitos que se desenvolvem na comunidade.

Foi em 1978, que o Sr. Arante José Monteiro Filho, o Arantinho, como todos o conhecem, resolve instalar um bar, o Bar do Arante, que segundo seu depoimento teria a seguinte característica:

“Eu já estava terminando o curso de história na UFSC e me alertei que o turista aqui no Pântano precisava de um lugar onde ele pudesse comer, beber e no início até dormir. Mas tinha que ser um lugar que oferecesse um peixe frito, um pirão, tinha que ser as coisas do lugar. O pessoal não estava procurando restaurante francês.”

²⁶ O Projeto do Parque Balneário dos Açores foi aprovado em 01/09/1975.

A partir desta iniciativa seriam instalados outros bares/restaurantes à beira da praia, mantendo um estilo de colônia de pescadores. No governo de Jorge Konder Bornhausen (1979 a 1982) seria pavimentada a estrada de ligação do centro ao Pântano do Sul, as rodovias SC-401 - sul (centro-aeroporto), SC-406 (costa leste da Ilha: Ingleses-Lagoa-Pântano do Sul) e a SC-405 (ligação entre aeroporto - Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul) (FACCIO, 1997). Com a pavimentação, o comércio veranista começaria a crescer.

As obras do sistema rodoviário da Ilha teriam início no governo de Antonio Carlos Konder Reis (1975 a 1978). Porém, a obra viária prioritária desse período foi a Via de Contorno Norte-Ilha, que ligava a área central da cidade e os bairros aos balneários situados no norte e leste da Ilha (FACCIO, 1997). A Via de Contorno Norte-Ilha teria como objetivo impulsionar a exploração da atividade turística e a especulação imobiliária nos Balneários localizados ao norte da Ilha.

Em 1979 é decretada a Lei Federal nº 6.766, que não permite o parcelamento do solo em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações sem antes serem tomadas medidas saneadoras dos problemas. A Lei ainda estabelece que nas áreas com declividades maiores de 30% fica proibido o parcelamento do solo.

A Lei Federal se aplicaria à área de planície do Pântano do Sul e áreas de encosta, mas segundo a própria legislação caberia ao Município de Florianópolis a demarcação dessas áreas, o que nesta década não foi feito.

Já no final desta década começariam a aparecer os primeiros sintomas de declínio do “milagre econômico”. O crescimento do aparelho estatal sofreria um declínio. Mas não frearia a expansão urbana da cidade de Florianópolis.

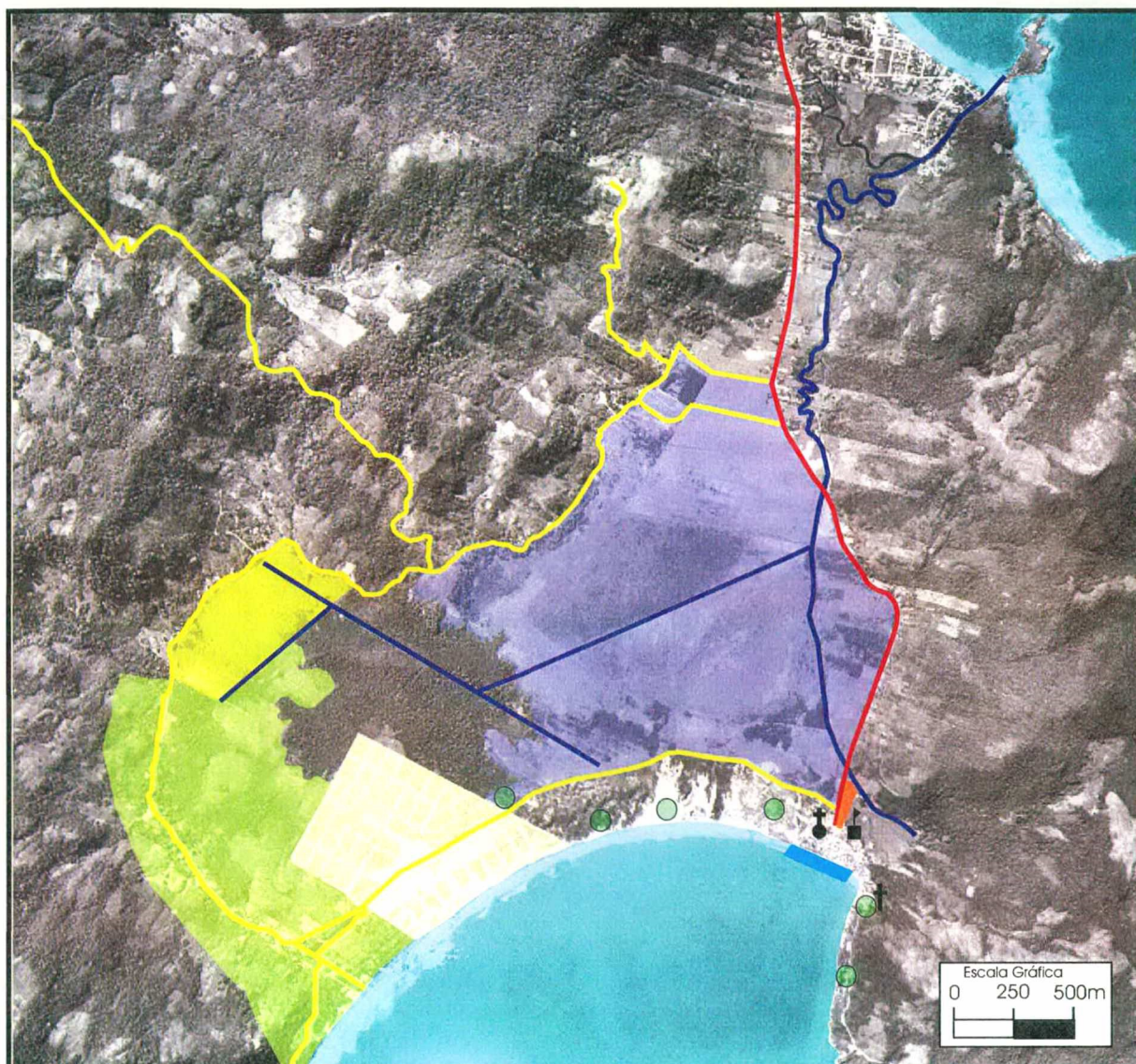
As obras do complexo viário como a Avenida Beira Mar Norte e sua ampliação, a Via do Contorno Norte, a Ponte Colombo Salles e o Aterro Beira Mar Sul dariam condições para esta expansão continuar (FACCIO, 1997).



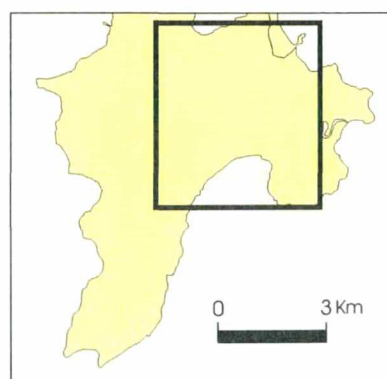
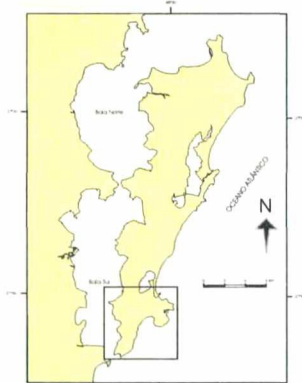
Foto nº 02 - Vista parcial do Pântano do Sul, década de 70

Foto cedida por membro da comunidade

Os territórios configurados desta década, conforme a Fig. nº 04, seriam:



Fonte: Cruzeiro do Sul - FATMA, 05/08/78, escala: 1:25.000, Foto: nº 584.



Legenda

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| Agricultura | Vias Rurais |
| Arroz | Vias com Transporte Coletivo |
| Reservas de Terras | Canais |
| Loteamento: | Igreja |
| Parque Balneário dos Açores | Cemitério |
| Pesca | Escola |
| Comercialização da Pesca | Sítios Arqueológicos |
| Comércio | |

Figura nº 04

A agricultura amplia sua área, embora haja um deslocamento em direção à Costa de Dentro e mais especificamente para as encostas.

O território do arroz tem um pequeno aumento de território.

O território das reservas de terras mantido por grandes proprietários de terras e alguns membros da comunidade ocupa quase toda a área de planície e terrenos ao longo da rodovia. Como agentes modeladores do espaço exercem sobre a comunidade uma influência cada vez mais significativa. Ser proprietário de terras na comunidade é um dos caminhos para a mobilidade social.

O território do Parque Balneário dos Açores é implantado e sua comercialização inicia-se.

A pesca mantém seu território, mas no final desta década já começa o processo de redução de sua área de atuação.

A comercialização da pesca mantém seu território, mas com uma tendência à monopolização. Agora este território é mantido somente por proprietários de peixarias, deixam de existir as salgas. É nesta década que o Sr. Gercino Belarmino da Silva vende sua salga. Segundo depoimento da Sra. Lúcia Maria da Silva:

“Já não estava mais sendo vantajoso manter a salga.”

Com a expansão e especialização nos ramos da atividade de comércio na localidade as salgas perderam seu mercado e influência.

O comércio (bares/restaurantes/pousadas) aos poucos expande seu território, principalmente na área de praia.

A Igreja mantém o seu território.

O cemitério mantém seu território.

O Estado continua ampliando seus territórios:

- A Intendência Distrital²⁷

- O Posto Médico;

- Ampliação das vias rurais;

- Concessão para transporte coletivo, ligando a Sede do Pântano do Sul ao Centro;

- Pavimentação da via de ligação da Sede do Distrito ao centro da cidade;

- O Posto Policial;

27

Nas eleições realizadas em 1972 o Pântano do Sul com 85% dos votos válidos, o candidato a vereador apoiado pelo Intendente Luciano Manoel de Ávila, o Sr. Aldo Belarmino da Silva (ARENA), obteve o mesmo número de votos que todos os candidatos do MDB juntos.

Nas eleições de 1976 a ARENA manteve praticamente a mesma média mais de 80%.

- A Energia Elétrica;

- A Escola Estadual Clementino de Brito: com a reforma do ensino as professoras deveriam obter o diploma do Curso Normal. Em depoimento a Sra. Neli Elice Oscar nos relatou:

“Tive que fazer o “normal de férias”, isto é, cursar o curso normal durante as férias, embora continuasse a lecionar o restante do ano.”;

- Canais do DNOS;

- Sítios Arqueológicos;

Percebemos que a partir da década de 60 e em toda década de 70 a institucionalização dos atores sociais da localidade é mais representativa e como GUY DI MÉO (1991)²⁸ comenta: os territórios corresponderiam às construções, à reprodução social do real, produto da história que reconstitui socialmente o real, produto da história que reconstitui e deforma, no fio de suas práticas e de suas representações, cada ator social.

28

“Le territoire correspond bien à une construction, à une reproduction sociale du réel, produit de l’histoire que reconstitue et déforme, au fil de ses pratiques et de ses représentations, chaque acteur social.” MÉO, GUY DI (1991) “De l’espace subjectif à l’espace objectif: l’itinéraire du labyrinthe”, in: L’Espace Géographique, 1990-1991, n° 4, Paris, p.368.

2.1.5. Décadas de 80 e 90

Em 1984 parte da população, juntamente com o Padre Davi, na data do centenário da construção da Capela de São Pedro, decidem demoli-la no intuito de construir uma Capela mais ampla. Parte da população se ressentiu até hoje da demolição. Conforme depoimento do Sr Arante José Monteiro Filho:

“Era parte de nossa história, mas não adiantou argumentar.”

O desenvolvimento do turismo como alternativa econômica volta a direcionar diversos projetos para o Município de Florianópolis.

As pavimentações ligando o centro da cidade aos Balneários são ampliadas e o crescente turismo interno e externo é incentivado.

A fim de regulamentar o uso e a ocupação do solo nas áreas dos Balneários é criado em 03 de janeiro de 1985, através da Lei 2.193, o Plano Diretor dos Balneários²⁹.

“Conforme o Art. 1º essa lei regula o uso e a ocupação do solo especialmente quanto à localização, ao acesso, à implantação das edificações e aos outros limites do direito de construir, excetuada a utilização das terras para a produção agrícola. Já o Art. 3º diz que os Balneários da Ilha de Santa Catarina, entre os

29

O Plano dos Balneários sofreu inúmeras alterações através de decretos que alteram as leis urbanas no Município de Florianópolis. O Plano ainda hoje é vigente, embora existam propostas de desmembramento a fim de tratar cada Balneário especificamente.

quais se inclui o **Pântano do Sul**, são declarados ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO na forma dos artigos 12 e 21 da Lei Federal nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977, e do art. 127 da Lei Complementar nº 5 de 26 de setembro de 1975, do Estado de Santa Catarina” (FLORIANÓPOLIS, 1985 p. 4).

Em 1987 é fundada a Associação dos Moradores do Pântano do Sul com o propósito de trabalhar para a conquista de melhorias para a comunidade.

A concentração de terrenos nas mãos do grande capital privado, sobretudo das suas ramificações ligadas à produção imobiliária, se apresenta com grandes projetos que visam quase sempre à reprodução de capital e nem sempre levam em consideração as demandas da população do local.

Para SINGER (1982) o capital imobiliário é um falso capital, é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. O capital imobiliário cria uma fonte de valorização fictícia. É de natureza deste capital a recuperação de sua liquidez após cada operação e sua rápida deslocação para qualquer outra operação especulativa. Se a política pública não garantir um adequado nível de ganho no mercado imobiliário, o capital se move para outras operações, praticamente sem perdas, mas gerando uma séria crise com sua retirada (LESSA e DAIN, 1982). Seria o que TEIXEIRA e SCHEIBE (1999) chamam de “*obsolescência programada*” dos investimentos. Este tipo de mercado direciona-se para a elitização do espaço, através de pesados investimentos públicos e privados, alterando assim muito rapidamente a situação da população local.

A duplicação da SC-401 que liga o centro ao norte da Ilha já é uma realidade.

A duplicação, polêmica segundo o noticiário local, foi feita em detrimento dos problemas das populações que estão localizadas na beira desta rodovia.

Projetos como a construção da Via Expressa Sul sobre a área do Aterro Beira Mar Sul, projeto polêmico e amplamente combatido no final da década de 60 e princípio da década de 70, voltam com força total. A implantação da Via Expressa Sul e a construção de dois túneis que farão a ligação do Aterro Beira Mar Sul mais a ampliação deste aterro até a Costeira de Pirajubaré já estão em andamento.

O turismo na Ilha de Santa Catarina é concentrado no verão (dezembro a março). O tipo de turismo que mantém os balneários atualmente, no restante do ano é o turismo interno, moradores urbanos da cidade de Florianópolis que procuram os Balneários pela gastronomia local ou como segunda residência nos finais de semana.

O Pântano do Sul atrai por sua paisagem bucólica, definida assim por um turista interno, o Sr. Sidney S. Avancini, proprietário de uma casa de veraneio no Parque Balneário dos Açores:

“Somos naturais de São Paulo e escolhemos o Pântano do Sul para adquirir nossa residência de veraneio. O que justificou a escolha foi a junção da vila tradicional de pescadores com o conforto dos aparelhos urbanos”.

O Sr. Herman de Oliveira, natural de São Paulo, escolheu o Parque Balneário dos Açores como residência fixa. Ele trabalha no centro de Florianópolis.

Atualmente é Presidente da Sociedade Amigos do Parque Balneário dos Açores, criada em 16 de janeiro de 1988 e nos relatou que hoje a sociedade tem mais ou menos 200 associados.

“Participamos ativamente para a implantação da camada asfáltica que liga o centro à localidade da Costa de Dentro, passando pelo Pântano do Sul e Parque Balneário dos Açores. Depois da ampliação da camada asfáltica o número de famílias a decidirem morar aqui nos Açores, aumentou muito. Hoje já são 65 famílias. A busca por uma melhor qualidade de vida tem orientado a decisão de muitos proprietários dos Açores.”

A Sociedade Amigos do Parque Balneário dos Açores agora se mobiliza na confecção e execução de um projeto para uma “escada ecológica” sobre as dunas que daria aos moradores dos Açores um acesso à praia sem agressão às dunas. Outro projeto em que a Sociedade está empenhada é na campanha para a implantação de uma rede de esgoto para o sul da Ilha.

No Pântano do Sul é no período de verão que o movimento na localidade aumenta, possibilitando que a comunidade aumente sua renda, alugando embarcações para passeio, vendendo seu peixe por melhor preço, alugando sua casa para os turistas. Conforme depoimento do Sr. Arante José Monteiro Filho:

“Aqui no sul ainda se faz um turismo diferente, o turista se integra à comunidade e vive um pouco dela”.

O Sr. Nestor dos Santos, natural de Imaruí, chegou ao Pântano do Sul em 1966 com 12 anos. É o atual Intendente Distrital do Pântano do Sul. Em entrevista o Sr. Nestor relatou-nos que seus pais vieram para o Pântano do Sul para trabalhar na agricultura. Plantavam banana, milho e café. Ele estudou até a 4ª série na escola do Pântano do Sul.

Exerceu muitas funções na comunidade. Dos 18 aos 22 anos viveu fora da cidade de Florianópolis.

“Mas voltei porque foi no Pântano do Sul que melhorei minha vida, assim como meus pais.”

“O Intendente é como se fosse um Sub-Prefeito, é responsável pelas obras, pelo patrimônio municipal, fiscaliza todas as ações municipais. É a ponte entre a Prefeitura e a comunidade. As obras mais solicitadas são pavimentação de ruas, abertura de drenagens e limpeza, melhoria no posto médico (ex: médico de manhã e à tarde)”.

Atualmente participa das discussões sobre a implantação de esgoto no sul da Ilha.

Em depoimento o Sr. Nilton Severo da Costa, natural do Pântano do Sul filho do Sr. Severo Honorato da Costa e da Sra. Elice Dorvalina da Costa, nos contou que estudou e morou durante muitos anos fora da localidade, retornando ao Pântano do Sul há 10 anos quando montou a Pousada dos Pescadores. Atualmente é Vice-

Presidente da Associação dos Moradores do Pântano do Sul.

“Participo do Movimento Pró-Qualidade de vida do Pântano do Sul. As pessoas aqui precisam entender que não precisamos deste turismo que emprega copeiro. Pequenas pousadas e restaurantes é que não descaracterizam o lugar e melhoram a qualidade de vida das pessoas. Eu tenho soluções para formação profissional da comunidade e assim gerar renda para a comunidade”.

O Sr. Nilton Severo da Costa foi Prefeito do Município de Florianópolis no período de 1973-1975.

Através do documento “Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul - Florianópolis/SC”, a iniciativa privada propõe a substituição do atual Plano Diretor dos Balneários com o propósito de viabilizar a implantação de um grande complexo imobiliário na área de planície do Pântano do Sul. Elaborado dentro de um convênio entre o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e as Empresas JAT Engenharia e Almeida Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresas patrocinadoras e interessadas (IPUF, 1997), caracterizando o privilégio que o poder público municipal dá a um determinado agente.

No dia 07 de outubro de 1998, o Instituto de Planejamento de Florianópolis (IPUF) coordenou uma reunião na comunidade do Pântano do Sul, com o objetivo de apresentar os resultados dos “Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico do Pântano do Sul”. Nesta ocasião a comunidade se colocou em oposição à proposta

e através do Prof. Odair Gercino da Silva (Colaborador do Movimento Pró Qualidade de Vida do Distrito do Pântano do Sul) propôs que o documento fosse apresentado às outras comunidades (Praia da Armação e Costa de Dentro) que seriam envolvidas caso o projeto fosse implantado.

Mediante esse documento torna-se possível a identificação das correlações de forças na comunidade e das diferenças que se estabelecem para com outros agentes.

Agentes sociais passam a compor territorialidades de diversas ordens que demarcam seus espaços de poder, por identidade territorial ou funcionando como elementos representativos de interesses locais. Como exemplos poderíamos citar as associações de moradores, organizações não governamentais, ambientalistas, que buscam a institucionalidade e que configuram territorialidades que se manifestam como resistência à uniformização do espaço (ULTRAMARI, C. e MOURA, R., 1994).

Essas territorialidades estabelecem o contorno do alcance de seu raio de poder com mais clareza e precisão quando o seu espaço sofre tentativas de possíveis modificações. Nesse momento elas orientarão estratégias e táticas dos diferentes agentes (TRINDADE JUNIOR, 1998).

Nas relações de poder há dominantes e dominados, há um poder hegemônico, o que se verifica no processo histórico. Esta hegemonia, no entanto, se desenvolve com avanços e recuos. Não há uma dominação permanente, eterna, idêntica.

A comunidade se organiza e assim é capaz de criar estratégias e táticas que venham a ser alternativas na ocupação e utilização deste lugar chamado Pântano do Sul. Mas não só a comunidade local se organiza. A iniciativa privada e o poder público também procuram outras estratégias.

Uma destas estratégias poderia ser “Turismo Verde - Distrito do Pântano do Sul”, onde se propõe um turismo de reconhecer as potencialidades do local. Patrocinado por pousadas e restaurantes da localidade foi feito um folheto explicativo onde estão mapeadas as principais trilhas da área e o que os turistas poderão encontrar em cada trilha proposta.

Em entrevista, a Sra. Vera Regina Delacoste Bicca, natural de Porto Alegre/RS, nos relatou que chegou ao Pântano do Sul em 1980, veio para passar as férias e acabou ficando. Arquiteta, é uma das autoras do “Plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina”³⁰, promovido pela ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis-Núcleo Setorial do Meio Ambiente), elaborado em 1999.

Participa das discussões dos projetos apresentados para o Pântano do Sul e sul da Ilha. Membro do Movimento Pró Qualidade de vida do Distrito do Pântano do Sul, está atualmente, mobilizada com o projeto rede de esgoto para o sul da Ilha, visando uma melhora nas condições de vida da população.

30

“Plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina”, BICCA, V.D., OROFINO, P.R., FRUGOLI, M., (1999), Coordenador do Projeto: Danilo Aronovich Cunha, promovido pela ACIF (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis-Núcleo Setorial do Meio Ambiente).

O Prof. Odair Gercino da Silva, natural do Pântano do Sul, filho de Gercino Belarmino da Silva e da Sra. Lúcia Maria da Silva, em entrevista nos relatou que após concluir as quatro primeiras séries escolares no Pântano do Sul veio para o centro da cidade de Florianópolis para dar continuidade a seus estudos, retornando ao Pântano do Sul somente em suas férias escolares. Ainda hoje retorna ao Pântano do Sul pois mantém com o lugar laços familiares.

Geógrafo preocupado com a ocupação e uso do solo na área de planície quaternária que se estende entre as localidades do Pântano do Sul e Praia da Armação, elaborou um estudo preliminar com vistas à elaboração do Projeto da “Reserva Ecológica Lagoa das Cativeiras”. Sua justificativa é que *“...a área mencionada é constituída por um ambiente extremamente frágil e cujo ecossistema abriga, até hoje, espécies faunísticas características de habitats brejosos ou paludais, bem como mantém pequenos bosques remanescentes da mata Atlântica de Planícies Quaternárias...”*³¹

Outra estratégia a ser também mencionada é a “Agenda 21 - Florianópolis - Meio Ambiente quem faz é a gente”³². A Agenda 21 local tem como objetivo alcançar os objetivos da Agenda 21 Global, que é o resultado da proposta da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

31

Estudo preliminar com vistas à elaboração do Projeto da “Reserva Ecológica Lagoa das Cativeiras”. (SILVA, O.G da 1998), in mimeo.

32

Fórum Agenda 21 do Município de Florianópolis - Agenda 21 Local do Município de Florianópolis: Meio Ambiente quem faz é a gente (2000), Prefeitura de Florianópolis, Florianópolis, 244 p.

A Agenda 21 - Florianópolis, segundo a Fundação Municipal de Meio Ambiente, é o resultado de quase três anos de atividades ininterruptas, contabilizando vários seminários regionais, inúmeras reuniões plenárias do Fórum, diversos encontros de grupos de trabalho específicos, num movimento de participação voluntária de pessoas, que tentou envolver parte da população do Município de Florianópolis.

O Fórum foi convocado e coordenado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente “para conhecer seus problemas e potencialidades, visando a elaboração de um documento que expressasse valores e princípios básicos, balizadores da conduta dos agentes produtivos - indústria, comércio e serviços, assim como, de todos os setores ativos da sócioeconomia”.

O Pântano do Sul foi trabalhado no Programa 5 - Desenvolvimento Sustentável da Região V. Diagnóstico:

“... Toda a região, desde o Pântano do Sul até o Ribeirão da Ilha, tem um baixo índice de desenvolvimento sócio-econômico, não sendo promovido para qualquer finalidade o potencial da cultura local, nem da pesca, nem do exuberante folclore regional.”

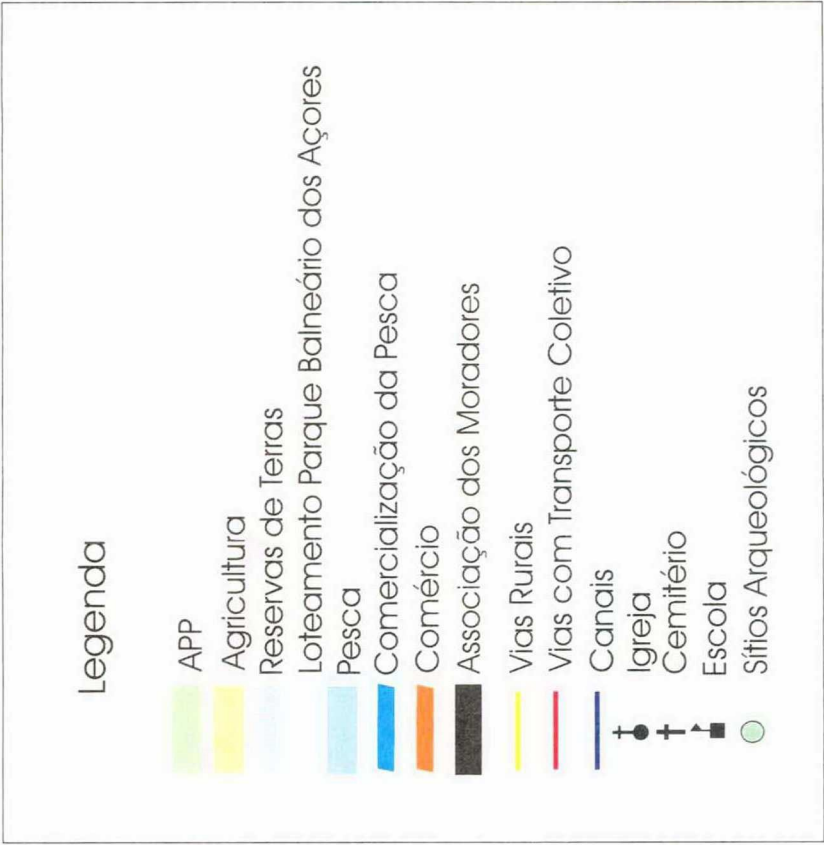
A comunidade não se sentiu prestigiada neste Fórum e alguns profissionais discordaram de seu diagnóstico e soluções propostas.

Os exemplos acima (Movimento Pró Qualidade de Vida do Distrito do

Pântano do Sul; Turismo Verde - Distrito do Pântano do Sul; Plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina; Reserva Ecológica Lagoa das Capivaras; Agenda 21 - Florianópolis) foram citados a fim de demonstrar que os agentes sociais que têm no Pântano no Sul sua área de interesse se mobilizam e criam estratégias e táticas a fim de interferirem no processo de ocupação e uso do solo da localidade.

Os territórios e lugares de convivências configurados neste período seriam, conforme Fig.05:

TERRITÓRIOS E LUGARES DE CONVIVÊNCIA CONFIGURADOS ENTRE A DÉCADA DE 80 E 90



Fonte: CELESC, FX. 08 -0 29, FX. 09-029, FX. 08-030, FX. 09-030, set./1998, escala: 1:15.000.

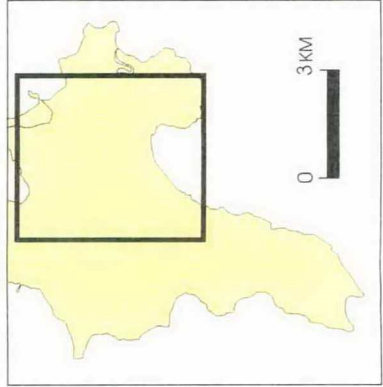
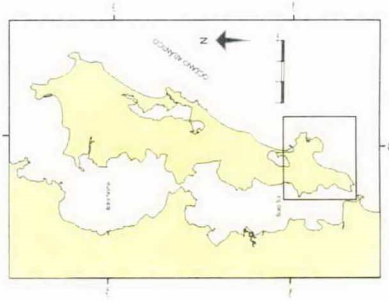


Figura nº 05

. **A agricultura** se desloca para as encostas da localidade da Costa de Dentro devido à expansão urbana da localidade do Pântano do Sul.

. **O território de reserva de terras** ainda é praticamente o mesmo, pois grande parte das propriedades estariam dentro do projeto referenciado no documento “Estudos Ambientais para o Plano Específico do Pântano do Sul”, que continua em tramitação dentro do IPUF, mas que precisa substituir o atual Plano Diretor para ser implementado. Algumas propriedades estão sendo comercializadas, na quadra da praia, atrás do campo de futebol. Há também uma área que está sendo loteada atrás do Parque Balneário dos Açores. Segundo o depoimento do Sr. Herman de Oliveira:

“A Sociedade Amigos do Parque Balneário está mobilizada e se preparando para contestar o loteamento, pois está localizado em área de preservação permanente.”

. **O Parque Balneário dos Açores** mantém seu território e foi bastante beneficiado com a pavimentação asfáltica até a Costa de Dentro.

. **A pesca** tem seu território cada vez mais limitado. De um lado, o crescente turismo ocupa a área de praia para lazer, impossibilitando as manobras de pesca e influenciando toda a comunidade. O Estado, através de leis federais regulamentadas por decretos municipais, determina áreas de preservação permanentes anteriormente território da pesca.

Muitos dos pescadores e seus descendentes passam a ser proprietários de

bares, restaurantes e pousadas. A influência do grupo que dava sustentação ao território da pesca diminui. Membros deste grupo passam também a sustentar outros territórios envolvidos de alguma forma com a atividade do turismo.

. **A comercialização da pesca** mantém seu território. É estabelecida na praia, em duas peixaria. Aumenta a concorrência entre os comerciantes.

O território da comercialização da pesca, neste período, assim como o território da pesca tem sua influência diminuída na comunidade. Com a diversificação da atividade de comércio na localidade, a comercialização da pesca torna-se apenas um ramo de comércio.

. **O comércio de pousadas, pequenos mercados e bares/restaurantes** ampliam seu território, criando novas territorialidades.

. **O território da Associação dos Moradores** criada para defender os interesses da população. Passou por algumas disputas políticas, conforme depoimento de alguns entrevistados.

A atual diretoria resolveu por fim às disputas individuais e trabalhar em benefício da comunidade. A tarefa é difícil pois há interesses pessoais, políticos e partidários. Mas a proposta está sendo levada “com força de vontade”, conforme depoimento de diretores da Associação.

. **O território da Igreja** e seu entorno é modificado. A Capela de São Pedro, de pedra, é demolida e uma nova Capela mais ampla é erguida para atender as

demandas de desenvolvimento de parte da comunidade.

- . As famílias da comunidade mantêm o **território do cemitério**.

- . **O território do Estado** é ampliado:

- A Intendência Distrital^{33 e 34} tem seu espaço físico ampliado.

- Posto Médico

- As vias rurais são ampliadas.

- Plano Diretor dos Balneários (1985), definindo as áreas de ocupação e usos do solo da localidade. Passa a regulamentar as áreas que são protegidas por legislação federal, estadual e municipal.

- A via pavimentada é ampliada. A concessão de transporte coletivo é estendida até a localidade da Costa de Dentro, passando pelo Parque Balneário dos Açores.

33

Mesmo depois da reforma política, em 1982, o PDS (hoje PPB) - originário da antiga ARENA teve sua situação política fortificada no Distrito.

34

Em 22 de novembro de 1988, o então Prefeito Edison Andrino de Oliveira envia à Casa Legislativa o Projeto das Eleições para Intendentes Distritais. O Projeto de Lei é aprovado sob o nº 4090/88, e sancionado pelo Prefeito Edison Andrino de Oliveira. A Lei estabelece que a escolha dos Intendentes Distritais passa a ser efetuada, exclusivamente, através do voto direto dos moradores dos referidos distritos.

- A Escola Estadual Clementino de Brito tem seu nome substituído para Escola Estadual Severo Honorato da Costa. Passa a ser uma escola de ensino básico (1ª a 8ª séries do 1º grau).

- Posto Policial

- Energia Elétrica

- Rede de Telefonia fixa e recentemente Telefonia Celular

- Canais do DNOS.

*Lei Federal nº 3.924, de 1961 - Dispõe sobre a preservação dos Sítios arqueológicos.

*Lei Federal nº 6.766, de 1979 - Não permite o parcelamento do solo em terrenos onde condições geológicas não aconselham a edificação, em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações sem antes tomar medidas saneadoras do problema. Estabelece que nas áreas com declividades maiores de 30% fica proibido o parcelamento do solo.

*Resolução do CONAMA, N 004, de 1985 - Estabelece como reserva ecológica uma faixa de 300 metros a contar da linha de preamar situada em área de restinga.

* Lei Municipal nº 2.193, 1985 - Pântano do Sul como uma Unidade de

Conservação - UC na categoria de Área de preservação permanente - APP.

* Decreto Municipal N 112, de 1985 - Tomba todas as áreas constituídas por dunas como Monumento Natural e Paisagístico.

* Lei Federal N 7.661, de 1988 - Institui o PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

* Lei Federal N 7803, de 1989 - Altera a Lei 4771 e classifica a Mata Ciliar, como área de preservação permanente e estabelece diferentes faixas de proteção dependendo da largura do rio: 30 m p/cd lado do rio de largura < 10 m; 50 m p/cd lado do rio de largura entre 10 e 50 de largura; 100m p/cd lado do rio de largura entre 50 e 200m de largura; 200m p/cd lado do rio de 200 a 600m de largura; 500m p/cd lado do rio que tiver mais de 600m de largura; nas nascentes, ainda que temporárias.

* Resolução do CONAMA N 013, de 1990 - Determina que nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de 10 km, qualquer atividade que afete a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

* Decreto Federal N 750, de 1995 - Regulamenta o uso nas áreas de ocorrência de Mata Atlântica e dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da floresta Atlântica.

* Resolução Conjunta N 01, de 1995 - Regulamenta o corte, a supressão e exploração de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica.

* Resolução do CONAMA N 03, de 1996 - Define que a vegetação, remanescente da Mata Atlântica, expressa no decreto 750 de 1993, abrange a totalidade da vegetação primária e secundária em seu estágio inicial, médio e avançado de regeneração.

(*35)

O Pântano do Sul tem o privilégio de ser cercado por áreas protegidas por Leis Ambientais. Por um lado, devemos entender a importância desta proteção, por outro devemos refletir nas consequências desta legislação na comunidade. Segundo alguns depoimentos soubemos de moradores que compraram áreas de encostas e que depois não puderam construir, pois existe a Lei que proíbe construções nestas áreas. Depoimento da Sra. Elice:

“Derrubaram a casa do pescador, disseram que ele construiu em cima das dunas e é proibido. Coitado, todos ficaram com pena dele. Ele é pescador. É gente pobre.”

O dia a dia da comunidade é diferente da interpretação que técnicos fazem do **lugar** onde esta comunidade nasce, cresce e morre.

TABELA Nº 3

**TABELA DEMONSTRATIVA DA CONFIGURAÇÃO DOS
TERRITÓRIOS E LUGARES DE CONVIVÊNCIA NA LOCALIDADE
DO PÂNTANO DO SUL NOS PERÍODOS: 1938/49, 1950/59, 1960/69,
1970/79 e 1980/98.**

Territórios	1938/49	1950/59	1960/69	1970/79	1980/98
Pescador	configurado	se mantém	introdução de novo equipamento	território ameaçado pela atividade turística	à procura de uma forma e convivência c/atividade turística
Comércio da pesca	configurado	se mantém	procura de novos mercados	consolidação de mercado	procura de novos mercados
Agricultura	configurado	se mantém	em declínio	estagnação	em declínio
Terras Comuns	configurado	diminuição de áreas	X	X	X
Engenho de Farinha	configurado	em declínio	X	X	X
Banhados	configurado	diminuição de áreas	diminuição de áreas	X	X
Cemitério 1	configurado até 1942	X	X	X	X
Cemitério 2	configurado a partir de 05/1942	se mantém	se mantém	se mantém	se mantém
Capela de São Pedro	configurado	se mantém	se mantém	se mantém	É demolida. Em seu local é construída uma Capela mais ampla.
Arroz	-	-	configurado	em declínio	X
Terras do Sr. Bianchini	-	-	configurado	X	X

Territórios	1938/49	1950/59	1960/69	1970/79	1980/98
Parque Balneário dos Açores	-	-	-	configurado	se mantém
Comércio	-	configurado	se mantém	grande impulso com a atividade turística	expansão devido à atividade turística
Associação Moradores	-	-	-	-	configurado
Reservas de Terras	-	-	configurado	expansão	planos de implantação de projetos imobiliários
Estado	configurado	se mantém	expansão	aumenta a expansão	novas estratégias de intervenção

Legenda:

- = não existia
- X = deixa de existir

3º Capítulo: A Pesca

A pesca é a atividade econômica que permeia todos os significados que os entrevistados deram ao lugar Pântano do Sul. É por essa razão que este capítulo foi idealizado neste trabalho. Começamos com um breve resgate histórico da legislação que regula esta atividade econômica e concluímos com as particularidades da pesca no Pântano do Sul, como se desenvolveu e como sobrevive.

3.1. Um breve relato histórico

Por volta de 1740 a 1742, com a construção das fortalezas, estabeleceu-se na costa catarinense o primeiro núcleo baleeiro, denominado de Armação de Nossa Senhora da Piedade, hoje Armação da Piedade, localizada no atual município de Governador Celso Ramos (ELLIS, 1969). O contrato foi celebrado com Tomé Gomes Nogueira, em 1741, e incluía além de Santa Catarina, a pesca no Rio de Janeiro, Santos e São Paulo.

À frente de um grupo de comerciantes, o Sr. Inácio Pedro Quintela, em 1765, daria início ao monopólio das baleias com a constituição da Companhia da Pescaria das Baleias. Esta companhia fez um contrato de 12 anos, no valor de 80.000 cruzados anuais. Este contrato estabelecia como área de exploração toda costa

brasileira e ilhas adjacentes. A parte referente à Santa Catarina seria de 10.000 cruzados. O contrato determinava o fornecimento de azeite para a colônia, mas seu principal objetivo consistia na exportação de óleo para a Metrópole. Ao findar o contrato, a companhia obteve um lucro de 4 milhões de cruzados (SILVA, 1994).

Em 1772 a indústria baleeira se estabelecia na Ilha de Santa Catarina, na localidade da Armação da Lagoinha ou Lagoinhas, hoje Praia da Armação, tendo Sant'Ana por padroeira. As armações localizavam-se nas proximidades de núcleos de povoamento litorâneo (ELLIS, 1969).

As armações eram aldeias construídas junto às praias. Eram compostas de uma casa grande, uma capela, moradias, alojamentos, engenho de frigar e reservatórios de óleo, armazéns e oficinas, cais, rampas e paredões que atingiam a beira do mar.

Os morros e encostas cobertas de vegetação supriam a dependência de madeira que as armações tinham para construção de seus estabelecimentos e embarcações, assim como forneciam lenha para as fornalhas de suas caldeiras onde se frigia o toicinho das baleias. Até 1969 as ruínas dos tanques de pedras e restos de parede, provalmente de engenho de azeite, podiam ser vistas na atual Praia da Armação, Distrito do Pântano do Sul (ELLIS, 1969). Algumas dessas ruínas estão presentes até hoje, apesar do avanço do mar sobre a linha da costa, naquela porção da praia.

A assistência médica e espiritual nas armações eram praticadas por cirurgiões e padres que recebiam remunerações equivalentes para o exercício de seus diferentes ofícios. Consta que o cirurgião Felizardo Carvalho da Cunha e Silva, que prestaria serviços na Armação de Lagoinha, receberia um sôldo de 158\$400, e que o frei Pedro Antonio de Agote, na capela da Armação de Garopaba, pelos serviços de sacerdócio no mesmo período receberia a mesma importância (SILVA, 1994).

A equivalência desses soldos seria explicada por ser a pesca da baleia uma empreitada perigosa. Os pescadores estariam sempre expostos a momentos de grande medo e pânico, precisariam sempre de proteção divina. As baleeiras deveriam ser benzidas nas rampas antes de saírem para o mar.

ELLIS (1969) descreve que haveriam ocasiões em que a baleia em disparada, rumaria ao largo a rebocar a baleeira a uma tal distância, que impediria que outras baleeiras se aproximassem para socorrê-la. Momentos como este atormentariam a tripulação da baleeira e o consolo espiritual seria neste momento mais eficiente do que a prática médica.

Com o término desse primeiro contrato, Joaquim Pedro Quintela faria outro, também por 12 anos, no valor de 100.000 cruzados e obteria lucros superiores ao anterior. A empresa de Quintela realizaria ainda um terceiro contrato em 1789, no valor de 48 contos de réis por ano e o manteria até 1801 quando terminaria o monopólio e o declínio da pesca da baleia.

O fim do monopólio e o declínio da pesca da baleia aconteceu devido a

concorrência dos estrangeiros (espanhóis, norte-americanos e ingleses) que possuíam equipamentos superiores e embarcações capazes de ir mais longe da costa. Outra causa teria sido a pesca indiscriminada, impossibilitando a reprodução das espécies no litoral sul brasileiro e marcando definitivamente o fim da comercialização da espécie no período colonial (SILVA, 1994).

Depois da regulamentação específica da pesca das baleias, a atividade pesqueira foi novamente regulamentada em 1846 com a criação de Distritos e Capatazias de Pesca, iniciando um recrutamento de pescadores para a Marinha de Guerra.

Em 1897, o Governo Republicano fez a primeira campanha de nacionalização da pesca e em 1902 surge o lema “Rumo ao Mar”. O governo brasileiro tinha como objetivo a industrialização do setor pesqueiro aos moldes da Inglaterra, Estados Unidos e Japão (BIASOTTO, 1995).

Ainda segundo a autora, em 1912 a regulamentação do setor pesqueiro definiria que a Marinha fiscalizaria a atividade pesqueira e orientaria os pescadores e embarcações. O Ministério da Agricultura seria responsável pela educação e saúde dos pescadores, comercialização do pescado e as pesquisas referentes à atividade. Nesta mesma época foram instituídas as Zonas de pesca, em todo o território nacional.

Dando continuidade ao projeto de nacionalização e industrialização do setor pesqueiro brasileiro, em 1919 são fundadas colônias de pesca e postos de saúde,

afim de ser superada a precariedade das situações dos pescadores e suas condições de trabalho. Os pescadores foram matriculados em suas colônias. Também foram delimitados terrenos de praia para os pescadores e proibida a pesca por estrangeiros.

Na década de 20 as colônias de pesca, consideradas reservas navais, ainda eram controladas pela Marinha de Guerra. Delegados, não pescadores, representavam as colônias nas Confederações Estaduais da Pesca. É no Governo de Getúlio Vargas que surge o primeiro código de caça e pesca no país, em 1938, transferindo as atribuições do setor pesqueiro da Marinha para o Ministério da Agricultura.

Com a Segunda Guerra Mundial o setor pesqueiro sofre um novo retrocesso. O pescador em tempos de guerra seria considerado uma “Sentinela Avançada da Nação”, e caberia à Marinha a preparação dos pescadores como auxiliares das Forças Navais. A Marinha também seria responsável pela fiscalização dos pescadores e das embarcações. Ao Ministério da Agricultura seriam atribuídas as funções de assistência social aos pescadores e desenvolvimento da atividade econômica da pesca.

“Na revolução de 30 eu tava lá nas areias (dunas) plantando mandioca mais a mamãe. Papai tava nos Moleques, nas anchovas. As destróias (submarinos) andava tudo aí, coisa medonha! De noite nós fomos pro mato dormir. Pro mato, porque meu cunhado era reservista e eles andavam aí atrás. Fomos pro mato a família toda. Aqui não ficava ninguém ia todo mundo pro mato. E nós também tomava conta da praia né, de quando em quando víamos homens. Nós perdia a noite toda aí na praia tomando conta, por causa do submarino, a guerra da

Alemanha foi assim. Até depois saiu boatos que nós ia ganhar aí uma lei da praia. Agora, não ganhamos nada.”

Depoimento de Germano José da Lapa³⁶, o Seo Bebéco, para
Arante José Monteiro Filho, em mimeo.

Passada a guerra, na década de 40, o Estado através de suas fontes de financiamento e crédito incentivaria a pesca industrial, objetivando um desenvolvimento e uma modernização do setor. Os pescadores que se utilizavam de pequenas embarcações e comercializavam o produto de seu trabalho na beira das praias e mercados não receberiam nenhum incentivo governamental.

Na Ilha de Santa Catarina conforme depoimento de Lázaro Bregue Daniel, eleito vereador em 1992, filho do pescador Chico Doca e Dona Eva:

“A partir de 1940, houve uma desarticulação da atividade agrícola com a pesca, vários pescadores passam a viver exclusivamente da pesca. Surgem os grandes arrastões de praia, redes de mais de 200 braças, que empregam mais de 20 camaradas e com eles o aparecimento de proprietários de redes. Estes eram representados por patrões da pesca ou mestres de rede, que organizavam a puxada da rede.

Os camaradas das diversas tripulações da pesca artesanal não tinham qualquer

36

O Sr. Germano José da Lapa, o Seo Bebéco, natural do Pântano do Sul, foi o pescador tradicional e representativo da comunidade do Pântano do Sul. Viveu sempre da pesca. Morava na ponta da praia na beira do costão com sua esposa Sra. Catarina da Lapa. Costumava falar com nostalgia que teria pescado por todo o sul da Ilha. Gostava de dançar e ir a baile e contava com brilho nos olhos que é o homem que mais dançou neste lugar. Em 1995 declarou ao Jornal do Sul da Ilha: “...hoje a vida tá muito difícil, não tem mais dinheiro para ninguém, muito menos para o pescador.” (JORNAL DO SUL DA ILHA, 1995).

vínculo empregatício com os proprietários das embarcações. Na maioria das tripulações as relações eram de parentesco ou de amizade. A renda familiar que a pesca proporcionava aos pescadores era a seguinte: camaradas, 1 parte ou quinhão; patrões 2 partes; donos de embarcações 4 a 5 partes. (Entrevista ao JORNAL DO SUL DA ILHA, 1995)."

Nos anos 50 os núcleos pesqueiros de Santa Catarina tinham mais pescadores que a atividade absorvia. Contribuíram para este cenário a decadência da agricultura, que injetava um número cada vez maior de homens na atividade da pesca. As safras principalmente de cação, tainha, anchovas e camarões não mais respondiam à demanda. A vida dos pescadores estava cada vez mais difícil. A saída seria o deslocamento de parte desta mão de obra para o Rio Grande do Sul (LAGO, 1961).

Também nessa década o Estado implementaria em Santa Catarina a política governamental de incentivo ao desenvolvimento e modernização da atividade pesqueira, o que propiciaria o surgimento das primeiras indústrias de beneficiamento de pescado no litoral de Santa Catarina. Localizadas nos municípios de Itajaí, Ganchos, Florianópolis e Laguna, estas empresas instalaram-se ou ampliaram-se onde já existia algum tipo de infra-estrutura, como salgas (SILVA, 1992).

A criação da SUDEPE, em 1962, propiciaria ao Estado de Santa Catarina um dos maiores números de empresas beneficiadas com recursos deste órgão governamental através da divisão da Caça e da Pesca e da Caixa de Crédito da Pesca. Fica caracterizada a intenção de fomentar a pesca industrial em detrimento

da artesanal.

O Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 objetivava dar um impulso ao processo de industrialização do setor pesqueiro, regulamentando as bases legais da atividade pesqueira. O decreto estabeleceria uma sistemática de incentivos fiscais com a finalidade de criar uma indústria de base no setor (MMA, 1997). O Estado promoveria, assim, através de incentivos fiscais, modificações na organização da atividade pesqueira em território brasileiro.

Em 1973, seria criado o Programa de Fomento da Pesca Artesanal - PESCART. O programa destinava-se a promover a pesca artesanal, mas não teria tempo para levar nenhum tipo de benefício aos pescadores artesanais, pois já em 1975 seria extinto (BIASOTTO, 1995).

Neste mesmo ano o Ministério da Agricultura aprova o Estatuto da Colônia de Pescadores (Portaria 471), uma medida que novamente prejudicaria os pescadores artesanais, pois considerava sócios das colônias os pescadores profissionais, como também os armadores de pesca, os industriais, e os pescadores amadores, não levando em consideração os interesses opostos e mesmo conflitantes das diferentes categorias.

De acordo com o IBAMA (1997), o Estado de Santa Catarina em 1996 teria a maior participação na produção nacional do setor pesqueiro, de origem marinha. Em seus 531 quilômetros de litoral, a atividade pesqueira representaria historicamente o sustento de muitos núcleos pesqueiros. De acordo com estimativas

oficiais, em 1988 existiriam 150 comunidades pesqueiras distribuídas em 27 municípios. E com a emancipação do município de Bombinhas, em 1992, seriam 28 municípios, o que corresponderia a uma população de 150.000 habitantes dependentes direta ou indiretamente do setor pesqueiro (SUDEPE, 1988).

A partir de 1964 o IBAMA/SC passa a controlar e tabular a produção de pescado em Santa Catarina com o objetivo de avaliar e planejar um melhor controle sobre a atividade pesqueira do estado.

Coletamos junto ao IBAMA os resultados obtidos no período compreendido entre 1964 e 1997, referentes à atividade pesqueira em Florianópolis, e a participação do Pântano do Sul.

Tabela 04
Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina
Produção artesanal desembarcada
no período de 1964 a 1979

ANO	FLORIANÓPOLIS	PÂNTANO DO SUL
1964	1.869.400	211.500
1965	-	-
1966	1.817.495	315.826
1967	2.285.491	641.580
1968	1.769.566	494.098
1969	4.940.070	467.281
1970	-	-
1971	406.492	188.454
1972	9.760.166	366.885
1973	14.834.464	295.961
1974	15.705.114	876.868 (*)
1975	6.233.613	639.382
1976	4.481.561	542.777
1977	5.390.226	573.704
1978	3.177.300	477.873
1979	6.901.425	989.971

Fonte: IBAMA/ SC - Florianópolis

(*) Entrada de um novo equipamento na pesca artesanal, o cerco, tecnologia japonesa vendida para alguns donos de rede no Pântano do Sul e em algumas localidades da Ilha de Santa Catarina.

Tabela 05**Informe da Pesca Extrativista Marinha em Santa Catarina****Produção artesanal desembarcada****no período de 1980 a 1997**

ANO	FLORIANÓPOLIS	PÂNTANO DO SUL
1980	3.854.199	661.346
1981	5.192.987	1.095.147
1982	5.921.350	1.146.992
1983	5.389.352	1.303.760
1984	7.882.575	1.615.204
1985	8.132.111	2.235.934
1986	50.804.300	8.752.384
1987	4.644.524	978.277
1988	153.856	62.903
1989	209.558	78.809
1990	270.181	13.385
1991	249.108	41.844
1992	199.843	11.065
1993	1.961.076	991.142
1994	2.274.040	1.161.260
1995	2.161.751	1.165.116
1996	146.662	14.530
1997	1.442.602	543.867

Fonte: IBAMA/SC - Florianópolis

Observamos nas Tabelas 04 e 05 que os números referentes à produção de pesca sofre grandes variações e atribuímos isso a alguns fatores:

- a) uma possível mudança de metodologia na coleta dos dados como exclusão ou inclusão de alguma localidade em determinados anos;
- b) através de entrevistas pudemos cruzar os dados das tabelas com as lembranças dos pescadores como grandes safras de tainha em alguns anos e anos difíceis para pesca, anos em que os pescadores tiveram que embarcar nos grandes pesqueiros do Rio Grande do Sul.

O Pântano do Sul possui uma Capatazia³⁷, atualmente desativada. Sendo assim, os pescadores do Pântano do Sul estão diretamente ligados à Colônia de Pescadores de Florianópolis, Z 11. As colônias estão vinculadas à Federação dos Pescadores de Santa Catarina, que está vinculada à Confederação dos Pescadores de todo território nacional.

O Sr. Luciano Manuel de Ávila, natural do Pântano do Sul, pescador e primeiro intendente do Distrito do Pântano do Sul explicou-nos:

“Antigamente a Capatazia funcionava, mas já tem um tempo que não funciona mais. O pessoal está desorganizado. Ninguém quer mais comer peixe. Só querem saber de carne”.

37

Capatazia - representação da Colônia dos Pescadores no local de desembarque da pesca.

A Colônia de Pescadores de Florianópolis Z 11, localizada à Rua Presidente Coutinho nº 69 - Centro/Florianópolis, compartilha hoje o mesmo espaço físico que a Federação dos Pescadores de Santa Catarina, embora tenham papéis diferentes.

A Colônia de Pescadores de Florianópolis Z 11 trata da matrícula dos pescadores. É responsável pela assistência social dos pescadores, serviços como encaminhamento de assistência médica, aposentadoria, orientação para isenção de imposto predial, etc.

A isenção de pagamento de imposto predial e territorial urbano ao pescador no município de Florianópolis foi regulamentada pela Lei nº 3316/89.

A Federação trata de convênios com instituições governamentais e privadas que possam viabilizar recursos, tais como financiamentos de embarcações, freezers, outros equipamentos e outras condições que propiciem um desenvolvimento da atividade econômica pesqueira no Estado de Santa Catarina.

Não pudemos constatar o número exato de pescadores existentes no Pântano do Sul. Esta impossibilidade é determinada porque a Colônia não possui inscrição por localidade. Só seria possível se a capatazia estivesse ativada. Procuramos a informação na própria localidade e o que descobrimos é que diversos moradores têm carteira de pescador mas não exercem mais há muitos anos este ofício ou exerceram o ofício temporariamente.

O Sr. Juvenal Manoel Martins, filho de pescador, natural da Barra do Sul.

Chegou ao Pântanano do Sul por volta de 1973 com seus pais. Ali casou e criou seus 3 filhos. Conforme o seu depoimento:

“Hoje sou aposentado. Sou dono de uma baleeira. Hoje já não tem tanto peixe como antigamente. E o pessoal também já não quer ser mais pescador. Não querem aprender o ofício. Eu ainda tenho um rapaz comigo que está aprendendo, mas a maioria não quer saber de ser pescador.”

Indagado se seria possível hoje, um pescador conseguir comprar uma baleeira, construir uma casa e sustentar sua família com o produto desse ofício o Sr. Juvenal respondeu:

“Hoje não é mais possível. Não tem mais peixe. O IBAMA apreende as redes, os barcos grandes não deixam os peixes se criarem, colocam as redes para apanharem isca pro atum e vai tudo junto, não fica nada. Tem dois camaradas ali que compraram uma baleeira maior, agora precisaram vender a casa para pagar, pois a pesca não deu”.

A manutenção da pesca artesanal no Pântano do Sul não significa manter vivas as tradições do lugar, mas sim a sobrevivência do pescador e de sua família que dele depende. Para muitos dos entrevistados, o lugar ainda apresenta um grande potencial pesqueiro se forem dadas condições necessárias como por exemplo:

. Fiscalização da enseada, pois grandes embarcações, inclusive de bandeiras estrangeiras, vêm à enseada para apanhar isca para a pesca do atum.

- . Incentivos fiscais para a atividade pesqueira artesanal.
- . Formas de escoamento da produção pesqueira, evitando assim a concentração do lucro nas mãos dos atravessadores.
- . Espaço físico para guardar as embarcações.
- . Condições para aquisição dos equipamentos de pesca.
- . Controle da especulação imobiliária na localidade que retira os pescadores da beira da praia.

O Sr. Ademir Estevão da Lapa, natural do Pântano do Sul, pescador e dono de peixaria nos relatou:

“A pesca está cada vez mais difícil. Quem não tem rede de cerco, está numa situação difícil.”

Os pescadores artesanais do Pântano do Sul continuam a comercializar sua produção na praia. Hoje existem duas peixarias na praia que comprem o pescado. O Sr. Milton Francisco Oscar também comercializa com a pesca do lugar, mas sua peixaria localiza-se no Mercado Municipal de Florinópolis. Existem ainda algumas peixarias que comprem pescado na praia para comercializarem em outros locais da Ilha.

No verão o comprador de melhor preço é o turista. Eles vêm até a praia para adquirir o peixe fresco que normalmente não está disponível no local de sua residência fixa.

O pescador do Pântano do Sul também complementa sua renda no verão transportando turistas em suas baleeiras para passeios pelas redondezas.



Foto nº03 - Vista parcial da Praia do Pântano do Sul (2000). Podemos observar a área de desembarque e comercialização da pesca.



Foto nº 04 - Vista da área de desembarque e comercialização da Pesca - Década de 70.

Foto cedida por membro da comunidade.

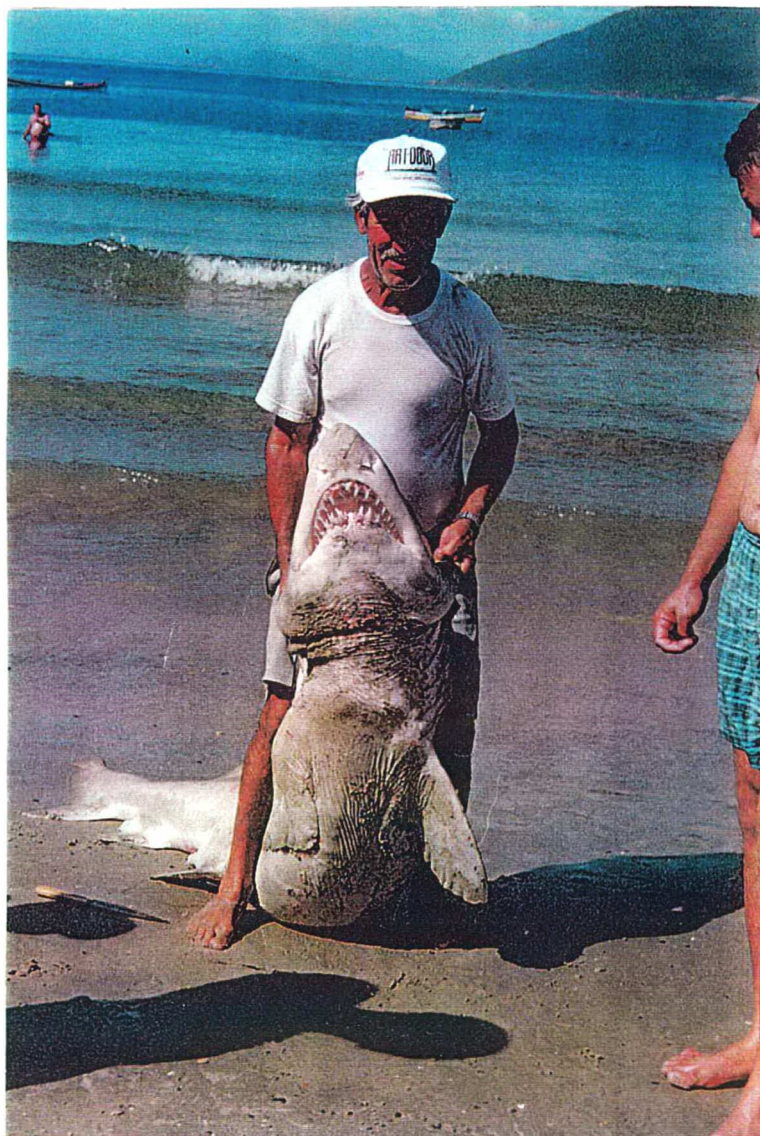


Foto nº 05 - Mangona

Foto cedida por membro da comunidade



Foto nº 06 - Embarcações utilizadas na atividade pesqueira no Pântano do Sul - ano 2000



Foto nº 07 - Embarcações utilizadas na atividade pesqueira no Pântano do Sul - ano 2000

3.2. A Pesca da Tainha no lugar Pântano do Sul nos dias de hoje

A Pesca da Tainha é feita em muitas localidades da Ilha de Santa Catarina, mas sua organização difere de local para local.

No Pântano do Sul, atualmente, existem 6 embarcações tainheiras: Mariposa, Espírito Santo, Ariana, Terezinha, Primavera e Zé Gancheiro, que correspondem às 6 redes da localidade.

O vigia fica na praia em locais estratégicos, a fim de perceber os cardumes. Ao avistar, dá o sinal para a tainheira da vez avançar para o mar e preparar o cerco ao cardume. Préviamente cada tainheira tem uma lista de camaradas que irão participar da empreitada.

Dentro da tainheira estão o patrão, o chubereiro e 4 remadores. No mar está o cabo para puxar a rede. Na praia estão mais ou menos 50 pessoas³⁸ que participarão na hora de trazer a rede para a praia.

Há a possibilidade de haver uma outra tainheira, atrás da primeira, caso ocorra o risco do cardume escapar.

A partilha do resultado da pesca é feita em 3 partes: 1/3 para o dono do barco

38

O número de participantes na praia é variável de acordo com a lista prévia de cada tainheira.

e 2/3 para os pescadores.

Aos ocupantes do barco e ao vigia cabe:

- . vigia - 6 partes + 1 tainha (a maior) + quinhão de ajudante
- . patrão - escolhe 1, ou 2 ou as 3 maiores tainhas, (dependendo do total) + quinhão de ajudante
- . cabo - a maior tainha + quinhão do ajudante
- . chubereiro e remadores - o mesmo que o patrão

A pesca da tainha é um momento sobretudo de confraternização, o que não quer dizer que para os participantes não seja um aumento na renda.

A lista de cada tainheira é composta de pescadores da localidade que exercem sua profissão durante todo o ano, mas existem todos os outros tipos de profissionais: como pedreiros, policiais, funcionários públicos, etc. Muitos tiram suas férias neste período para poderem participar. Eles não estão ali somente com o intuito de manter a tradição. A pesca da tainha representa uma complementação de renda.

A comunidade se mobiliza para a pesca da tainha e a solidariedade pode-se constatar nos depoimentos de algumas viúvas de pescadores que recebem um quinhão mesmo depois que seus maridos faleceram:

“Meu marido já morreu, mas recebi um aviso para ir buscar o peixe.”

3.3. Considerações sobre a atividade pesqueira no Pântano do Sul

A atividade pesqueira no Brasil sempre esteve monitorada por uma legislação que promoveu o interesse do grande capital, desestimulando a organização e crescimento da pesca artesanal. O Pântano do Sul reflete esta opção da política governamental para o setor da pesca.

Conforme o capítulo anterior, os territórios da pesca e da comercialização da pesca estão bem configurados na comunidade. As relações de exploração são visíveis e também não são escamoteadas. Cada território está bem demarcado e suas relações de poder são conflituosas mas existe mais do que uma relação capitalista de produção. Estes territórios são compostos de pessoas que em sua maioria se conhecem desde criança. Seus pais já mantinham relações de proximidade. Brincaram juntas e algumas nunca se afastaram do Pântano do Sul: construíram suas vidas neste lugar. Nesta construção alguns trocaram de território. Outros casaram-se em relações interterritórios. E é este sistema complexo de relações que examinaremos a seguir.

4º Capítulo: As inter-territorialidades que dão identidade ao lugar

“Conhecer é sempre poder rejuntar uma informação a seu contexto e ao conjunto ao qual pertence (MORIN, 1997, p. 16)”.

A observação do Pântano do Sul propiciou selecionar e isolar informações, mas para compreender a realidade complexa dessa localidade teremos que juntar, sobrepor, interligar estas informações ao seu contexto.

A partir do momento em que delimitamos nossa área de estudo começamos a situar o Pântano do Sul, não só geograficamente, mas também politicamente e culturalmente.

Segundo Milton Santos (1999):

“As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular (p. 100).”

Compreendemos que não poderíamos abordar nossa temática se partíssemos de territórios isoladamente. Precisávamos juntar as partes ao todo e o todo às partes.

Por que juntar? Segundo MORIN (1985):

“... todas as vezes que nós precisamos remover todas as ambigüidades do meio ambiente, nossa visão do universo se torna simples, todas as vezes que nós precisamos segmentá-lo e manipulá-lo, nossa visão de universo se torna simples. Mas, se o seu interesse é o mundo dos fenômenos, o mundo no qual nós vivemos, existencialmente, politicamente, socialmente e antropologicamente, não há dúvidas que esse mundo é um mundo de complexidade, onde tudo é interação, inter-retroação e interrelação, e é então que nós somos forçados a vê-lo em um modo complexo se não quisermos mutilar seriamente a realidade (p. 67).³⁹”

Edgar Morin utiliza alguns instrumentos:

O primeiro deles é a noção de sistema⁴⁰.

39

“... every time we need to remove all ambiguity from the environment, our view of the universe becomes simple, each time we need to cut it up into segments and manipulate it, our view of the universe becomes simple. But if your interest is the phenomenal world, the world in which we live, existentially, politically, socially, and anthropologically, there is no doubt that this world is one of complexity, where everything is interaction, inter-retroaction, and interrelation, and it is then that we are forced to see it in a complex way if we do not want to seriously mutilate reality (p. 67).”

40

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy (1977), em 1937. Com o objetivo de superar a especialização dos diferentes campos da ciência, visava transformar os conceitos e rever as categorias básicas do pensamento científico. O conceito de sistema está ligado à noção de vários elementos em contínua interação, cujo comportamento não é linear. Segundo BERTALANFFY (1977): “*A teoria geral dos sistemas portanto é uma ciência geral da “totalidade”, que até agora era considerada um conceito vago, nebuloso e semimetafísico (p. 61).*”

Para MORIN (1997): “Um sistema é o conjunto de partes diferentes, unidas e organizadas (p.17)”. Ele propõe a possibilidade da organização a partir da desordem, explicando que a desigualdade de condições é indispensável ao aparecimento das diversidades. Portanto quanto maior a frequência de encontros entre diferentes elementos, maior a probabilidade de ocorrência de interações diversas.

A idéia principal é a de que “ sociedade produz qualidades e propriedades como a linguagem, a cultura, as regras, as leis” (MORIN, 1997, p.17). Um todo organizado produz qualidades e propriedades que não existem nas partes tomadas isoladamente. É portanto necessário analisar os territórios juntos, sobrepostos, interligados.

A segunda idéia é de circularidade, onde os produtos são também produtores: o efeito é ao mesmo tempo uma causa (MORIN, 1997). O Pântano do Sul produz seus territórios e seus territórios produzem outros territórios. Exemplo:

Pântano do Sul -> Território da Pesca -> Território da Comercialização da Pesca
 (Produtor) (Produto -> Produtor) (Produto ->Produtor)

A terceira idéia é também de “circularidade, diz respeito ao caráter retroativo do sistema” (MORIN, 1997, p. 17). Este instrumento sugere uma causalidade circular, o próprio efeito volta à causa. É no Pântano do Sul que os territórios são configurados e a partir de suas configurações criam outras relações no Pântano do Sul.

Pântano do Sul ->territórios -> Pântano do Sul -> territórios -> Pântano do Sul->...

No Pântano do Sul configuram-se territórios que foram demarcados e delimitados por relações de poder e essas mesmas relações são produtos de proibições, normas, linguagem e outras características geradas pelo próprio Pântano do Sul, que gera novos territórios.

Segundo Souza (1997):

“... é possível acatar a exigência castoriadiana - aceitação da singularidade do social e da sua irredutibilidade ao físico ou ao biológico - sem sacrificar a concordância com Morin em que o diálogo entre os dois grandes campos (ciência da natureza e ciência antropossocial) é necessário e promissor (p. 52).”

A análise pode ser orientada considerando o Pântano do Sul como um sistema. Através das relações entre os territórios será buscada a identidade coletiva do lugar Pântano do Sul, reconhecendo-se a *diacronia*⁴¹ do período estudado.

As primeiras informações sobre a localidade e sua comunidade levaram a pensar o Pântano do Sul como um sistema quase isolado⁴². Os trabalhos consultados induziam a pensar que o Pântano do Sul se mantinha isolado do Distrito Sede de Florianópolis e seu processo de expansão. Com o amadurecimento das informações verificou-se que, assim procedendo, cair-se-ia em um grave erro. A pesquisa demonstra que o Pântano do Sul acompanhou o processo de desenvolvimento de

41

Diacronia - significa o que se prolonga, evolui ou se transforma no tempo (oposição à sincronia). DIEBOLT, S., (2001) a partir dos trabalhos de LAPIERRE, J.W. e LE MOIGNE, J.L. “Le petit lexique des termes de la complexité”, (p.2).

42

Sistema quase isolado - Definição SAGACE - Sistema onde o comportamento é influenciado pelo seu entorno, ao largo de relações de interação e de ajustamento. Um tal sistema possui as seguintes propriedades:

. Ele efetua transações com o seu entorno, mas somente alguns processos que chamamos de entradas (ou estímulos, ou admissões, ou condutor), e de saídas (ou respostas, ou emissões, ou condutor).

. Ele resiste a entradas de modificações internas (transformação qualitativa ou quantitativa, comunicação, estocagem ou transporte) com o fim de produzir saídas.

As condições são cumpridas, o sistema se separa notamente de seu entorno e seu comportamento próprio pode ser estudado (DIEBOLT, S., 2001, p.12) .

Florianópolis, caminhando no seu próprio tempo, às vezes diferente do Distrito Sede.

4.1. O sistema e suas conexões:

Produzindo, comercializando ou consumindo, os habitantes do Pântano do Sul construíram suas vidas atreladas ao fio condutor da atividade pesqueira.

A atividade econômica da pesca foi exercida na localidade do Pântano do Sul porque seu entorno tinha forte vocação para essa atividade.

A atividade pesqueira está intimamente ligada à religiosidade. Em diversos depoimentos verificamos que a proteção espiritual é sempre evocada. Seja para sua proteção pessoal, como para sua produção, não somente pelos pescadores, como pelos familiares que ficam em terra firme à espera do retorno de seus entes queridos. O santo protetor da comunidade é São Pedro.

A Igreja exerce uma forte influência na comunidade, sendo um polo de conciliação quando surgem divergências. As entrevistas indicaram somente um episódio que dividiu a comunidade em relação à Igreja:

Foi o episódio da derrubada e construção de um novo templo. Parte dos

moradores, diante do aumento demográfico da comunidade e do espírito de modernidade que vivenciavam na época, achavam que a comunidade precisava de um templo mais amplo e com desenho mais moderno. Outro grupo de moradores era contra a derrubada do antigo templo, defendiam a idéia de conservação da história da localidade através da pequena capela de pedra, e propunham que um novo templo fosse erguido em outro local. No final a capela foi derrubada e um novo templo foi erguido em seu local, embora esta decisão até os dias de hoje gere mal estar entre as pessoas. Alguns moradores continuam defendendo seu ponto de vista da época, outros voltaram atrás em suas posições.

O Pântano do Sul nunca teve uma paróquia. A explicação é que não há número de padres suficientes em Florianópolis para criação de paróquias. Em consequência, o pároco do Ribeirão da Ilha é o sacerdote encarregado da capela no Pântano do Sul. A Capela de São Pedro é administrada por um presidente, que é sempre um membro da comunidade e que também exerce múltiplos papéis sociais.

As relações dos pescadores com os comerciantes criam outros laços além dos comerciais: também de parentesco, de amizade, de religiosidade, de ética, de linguística, de reciprocidade, de lealdade, enfim um conjunto de relações que se transformam e que criam novas relações.

Famílias de pescadores foram unidas pelos laços do matrimônio com famílias de agricultores, donos de salga e pequenos comerciantes.

“Minha família não se dava com a família do meu marido. Lutamos muito

para as famílias consentirem na união.”

Na comunidade do Pântano do Sul, enquanto era pouco numerosa e todos se conheciam e precisavam uns dos outros, havia o senso comum de sobrevivência. Os habitantes deixaram transparecer em seus depoimentos a necessidade de se ajudarem e de respeitarem suas diferenças para sobreviverem.

Foram criados códigos de ética próprios à comunidade. A comunidade se relacionava com o centro de Florianópolis através da atividade pesqueira. Esta atividade foi durante muitos anos a porta de entrada e saída da comunidade. Pessoas chegaram ao Pântano do Sul para trabalharem na pesca, outras saíram do Pântano do Sul através dos rendimentos desta atividade.

Os que chegaram para a agricultura, uma atividade complementar na comunidade, em algum momento passaram também pelo território da pesca. E com frequência a atividade agrícola era exercida também pelos pescadores. Agentes que exercem diferentes papéis no mesmo espaço.

A influência das pessoas mais velhas, mesmo que falecidas, é grande. O cemitério nº 1 foi transferido porque a comunidade exerceu seu desejo de proximidade com os seus mortos. No cemitério repousam os entes queridos, mas também lições de vidas. Para a comunidade os mortos devem ser lembrados e guardados com respeito e proximidade, por isso resolveram transferir o cemitério para junto da comunidade.

Até os dias de hoje alguns membros da comunidade identificam seus políticos por siglas de partidos políticos da década de 50. No primeiro momento poderia se pensar que são só os moradores mais antigos que fazem essas relações, mas não são, conforme o depoimento de uma das entrevistadas, com quarenta anos:

“O Pântano só briga na política. Tem a UDN e o PSD, mesmo na mesma família acontecê de ter cabo eleitoral para os dois partidos. Eu voto em quem ajuda a comunidade.”

“ Estamos com quem ajuda nossa Igreja.”

O Sr. Luciano Manuel de Ávila, 1º Intendente do Pântano do Sul, comentou:

“Fui cabo eleitoral e trabalhava para o político e o político se comprometia de cuidar da comunidade.”

O Sr. Luciano foi intendente durante 8 anos, deixou o cargo no mandato do prefeito Nilton Severo da Costa (1973 - 1975), que também é natural do Pântano do Sul.

As terras comunais eram um espaço comunitário que muitos utilizaram. E enquanto ele existiu foi garantida a sobrevivência de alguns menos afortunados que não eram proprietários de terra.

Não há dados suficientes para expressarmos estatisticamente a mobilidade

social⁴³ na comunidade, e nem é esse nosso objetivo. Entretanto, neste trabalho as observações são elementos que demonstram que houve mobilidade social e que ela influenciou nas territorialidades existentes.

As transformações na comunidade foram graduais, embora a chegada da luz elétrica tenha gerado uma aceleração nestas transformações. Foram verificadas transformações na ocupação do espaço, mas sobretudo nos hábitos e atitudes da comunidade. A mobilidade social na busca de novas alternativas de emprego e aumento de capital é verificada dentro de um processo orientado por valores:

“Antes de chegar a luz o pessoal não ligava pra nada. Não precisava de dinheiro. O pouco que se ganhava tava bom. Mas com a luz o pessoal quis melhorar. Quis luz em casa, ferro, casa de tijolo.”

Neste momento a comunidade passa por uma ultraestabilização, que seria a capacidade do sistema, fortemente perturbado por variações inabituais ou excessivas de variáveis de entradas, de limitar variações de suas variáveis de saída graças a uma autotransformação de sua organização (DIEBOLT, 2001).

A sequência de equipamentos urbanos introduzidos na comunidade a partir da década de 60 faria com que o processo de transformação no Pântano do Sul ficasse mais evidente.

43

Mobilidade social - passagem de uma pessoa de um degrau de hierarquia social a um outro, de uma posição de estratificação social a uma outra, superior (modalidade ascendente), ou inferior (modalidade descendente) (DIEBOLT, 2001, p. 6).

A implementação de novos territórios no Pântano do Sul é uma demonstração de que o sistema está se modificando em decorrência de um processo exógeno. Esta irradiação é sentida por todos os territórios, de forma que as modificações sejam o resultado de uma conjunção de processos exógenos e endógenos.

Exemplo: o engenho de farinha que passa de um espaço produtivo para um espaço com atividade de especulação imobiliária - o território Parque Balneário dos Açores.

A terra, até então um elemento que produz, torna-se mercadoria. Esta mudança de valores introduzida na comunidade por elementos exógenos ao sistema rapidamente é absorvida e reproduzida. A partir daí no Pântano do Sul o símbolo que determina acesso à mobilidade social é a propriedade de terras.

Surge então o território de reserva de terras, com participação de membros da comunidade e agentes externos.

A partir da implantação do Plano Diretor dos Balneários, o Pântano do Sul deveria ter tido um ordenamento de uso e da utilização do solo da localidade, mas segundo seus moradores este ordenamento nunca chegou à comunidade. Verifica-se que algumas residências não têm nem mesmo ruas de acesso. Becos fazem comunicação entre as casas, quando não se faz necessário passar por dentro da propriedade de alguém para se ter acesso a uma residência, conforme a Foto nº08.

Segundo alguns moradores, ou por falta de interesse político ou por conta de interesses de proprietários locais, nunca houve nenhum planejamento para abertura de vias secundárias na comunidade.



Foto nº 08 - Acessos na localidade do Pântano do Sul - ano 2000.

Foi também observado que, embora não haja nenhum traçado de vias secundárias, os acessos são identificados por nome de pessoas nascidas no Pântano do Sul.

Observamos que o Estado foi e é o grande agente de transformações na localidade. Seja Municipal, Estadual ou Federal, ele define uso e ocupação, riqueza e pobreza.

Os atores que dão sustentação aos territórios exercem paralelamente outros papéis. O exercício de múltiplos papéis permeia os interesses nos territórios existentes. Esta multiplicidade de papéis e interesses é constatada em quase todos os territórios.

Estas relações mantêm o sistema e é através delas que ele evolui no tempo. Segundo DIEBOLT (2001) há dois tipos de transformações temporais: as “evoluções descontínuas”, que são aquelas que são mutações ou trocas de fases e que embora percebidas são mais imprevisíveis em seus resultados, e as “evoluções contínuas”, do tipo desenvolvimento ou envelhecimento.

No Pântano do Sul poderíamos relacionar o território da pesca como de evolução contínua e o território do arroz como exemplo de evolução descontínua.

Alguns territórios resultam de planos de operações bem definidos. No caso das empresas com grandes propriedades na localidade, a estratégia inicial foi a de ao longo de alguns anos formar uma grande reserva de terra. Recentemente o plano de ação foi o de tentar implementar um grande projeto imobiliário na mesma área. Com esta finalidade mandou elaborar estudos e recorreu ao Estado para modificar o atual Plano Diretor dos Balneários e à comunidade, como prevê a legislação, no intuito de não haver discordância. O resultado no entanto não foi o esperado e o

empreendimento teve que ser pelo menos adiado.

Os territórios são os formadores da localidade do Pântano do Sul, a esta localidade deram significados e ao passar dos anos produziram em seu espaço as marcas de suas disputas.

4.2. O Pântano do Sul e o seu entorno

O que buscamos a seguir é compreender como o sistema Pântano do Sul vive suas conexões com o seu entorno.

A localidade está cercada por APPs (áreas de preservação permanente) e UCs (unidades de conservação) ⁴⁴, e já foi tema de um trabalho sobre a percepção que as comunidades do sudeste da Ilha de Santa Catarina teriam em relação às APPs e UCs.

“.. são nesses espaços territoriais litorâneos,..., habitados por essas populações tradicionais que se implantaram grande parte das chamadas áreas naturais protegidas (DIEGUES, 1998, p. 17)”

Diegues tratou principalmente de populações que vivem dentro de áreas de preservação permanente e unidades de conservação. A correlação da referência se dá no sentido de esclarecer que a comunidade do Pântano do Sul já ocupava a localidade bem antes da regulamentação das leis que instituíram as APPs na localidade e que esta regulamentação afetou decididamente a vida desta

44

WALLAUER, J. P., et al., (1999).

comunidade.

O entorno do Pântano do Sul é privilegiado. Os elementos naturais não humanos são utilizados pelo homem nesta localidade como seu próprio prolongamento. Do mar provém o pescado que alimenta, organiza e cria condições de subsistência a esta comunidade, as dunas servem quase que de fronteira para uma nova opção de organização espacial da localidade, o Parque Balneário dos Açores (a comunidade tem no traçado do loteamento sua maior discórdia em relação à legislação ambiental - acreditam que o loteamento está sobre as dunas, mas a legislação só delimitou a área de dunas depois que o loteamento foi aprovado).

A História nos mostra que já no período de colonização a Ilha de Santa Catarina teria sido explorada em seus elementos naturais. Um exemplo teria sido a madeira, utilizada para construção e reparo de embarcações, construção de casas, lenha, etc.

A população do Pântano do Sul nos dias de hoje recria à sua maneira as formas de apropriação comum dos elementos naturais nas áreas de encosta, consideradas APPs. Pequenas áreas são desmatadas para preparação de área de cultivo de subsistência. A madeira também ainda é utilizada na construção de casas e como lenha.

“Essas áreas, foram, em grande parte, ecologicamente bem conservadas pelo modo de vida dessas culturas e de nenhum modo eram “desabitadas” (DIEGUES, 1998, p. 13)”.

Em diversos depoimentos de pescadores constatamos que muitos ainda

lançam suas redes nos costões, considerados APPs, arriscando terem suas redes apreendidas pelo IBAMA. Justificam que precisam trabalhar. As entrevistas dos pescadores demonstram que a redução na produção de pescado na localidade deve-se à aproximação de grandes embarcações de pesca industrial que ficam na entrada da enseada afim de recolherem iscas para a pesca do atum, não permitindo assim a reprodução e a criação das espécies.

Um aspecto cultural em discussão atualmente diz respeito à Farra do Boi. Os entrevistados justificam a manifestação como sendo uma herança cultural açoriana que a comunidade deseja preservar e alegam *“que não são os cariocas e paulistas que vão apregoar o que é violência para eles”*. A legislação federal proíbe a Farra do Boi, considerada um crime e portanto, passível de repressão.

Concordamos com DIEGUES (1998) que devemos analisar:

“... o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é a partir delas que agem sobre o meio (p.77).”

Um exemplo de que em alguns casos a legislação interfere diretamente na vida da comunidade foi relatado em algumas entrevistas: a venda de terras localizadas nas encostas. Estas áreas são de preservação permanente, isto é, não podem ser ocupadas por edificações ou desmatadas. Alguns compradores não tinham conhecimento da legislação e aplicaram suas economias tornando-se proprietários de áreas de preservação permanente. Hoje, estão impedidos de ocupá-las e não possuem nem mesmo condição de continuar pagando aluguel das casas onde moram. O Plano Diretor dos Balneários, promulgado em 1985, delimita as seguintes áreas: . áreas residenciais

- . áreas mistas
- . áreas turísticas residenciais
- . áreas verdes de lazer
- . áreas comunitárias institucionais
- . áreas de execução de serviços públicos, como sistema de saneamento e energia
- . áreas de preservação permanente (APPs)
- . áreas de preservação de uso limitado
- . áreas de exploração rural
- . áreas dos elementos hídricos
- . áreas de preservação cultural

Segundo alguns entrevistados a delimitação destas áreas não atende às necessidades da comunidade.

O Plano Diretor dos Balneários também não atende aos interesses dos grandes proprietários de reservas de terra na localidade, o que pode ser constatado com a proposta de um novo plano específico para o Pântano do Sul.

Como o Plano Diretor, instrumento do Poder Municipal de regulamentação, parece não atender à realidade da localidade, uma vez que os territórios têm seus interesses ameaçados, verificamos diferentes estratégias de burlar a legislação.

Conforme a Foto nº 09 observa-se que está em andamento um arrojado projeto para construção de uma pousada. A obra está localizada em área de

preservação permanente, onde a princípio não deveria ser permitida a construção de imóveis deste porte. A comunidade questiona: *“Para quem são feitas as leis? Somente para os pobres, que têm seu poder de barganha diminuto diante do Estado e do poder econômico?”*

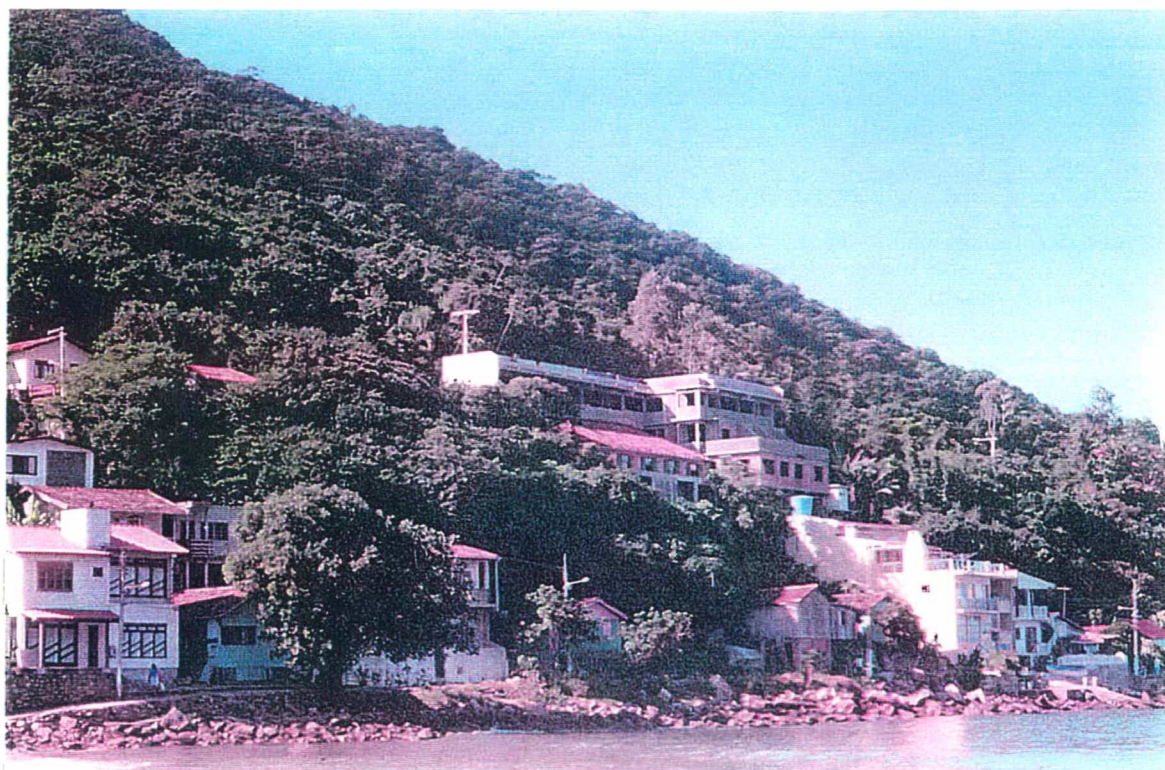


Foto nº 09 - Construção no costão - Ano 2000.

Verificamos que de um modo geral as pessoas têm conhecimento da existência das APPs e UCs, denominadas pela comunidade como “áreas proibidas”, embora não tenham sido informada ou questionada sobre a interferência e as consequências que aquela legislação teria em suas vidas.



Foto do início da via principal do Pântano do Sul, década de 70
Foto cedida por membro da comunidade.

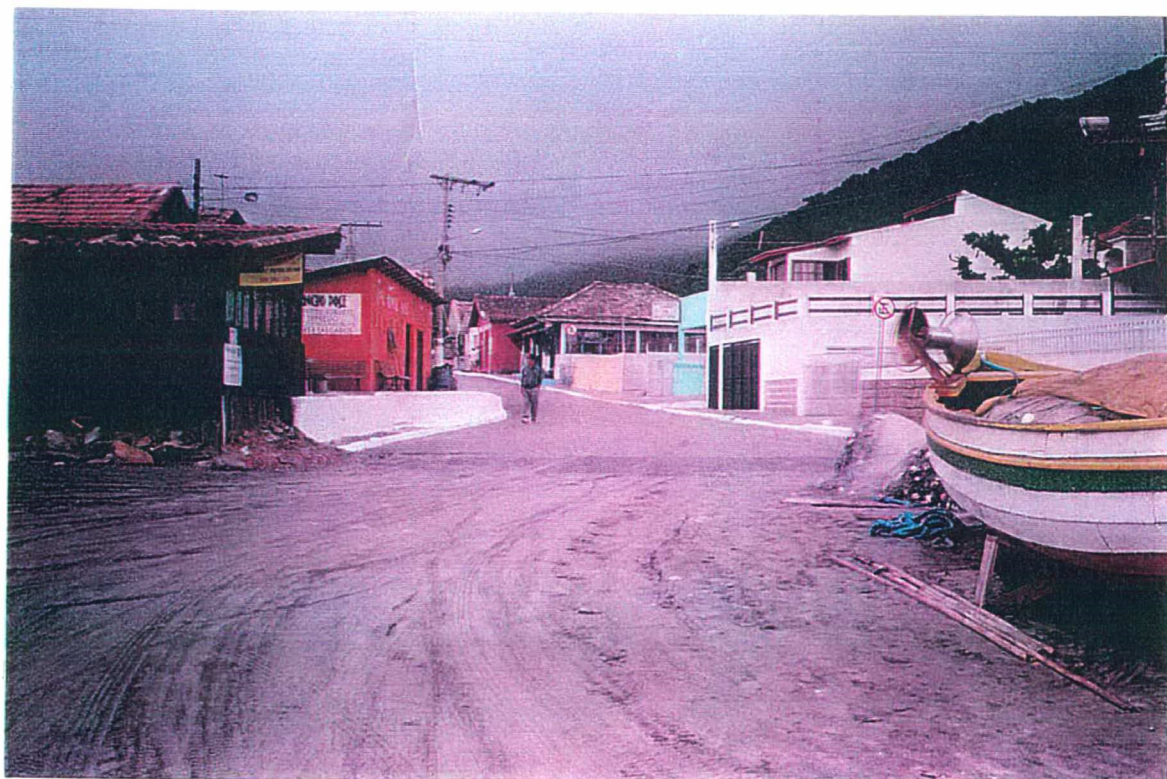


Foto do início da via principal do Pântano do Sul - ano 2000.

Um ponto de vista

O tempo efetivo deste trabalho foi de aproximadamente um ano. Sinto a necessidade de mais tempo. Há pontos a serem desvendados e posteriormente analisados, mas como me disse um entrevistado: *“este não deve ser seu primeiro trabalho e com certeza não deverá ser o último”*. Optei então em não buscar uma conclusão: construí um ponto de vista.

“A abordagem sistêmica levanta de imediato uma importante questão. Se tudo está conectado com tudo o mais, como podemos esperar entender alguma coisa?”
(CAPRA, 1997, p.49)

O próprio autor auxilia:

“O que torna possível converter a abordagem sistêmica numa ciência é a descoberta de que há conhecimento aproximado. Essa intuição é de importância decisiva para toda a ciência moderna.

... A ciência nunca pode fornecer uma compreensão completa e definitiva”.(p.49)

A primeira aproximação...

Entrei na comunidade do Pântano do Sul mais para ouvir do que para formular perguntas. Alguns dos meus entrevistados me indagavam sobre minhas perguntas. A reação à inexistência de perguntas causava sempre surpresa mas ao mesmo tempo uma simpatia. Nas entrevistas conversamos sempre sobre o lugar Pântano do Sul. A história das famílias e o cotidiano eram os significados. Como fui reconhecida como sendo “de fora”, depois de um certo tempo sentiam-se à vontade para conversarmos. Esta cumplicidade foi extremamente positiva para o trabalho.

Alguns locais permanecem fiéis à sua vocação apesar das mudanças nas filosofias religiosas, econômicas e políticas. Cada local reage a fatos e desafios de maneira diferente, característica que costuma acentuar a sua qualidade única. O processo orgânico de desenvolvimento social⁴⁵ do Pântano do Sul explica a permanência das características desse lugar apesar das transformações históricas.

45

Desenvolvimento social - pressupõe mudança, transformação no interior de uma cultura que esteja propensa a esta transformação como um valor social. Esta concepção de desenvolvimento vem do desejo de transformação social e requer também a mudança da organização espacial que anteriormente dava suporte às velhas relações sociais (SOUZA, 1996).

Meu olhar ...

Por que um ponto de vista?

O meu ponto de vista é antes de mais nada a opinião de alguém que está de fora. Sem dúvida deverão existir outros, o que já proporcionará um momento de reflexão. E esse foi o meu principal objetivo: contribuir sem querer impor as minhas idéias. Cabe ao pesquisador apresentar elementos da sua reflexão para que a comunidade possa construir o seu caminho.

Em meu ponto de vista, o Pântano do Sul passa atualmente por um momento de escolhas. Reconhece sua vocação na pesca, mas não vê nesta atividade a continuidade de seu desenvolvimento. Procura alternativas individuais e coletivas.

As transformações espaciais do Pântano do Sul sempre estiveram ao compasso do Distrito Sede. Não seria tempo de refletir na sua própria vocação?

“A força da tradição explica certamente em grande parte a persistência do lugar, mas o impacto emocional criado pelo cenário físico deve contribuir também para a capacidade que têm certos sítios de permanecer como *hauts lieux* apesar de transformações nas crenças religiosas e nas estruturas sociais (NEWCOMB, R., M., citado em DUBOS, R. 1975, p. 99).”

O Estado teve na localidade do Pântano do Sul uma atuação ambígua, ora marcada pela iniciativa de desenvolver ações de planejamento (Ex: o Plano Diretor dos Balneários, 1985), ora pela falta de iniciativa de promover o controle urbano

com base nos instrumentos que acabara de elaborar e implementar (Ex: ausência de planejamento na abertura de vias secundárias) e ora na sua atuação conjunta com a iniciativa privada (grandes proprietários de reservas de terras na localidade). LESSA e DAIN (1984) referem-se a esta atuação conjunta como “sagrada aliança”.

O Pântano do Sul reagiu a estas atuações de diferentes maneiras e tem hoje a possibilidade de interferir no processo de como será o Pântano do Sul amanhã.

“Uma tradição nada mais exprime, afinal de contas, do que a longa e dolorosa experiência de um povo; decorre da batalha travada para manter a integridade ou, mais simplesmente, da luta pela sobrevivência (BALDWIN, J. citado em DUBOS, R., 1975, p. 81).”

Em seu momento de escolhas percebe-se o desejo de transformação que a comunidade do Pântano do Sul anseia. É preciso procurar alternativas que encaminhem estes anseios por mudanças.

A comunidade caminha na atividade econômica da pesca como fio condutor de convivência social. A identidade deste lugar está permeada por sentimentos incomuns nos grandes centros hoje: solidariedade e respeito pelas diferenças dos outros.

O Pântano do Sul apesar de ter hoje acesso aos equipamentos urbanos nele implantados, não perdeu o convívio pessoal entre os membros de sua comunidade. Este é um diferenciador que pode e talvez deva ser mantido, guardando assim suas especificidades.

A ilusão de desenvolvimento que comumente é valorizada com vias expressas, túneis e pontes poderá tornar o Pântano do Sul, até então um destino, mais um corredor da cidade, um corredor de passagem. Alguns com certeza se beneficiariam, mas o lugar Pântano do Sul, retratado neste trabalho, poderá deixar de existir.

Alguns líderes da comunidade buscam um entendimento comum das reais necessidades da localidade. Esta atitude pode ser um dos caminhos na busca de um desenvolvimento que leve em consideração as aspirações do Pântano do Sul.

Este trabalho é um registro de uma pequena parcela da experiência de um lugar chamado Pântano do Sul, compreendendo que a identidade, a individualidade e a autonomia não implicam em separatividade e independência. Que este trabalho possa ser utilizado nas aplicações de uma prática comunitária que pense nas conexões que existem a cada momento, movimento da vida.

“O homem continuará buscando significado para a vida, relacionando-se com os semelhantes e com a totalidade do universo... Mas enquanto procura significado fora de si próprio, não deveria esquecer-se de que ainda pertence à Terra. Como o Anteu, da lenda grega, ele perde sua força quando tira os pés do chão (DUBOS, 1974, p. 139)”.

Referências Bibliográficas:

ABBAGNAMO, N. (2000), **Dicionário de Filosofia**, Martins Fontes, São Paulo, 1014 p.

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL (1907), **Tabela Demonstrativa dos Governadores das Capitanias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul**, Publicações do Arquivo Público Nacional-Imprensa Nacional, VI, Rio de Janeiro.

BARROS, M. M. L de (1999), “**A cidade dos velhos**” in *Antrpologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*, Org.: VELHO, G., Ed. Zahar, Rio de Janeiro, p. 43-57.

BECK, A. (1979), **A Situação Sócio-Econômica das Populações do Sul da Ilha de Santa Catarina**, Sub-Reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante da UFSC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, Florianópolis, 87 p.

BECK, A.(1979a), **Lavradores e Pescadores - Um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório**, Volume I, Trabalho apresentado ao Concurso de Professor Titular, UFSC, Florianópolis, 177 p.

- BERTALANFFY, L. (1977), **Teoria dos Sistemas**, Vozes, 3ª ed., Petrópolis, 351 p.
- BIASOTTO, R.C. (1995), **A Territorialidade dos Pescadores de Itaipú no Contexto da Expansão Urbana de Niterói/RJ**, Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 197 p.
- BICCA, V. R. D. et al.(1998) **Evolução e Diagnóstico da Ocupação Urbana do Distrito do Pântano do Sul. Relatório Preliminar**. Florianópolis. Grupo de Diagnóstico Sócio-Ambiental /Movimento pró-Qualidade de Vida do Distrito do Pântano do Sul, 17 p. (Inédito).
- BICCA, V.R. D. e al. (1999) **Plano de referência para um turismo sustentável no sul da Ilha de Santa Catarina**, ACIF, Florianópolis, (Inédito).
- BOSI, E. (1994), **Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos**, 3ª ed. Companhia das Letras, São Paulo, 484 p.
- BRASIL (1988) **Informe da Pesca extrativa marinha em Santa Catarina - Produção artesanal desembarcada no período de 1964 a 1997 no Município de Florianópolis - Localidade do Pântano do Sul**, IBAMA/SC, Florianópolis.

BRUNET, R.; FERRAS, R. E THÉRY, H. (1992) **Les mots de la Géographie - Dictionnaire critique**, La Documentation Française, 518 p.

CABRAL, O. R. (1948) **Assuntos Insulanos**, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Florianópolis, p. 36 -37.

CABRAL, O. R. (1972) **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia**, Conselho Federal de Cultura, IHGB e da **Universidade Federal de Santa Catrina**, p. 137.

CAPRA, F. (1997), **“A teia da vida”**, Cultrix, São Paulo, 256 p.

CARDOSO, F.H.e IANNI, O. (1960), **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 284 p.

CASTELLS, M. (1999), **A sociedade em rede**, Paz e Terra, São Paulo.

CASTORIADIS, C. **“O Domínio Social-Histórico”**, In: Os Destinos do Totalitarismo e outros escritos. Porto Alegre, L&PM Ed., 1985, p. 30 -31.

CLAVAL, P. (1999), **A Geografia Cultural**, Ed. Da UFSC, Florianópolis, 453 p.

COSTA, R. M. (1993), **“Em busca do espaço perdido - A reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro”**, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 216 p.

DA MATTA, R. (1983), **Carnavais, malandros e heróis**, 4ª ed. Zahar, Rio de Janeiro, 272 p.

DEL RIO V. e OLIVEIRA L. (1996), **Percepção ambiental: a experiência brasileira**, Studio Nobel, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 265 p.

DIEBOLT, S. (2000), **Le petit lexique des termes de la complexité**, Disponível em: <http://www.mcxapc.org/lexique.htm>, Acesso em: 28/03/01.

DIEGUES, A.C.S. (1994), **“O mito moderno da natureza intocada”**, NUPAUB/USP, São Paulo, 163.

Di MÉO (1990-1991), **De l'espace subjectif à l'espace objectif: l'itinéraire du labyrinthe**, L'Espace géographique, nº 4, Paris, p. 359-373.

DUBOS, R. (1974), **Um animal tão humano**, Ed. Melhoramentos e Ed. Da Universidade de São Paulo, São Paulo, 203 p.

DUBOS, R. (1975), **Um Deus Interior - Uma filosofia prática para a mais completa realização das potencialidades humanas**, Ed. Melhoramentos e Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 234 p.

DUTRA, R. A. (1993/4), **A organização Político-Administrativa - A Intendência Distrital**, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFSC, p. 112.

ELLIS, M. (1969), **A Baleia no Brasil Colonial**, Ed. Melhoramentos/ Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 234p.

ENTRIKIN, J. N. (1991), **The Betweenness of Place: towards a geography of modernity**, Macmillan Education, London, p. 1 - 3.

FACCIO, M.G.A. (1997), **O Estado e a transformação do espaço Urbano: A expansão do estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis, 186 p.

FALEIROS, V. de P. (1997), **Estratégias em Serviço Social**, Ed. Cortez, São Paulo, 208 p.

FAORO, R. (2000), **Os Donos do Poder**, Vol 1, 10ª edição, Ed. Globo/ Publifolha, São Paulo, 448 p.

FAORO, R.(2000), **Os Donos do Poder**, Vol. 2, 10ª edição, Ed.Globo/
Publifolha, São Paulo, 391 p.

FERREIRA, A.B.H. (2000), **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

FLORIANÓPOLIS (1985), **Plano Diretor dos Balneários**, Instituto de
Planejamento Urbano de Florianópolis, Florianópolis, 122p.

_____ (1997), **Estudos Ambientais para o Plano Urbanístico
do Pântano do Sul**, Instituto de Planejamento Urbano de
Florianópolis, Florianópolis/SC, 231 p.

_____ (2000), **Agenda 21 - Florianópolis - Meio Ambiente
quem faz é a gente**, Fundação Municipal de Meio Ambiente do
Município de Florianópolis, 244 p.

FOUILLAND, P. (1999) **La Ville, Complexité de la Cité**, Disponível em:
[Http://www.mcxapx.org/ateliers/24/fouilland](http://www.mcxapx.org/ateliers/24/fouilland), Acesso em: 28/03/01.

GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1940), 3ª edição, Editado
pela Livraria Central de Alberto Entres, Florianópolis, 404 p.

HALBWACHS, M. (1990), **A memória coletiva**, Vértice, São Paulo, 159p.

IANNI, O. (1992) **A sociedade global**, Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, p. 92, 93 e 94.

INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL (1877), **Revista Trimestral** Tomo XL, 1ª parte, Rio de Janeiro, p. 213-214.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1953), **“Transcrições: Açorianos e Madeirenses em santa Catarina - Lucas Alexandre Boiteux”** in: Revista nº 219, Rio de Janeiro, p. 122 -169.

JORNAL SUL DA ILHA (1995), **Pesca da Tainha**, edição de agosto, Florianópolis, p. 11

_____, **Via Expressa Sul - FELIPE GAMA d'EÇA**, edição de agosto, Florianópolis, p. 16.

_____, **História - Pântano do Sul**, edição de novembro, Florianópolis, p. 20 -21.

_____, **A comunidade em Primeiro Lugar**, edição de novembro, Florianópolis, p. 21.

_____, **Lugares - Praia dos Açores**, edição de dezembro, Florianópolis, p. 12 - 13.

LAGO, P.F. (1961), **Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina**, Separata de: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar, Rio de Janeiro, nº 1, p. 121-215.

LESSA, C. e DAIN, S. (1982) **Capitalismo Associado: Algumas Referências para o Tema Estado e Desenvolvimento** In: Belluzzo, L.G.M. e Coutinho, R. (Org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a crise**, Brasiliense; São Paulo, p. 214 - 228.

MACHADO, M. S. (1997), **Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade**, Revista GEO(1), UERJ, Rio de Janeiro, p.17-32.

MAIA, C. E. S. (1999), **“Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares”**, In: **Manifestações da Cultura no Espaço**, Orgs: ROSENDAHL, Z. E CORRÊA, R.L., Ed. UERJ, Rio de Janeiro, p. 191 - 218.

MÉO G. DI (1991), **“De l’espace subjectif à l’espace objectif: l’itinéraire du labyrinthe”**, In: **L’Espace Géographique**, 1990-1991, nº 4, Paris, p. 368.

MONTEIRO FILHO, A. J. (1986), **A Mortalidade no Pântano do Sul 1942/1949 - Contribuição à História**, Florianópolis, p. 19 (Inédito).

MORAES, A. C. R. (1997) **Meio Ambiente e Ciências Humanas**, 2 ed., Hucitec, São Paulo, 100 p.

MORIN, E. (1985), **“On the definition of complexity”**, In: *The Science and Praxis of Complexity*, Tokyo, United Nations University, p. 62 -68.

_____ (1997), **“Complexidade e ética da solidariedade”**, in: *Ensaio de Complexidade*, Orgs: CASTRO, G., CARVALHO, E.A., e ALMEIDA, A.C., Ed. Da UFRN, Sulina, Porto Alegre, p.15 - 24.

_____ (2000), **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 128 p.

_____ (2000), **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**, Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 116 p.

MORIN, E. e LE MOIGNE, J.L.(2000), **A inteligência da complexidade**, Ed. Fundação Peirópolis, São Paulo, 263 p.

OLIVEIRA, F. (1984), **A Economia da Dependência Imperfeita**, GRAAL, Rio de Janeiro, 159 p.

OLIVEIRA, L. e DEL RIO, V. (1996), **Percepção Ambiental - A experiência brasileira**, ED. UFSCar, Studio Nobel, São Carlos/SP, São Paulo/SP, 265 p.

PELUSO, V. A. (1991) **O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade**, In: Estudos Geográficos de Santa Catarina, Ed. Da UFSC e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Florianópolis.

PIAZZA, W. (1982), **A colonização de Santa Catarina**, Ed. Pallotti/BRDE, Porto Alegre.

PIOLLE, X. (1990- 1991) **Proximité géographique et lien social, de nouvelles formes de territorialité?**, L'Espace géographique, nº 4, Paris, p. 349-358.

PORTUGAL (1664), **Cartas Régias - Carta de Doação - Livro 1 dos Regimentos**, de 04 de fevereiro de 1664, nº 132, Rio de Janeiro.

PORTUGAL (1750), **“Contrato de Pesca das balêas da Ilha de Santa Catarina ...”**, Collecção de Legislação Portuguesa do Desembargador Antonio Delgado da Silva, (suplemento), vol. de 1750-1762), Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro.

PÔSSAS, H.P. (1998) **Análise Ambiental da Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul, Município de Florianópolis, SC - O Problema do abastecimento de água**, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geociências, UFSC, 207 p.

RAFFESTIN, C. (1993), **Por uma Geografia do Poder**, Ática, São Paulo, 269 p.

Registro do Edital em que promove a vinda de açorianos e madeirenses para o Brasil (1748), (99C, O, 21), Portugal, Conselho Ultramarino, Seção de Obras raras, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

REZENDE, V. (1982), **Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

RICHARDSON, R. J. (1985), **Pesquisa Social: métodos e técnicas**, Atlas, São Paulo.

RIZZO, P.M.B. (1993), **Do Urbanismo ao Planejamento: utopia e ideologia - Caso Florianópolis - 1950 a 1990**, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

ROCHA, D. de M. (2000), **A Dialética do Local e do Global - Os atores e a metamorfose dos lugares no Litoral do Cabo de Santo Agostinho**, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFPE, Recife/PE, 217 p.

ROHR, J.A. (1977), **O sítio arqueológico do Pântano do Sul - SC-F-10**, IOESC, Florianópolis, p. 11-12.

- ROSENDAHL, Z. E CORRÊA, R. L., (1999), **Manifestações da Cultura no Espaço**, Geografia Cultural, Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 247 p.
- SILVA, C.M. (1992), **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**, Fundação Catarinense de Cultura e Editora da UFSC, Florianópolis, 196 p.
- SILVA, M. B. N. (1994), **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**, Lisboa/Brasil, p. 11-16 / 93 - 94 / 239 -242 / 513 - 516 e 741 - 746.
- SILVA, O. G. (1998), **Projeto da Reserva Ecológica Lagoa das Capivaras**, Florianópolis, Inédito.
- SANTOS, M. (1999), **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**, Ed. HUCITEC, 3ª edição, São Paulo, 308 p.
- SINGER, P. (1982) **O uso do solo urbano na Economia Capitalista** In: Maricato E.(Org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**, Alfa-Omega, São Paulo, p. 21 -36.
- SOUZA, M.J.L. (1995) **“O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”** In: Castro, I.E., Gomes, P.C.C. e Correa, R.L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 77 - 116.

SOUZA, M.J.L. (1996) **“A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial”**, Revista território 1(1): Rio de Janeiro, p. 5 - 22.

_____ (1997) **“A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial”**, In: Explorações Geográfica, Orgs: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.da C. e CORRÊA, R.L., Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 43 - 87.

_____. (2000) **“O Desafio Metropolitano - Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras”**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 366.

TEIXEIRA, J. P. e SCHEIBE, L. F. (1999), **O futuro se define agora**, In: Teixeira, J. P. e Silva, J. E., O futuro da cidade, Florianópolis, p. 133-138.

TRINDADE JUNIOR, S.C.C. (1998) **Agentes, redes e territorialidades urbanas**, Revista Território, ano III, 5, Rio de Janeiro, p. 31 - 50

TUAN, YI-FU, (1980), **Topofilia - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**, Diefel, São Paulo/Rio de Janeiro, 288p.

_____ (1983), **Espaço e Lugar**, Diefel, São Paulo, 250 p.

ULTRAMARI, C. e MOURA, R. (1994) **Metrópole - Grande Curitiba: teoria e prática**, IPARDES, Curitiba, p. 79 - 120.

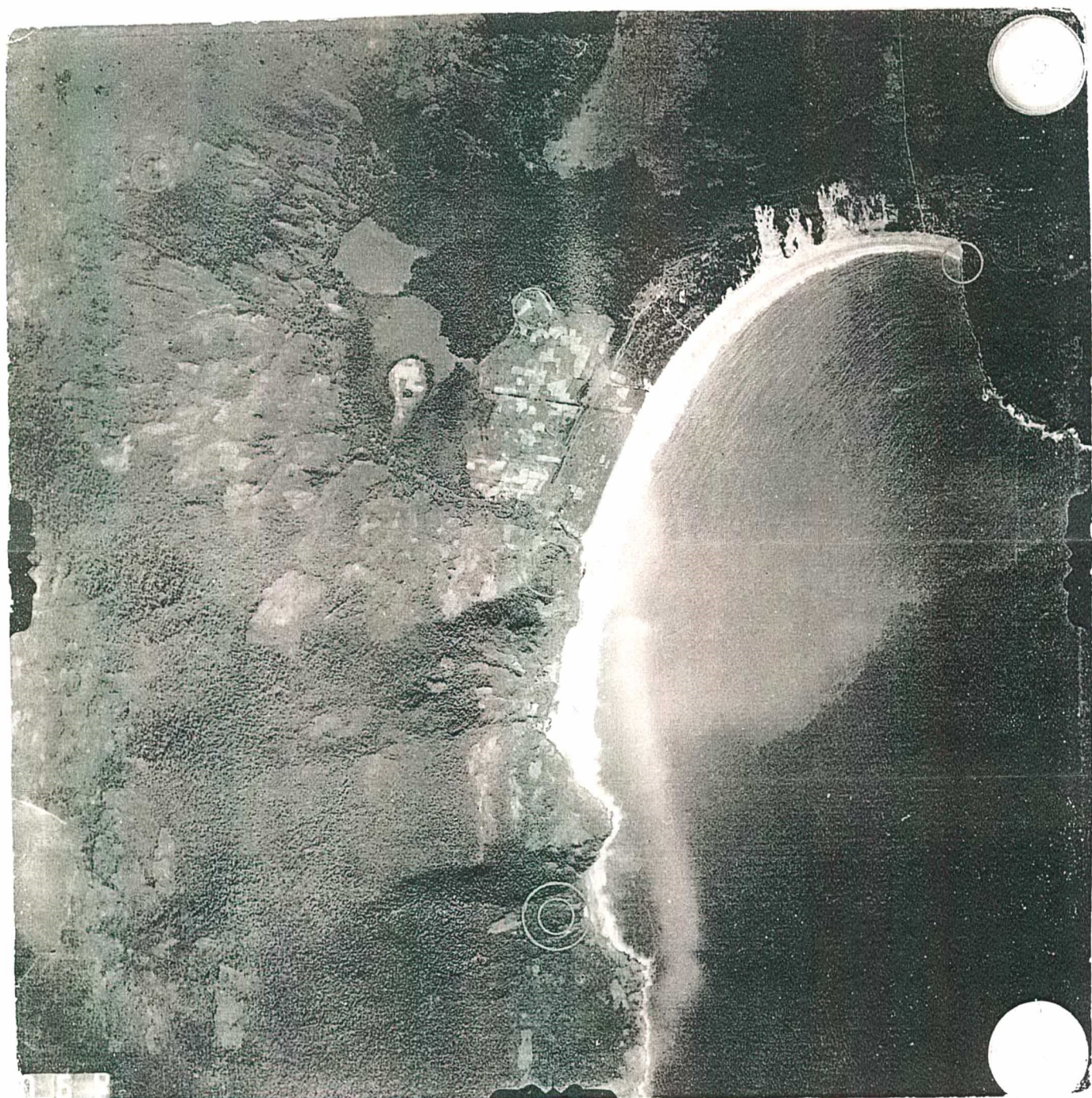
VÁRZEA, V. (1985), **Santa Catarina - A Ilha**, Ed. Lunardelli, Florianópolis, 226 p.

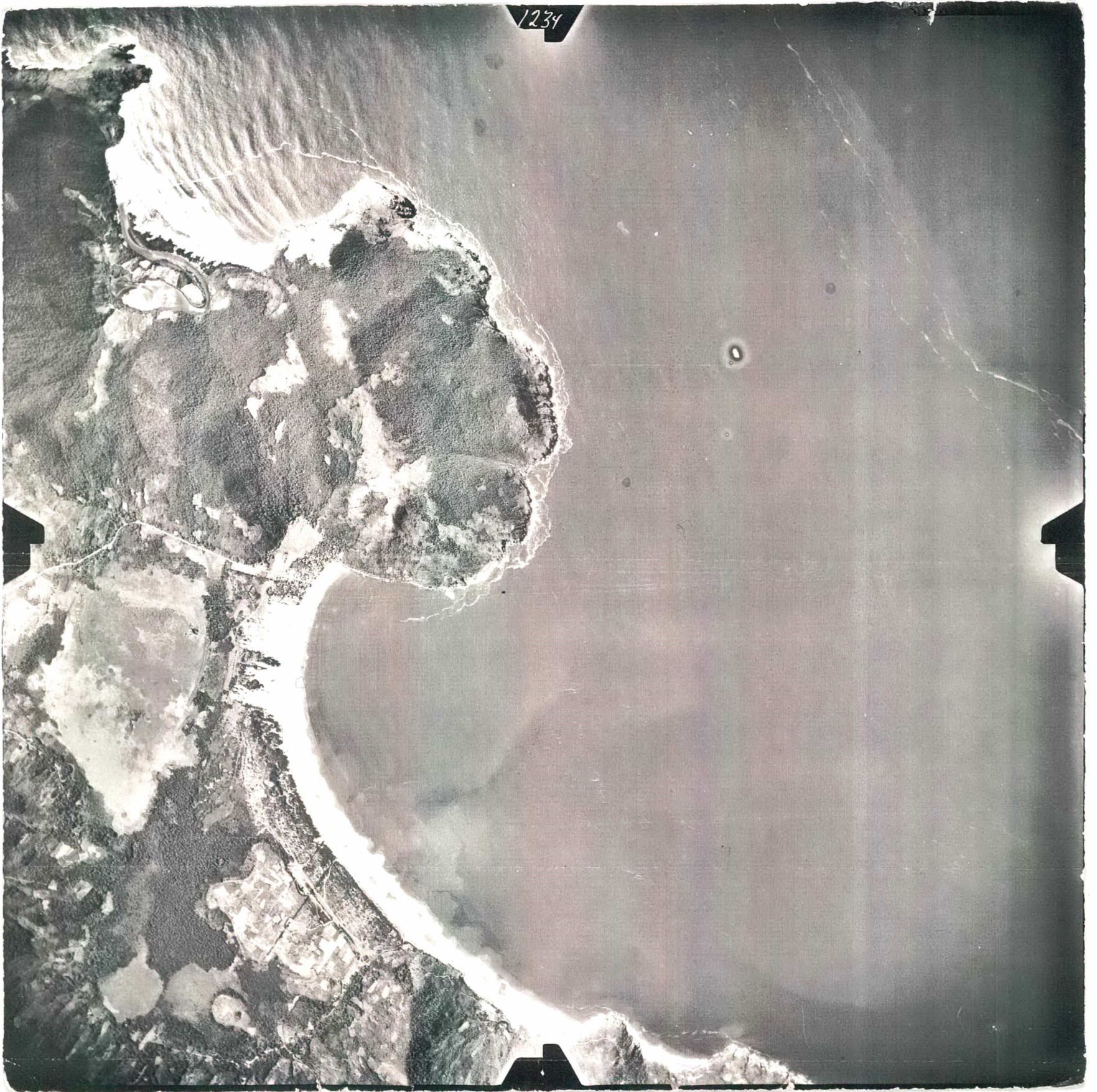
VELHO, G. (1999), **Antropologia Urbana - Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 142.

WALLAUER, J.P., PEREIRA, N.E.C., FERRETTI, O.E., CARDOSO, C. e HADLICH, E. C. **“Relação das comunidades do sudeste da Ilha de Santa Catarina com as áreas de preservação permanente e as unidades de conservação”**, Trabalho na disciplina Análise Ambiental, do Curso de Mestrado em Geografia (1999), UFSC, Florianópolis, p. 28.

Anexos

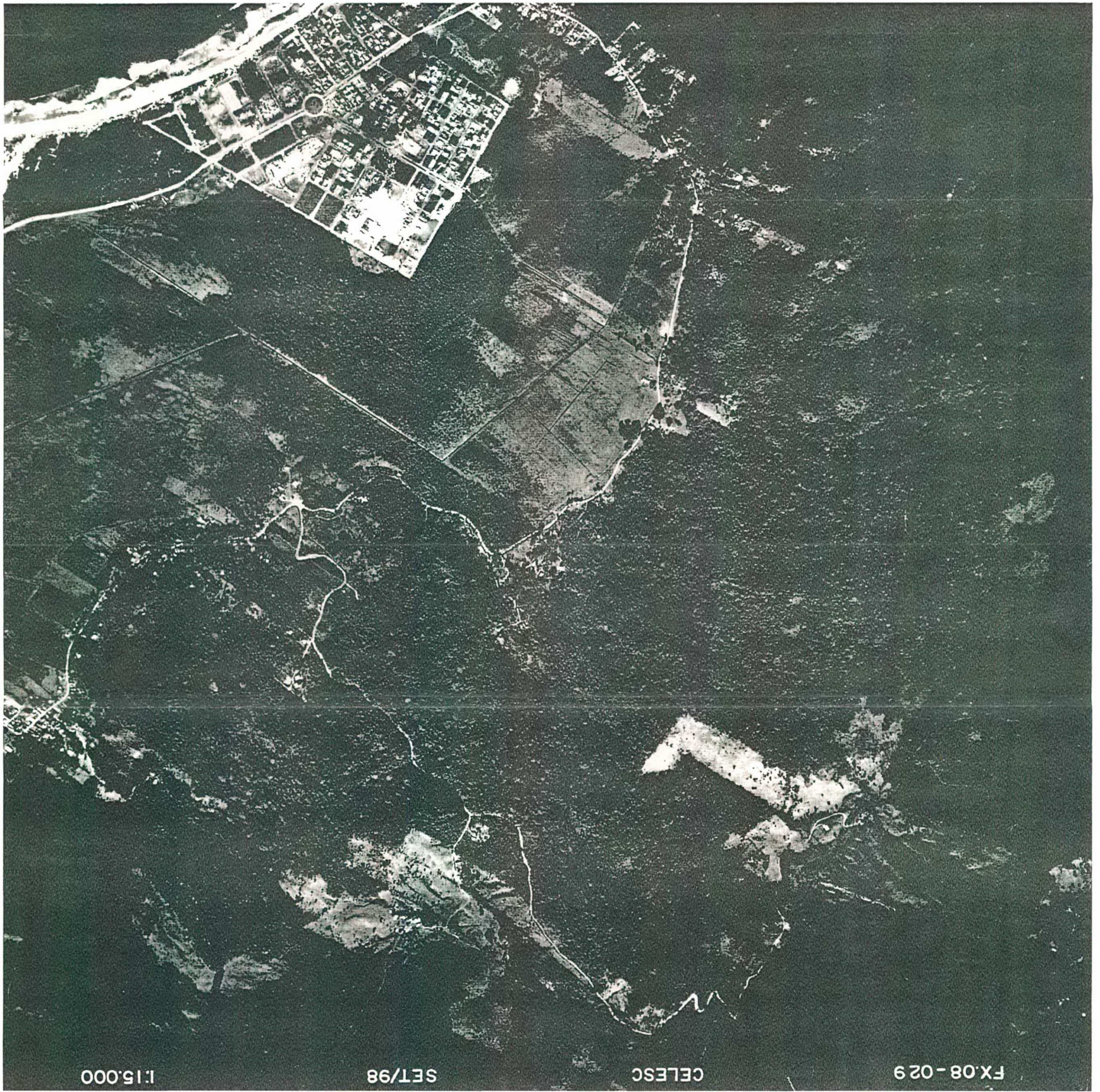
Fotos aéreas números 55 e 57, escala 1:20.000, ano: 1938	01
Foto aérea nº 1234, escala 1:25.000, ano: 1957	02
Foto aérea nº 1293, escala 1:25.000, ano: 1957	03
Foto aérea nº 584, escala: 1:25.000, ano: 1978	04
Foto aérea nº 08-029, escala: 1:15.000, ano: 1998	05
Foto aérea nº 09-029, escala: 1:15.000, ano: 1998	06
Foto aérea nº 08-030, escala: 1:15.000, ano: 1998	07
Foto aérea nº 09-030, escala: 1:15.000, ano: 1998	08











1:15.000

SET/98

CELESC

FX.08-029



1:15.000

SE 1/4

CELESC

FX.09-029



FX.08-030

CELESC

SET/98

1:15,000



FX.09-030

CELESC

SET/98

1:15,000